



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP  
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design- FAAC  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCOM

Karine Tavares Nunes

COMUNICAÇÃO SOBRE A AMAZÔNIA: jornalismo independente no enfrentamento à  
infodemia socioambiental no Brasil

Bauru – SP,  
2024

Karine Tavares Nunes

COMUNICAÇÃO SOBRE A AMAZÔNIA: jornalismo independente no enfrentamento à  
infodemia socioambiental no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Profa. Dra. Caroline Kraus Luvizotto.

Bauru – SP,  
2024

Nunes, Karine Tavares.

Comunicação sobre a Amazônia: jornalismo independente no enfrentamento à infodemia socioambiental no Brasil / Karine Tavares Nunes. - Bauru, 2024

108 p.

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista (Unesp), Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), Bauru.

Orientadora: Caroline Kraus Luvizotto  
Coorientador: Francisco Arrais Nascimento

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Infodemia Socioambiental. 4. Eleições 2022. 5. InfoAmazonia. I. Título.

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Esta pesquisa possui impacto de valor científico e social. Nesse sentido, espera-se contribuir para a superação dos desafios e das limitações impostas ao campo da Comunicação, a partir da intensificação da infodemia sobre assuntos socioambientais, com discussões conceituais, metodológicas e de experiências empíricas para pensar alternativas de enfrentamento a este problema.

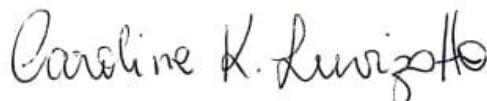
## **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

This research has an impact of scientific and social value. In this sense, it is expected to contribute to overcoming the challenges and limitations imposed on the field of Communication, based on the intensification of the infodemic on socio-environmental issues, with conceptual, methodological discussions and empirical experiences to think about alternatives for tackling this problem.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de KARINE TAVARES NUNES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.**

Aos 28 dias do mês de março do ano de 2024, às 09:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de KARINE TAVARES NUNES, intitulada **Comunicação sobre a Amazônia: jornalismo independente no enfrentamento à Infodemia socioambiental no Brasil**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professora Doutora CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Unesp, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru, Professor Associado CARLO JOSÉ NAPOLITANO (Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista, Professor Associado ROGÉRIO CHRISTOFOLETTI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Jornalismo / UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professora Doutora CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO



Karine Tavares Nunes

COMUNICAÇÃO SOBRE A AMAZÔNIA: jornalismo independente no enfrentamento à  
infodemia socioambiental no Brasil

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Linha de Pesquisa: Gestão e Políticas de Informação e da Comunicação Midiática

**Banca Examinadora**

**Presidente/Orientador:** Profa. Dra. Caroline Kraus Luvizotto

**Instituição:** Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – FAAC

**Prof 1:** Prof. Dr. Carlo José Napolitano

**Instituição:** Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - FAAC

**Prof 2:** Prof. Dr. Rogério Christofolletti

**Instituição:** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Bauru, 28 de março de 2024.

*Dedico este trabalho aos pesquisadores que desenvolvem estudos sobre a Amazônia. Somente por meio da educação podemos transformar nossa sociedade.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, onde deposito minha fé. Acredito e confio nesta força espiritual que me permitiu alcançar este propósito e que me orientará em direção a novas vitórias pessoais e profissionais. Em Nossa Senhora do Carmo, Padroeira da minha Parintins, também manifesto minha fé e gratidão.

Família, esta aventura longe de casa não foi fácil. Por isso, sou imensamente grata pelo apoio incondicional de vocês. Minha mãe Mercedina Tavares, obrigada por todo amor, orações e encorajamento. És minha fonte constante de motivação! Minhas irmãs Larissa, Vanessa, Ennaylla Quenya e Ennaylla Quendra e ao meu sobrinho João Victor, meus especiais agradecimentos por todo apoio. Ao meu amor, Emilia Costa, gratidão infinita pela parceria ao longo desses anos. Obrigada a você e nossos bebês por viverem comigo todas as emoções desse caminho! Amo vocês! Meus amigos, que trago de casa e que fiz em Bauru, meu muito obrigada! Que os laços que construímos se fortaleçam e se eternizem.

Sobre este trabalho, tão significativo e parte da minha experiência enquanto cabocla amazônida, ele só foi possível graças às pessoas que contribuíram com conhecimentos inestimáveis. À minha orientadora, Profa. Dra. Caroline Kraus Luvizotto, e ao meu coorientador, Prof. Dr. Francisco Arrais Nascimento, obrigada pelas excelentes orientações. Além do suporte teórico e metodológico, me dando liberdade para pesquisar um assunto tão inerente à minha vivência, pude contar com a paciência e incentivo de vocês nesta jornada. Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Carlo José Napolitano e Prof. Dr. Rogério Christofolletti, obrigada por dedicarem tempo e atenção para avaliar este trabalho e fornecer parecer construtivo.

Ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em nome dos professores e colaboradores desta instituição, agradeço as bases teóricas e suporte técnico que foram fundamentais no desenvolvimento deste estudo. Ressalto, ainda, meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), financiadora desta pesquisa.

Muito obrigado a todos!

Karine Tavares Nunes

NUNES, Karine Tavares. **Comunicação sobre a Amazônia: Jornalismo independente no enfrentamento à infodemia socioambiental no Brasil**. 2024. 109f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – FAAC, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2024.

## RESUMO

Na Comunicação, a informação possui papel essencial na organização da sociedade, principalmente no processo de construção do conhecimento (Genro Filho, 1996) e orienta sobre processos decisórios. Porém, a prática da desinformação (intencional ou espontânea), desenvolvida por meio da disseminação de notícias falsas, discursos de ódio e com incentivo da comunicação política-eleitoral, entre outros repertórios de comunicação, resultam na consolidação da infodemia, que ocorre pela dificuldade no gerenciamento das muitas informações que permeiam os sujeitos e instalam caos nos setores da sociedade, inclusive sobre questões socioambientais. Com atenção a este problema, a presente pesquisa analisa as ações de enfrentamento à infodemia sobre a Amazônia Legal, denominação atribuída à região que se encontra no território brasileiro entre os estados do Amazonas (AM), Acre (AC), Rondônia (RO), Roraima (RR), Pará (PA), Maranhão (MA), Amapá (AP), Tocantins (TO) e Mato Grosso (MT). Assim, o objetivo geral da pesquisa é compreender o fenômeno da infodemia em torno da questão socioambiental no Brasil a partir do exemplo do portal InfoAmazonia durante o período das eleições de 2022 no país. Com base no calendário eleitoral de 2022, analisamos as matérias publicadas na seção “Eleições 2022”, buscando investigar os procedimentos que visam identificar e refutar desinformações; compreender a dinâmica e a relevância das ações de combate à infodemia sobre questões socioambientais no país; e indicar boas práticas para o enfrentamento da infodemia a partir do objeto analisado. Este estudo possui uma abordagem qualitativa, ancorada na revisão da literatura especializada sobre os conceitos e fenômenos que envolvem o tema da pesquisa e na metodologia da Análise de Enquadramento (Porto, 2001; 2004). Entre as bibliografias de apoio para o desenvolvimento da pesquisa estão: Fallis (2015), Genro Filho (1996), Gonçalves (2006), InfoAmazonia (2022), Intervezes (2023), IPAM (2023) e Rothkopf (2003). Como resultados, a análise aponta para o conjunto de fatores que contribuem para a situação de infodemia socioambiental sobre a Amazônia, sendo estes: as narrativas dos candidatos a cargos eletivos na região, a atuação da imprensa local, a perspectiva histórica de formação da sociedade amazônica e a negligência do Estado com os assuntos da localidade. Verificamos ainda o trabalho desenvolvido pelo portal InfoAmazonia por meio do seu jornalismo independente e listamos seis recomendações para o enfrentamento da infodemia. O impacto esperado com esta dissertação é de valor científico e social. Nesse sentido, espera-se contribuir para a superação dos desafios e das limitações impostas ao campo da Comunicação, a partir da intensificação da infodemia sobre assuntos socioambientais, com discussões conceituais, metodológicas e de experiências empíricas para pensar alternativas de enfrentamento a este problema.

**Palavras-chave:** Comunicação. Jornalismo. Infodemia Socioambiental. Eleições 2022. InfoAmazonia.

NUNES, Karine Tavares. Communication about the Amazon: Independent journalism in confronting the socio-environmental infodemic in Brazil. 2024. 109f. Dissertation (Master's in Communication). Postgraduate Program in Communication, Faculty of Architecture, Arts, Communication and Design – FAAC, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2024.

## ABSTRACT

In Communication, information plays an essential role in the organization of society, mainly in the process of building knowledge (Genro Filho, 1996) and provides guidance on decision-making processes. However, the practice of disinformation (intentional or spontaneous), developed through the dissemination of fake news, hate speech and the encouragement of political-electoral communication, among other communication repertoires, results in the consolidation of the infodemic, which occurs due to the difficulty in management of the extensive information that permeates subjects and creates chaos in sectors of society, including socio-environmental issues. With attention to this problem, this research analyzes actions to combat the infodemic in the Legal Amazon, the name attributed to the region located in Brazilian territory between the states of Amazonas (AM), Acre (AC), Rondônia (RO), Roraima (RR), Pará (PA), Maranhão (MA), Amapá (AP), Tocantins (TO) and Mato Grosso (MT). Thus, the general objective of the research is to understand the phenomenon of infodemic around the socio-environmental issue in Brazil based on the example of the InfoAmazonia portal during the 2022 elections in the country. Based on the 2022 electoral calendar, we analyzed the articles published in the “Elections 2022” section, seeking to investigate the procedures that aim to identify and refute misinformation; understand the dynamics and relevance of actions to combat the infodemic on socio-environmental issues in the country; and indicate good practices for tackling the infodemic based on the object analyzed. This study has a qualitative approach, anchored in the review of specialized literature on the concepts and phenomena that involve the research topic and the Framework Analysis methodology (Porto, 2001; 2004). Among the supporting bibliographies for the development of the research are: Fallis (2015), Genro Filho (1996), Gonçalves (2006), InfoAmazonia (2022), Intervozes (2023), IPAM (2023) and Rothkopf (2003). The expected impact of this dissertation is of scientific and social value. In this sense, it is expected to contribute to overcoming the challenges and limitations imposed on the field of Communication, based on the intensification of the infodemic on socio-environmental issues, with conceptual, methodological discussions and empirical experiences to think about alternatives for tackling this problem.

**Keywords:** Communication. Journalism. Socio-environmental Infodemic. Elections 2022. InfoAmazonia.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Estrutura da notícia proposta por Genro Filho (1996) .....	30
--	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Títulos publicados pelo InfoAmazonia que enfatizam a repercussão de assuntos socioambientais sobre a Amazônia - setembro a novembro de 2022 .....	50
<b>Quadro 2:</b> Matérias que indicam o uso de notícias falsas na infodemia socioambiental sobre a Amazônia .....	58
<b>Quadro 3:</b> Fontes de comunicação político-eleitoral na infodemia socioambiental sobre a Amazônia .....	62
<b>Quadro 4:</b> Matérias que caracterizam discursos de ódio .....	65
<b>Quadro 5:</b> Matérias que compõem nosso corpus de análise – Seção “Eleições 2022”: setembro e outubro de 2022. ....	68
<b>Quadro 6:</b> Notícias sob o Enquadramento Dominante focalizado na Personalidade dos Candidatos .	74
<b>Quadro 7:</b> Notícias sob o Enquadramento Dominante Episódico. ....	75
<b>Quadro 8:</b> Notícias sob o Enquadramento Dominante focalizado em Temas. ....	77
<b>Quadro 9:</b> Conjunto de fontes de informações consultadas pelo InfoAmazonia. ....	81

## LISTA DE SIGLAS

CEO – Chief Executive Officer (equivalente a Diretor Executivo)  
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
COVID-19 – (Co)rona (Vi)rus (D)isease ligado a (2019)  
DTVM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
ESPIN – Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
GMR – Global Media Registry  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ISA – Instituto Socioambiental  
MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração  
OC – Observatório do Clima  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
ONU – Organização Nacional das Nações Unidas  
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde  
PIB – Produto Interno Bruto  
RSF – Repórteres Sem Fronteiras  
SARS – Síndrome Respiratória Aguda Grave  
SARS-CoV-2 – Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavirus 2  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
STF – Supremo Tribunal Federal  
UFAM – Universidade Federal do Amazonas  
ZPE - Zona de Processamento de Exportação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I: A COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA COMO FORMA SOCIAL DO CONHECIMENTO SOBRE A AMAZÔNIA</b> .....	20
1.1 A COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS SUJEITOS AO PROJETO CAPITALISTA .....	21
1.2 TEORIA SOCIAL DO JORNALISMO: SOBRE A CONSTRUÇÃO DO RELATO JORNALÍSTICO NO SEGREDO DA PIRÂMIDE .....	28
1.3 PERSPECTIVAS SOBRE A AMAZÔNIA NA IMPRENSA TRADICIONAL .....	34
1.4 PORTAL INFOAMAZONIA E O JORNALISMO INDEPENDENTE SOBRE A AMAZÔNIA LEGAL .....	40
<b>CAPÍTULO II: CONCEITOS E PROPOSIÇÕES SOBRE INFODEMIA SOCIOAMBIENTAL</b> .....	44
2.1 INFODEMIA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS .....	46
2.2 INFODEMIA SOCIOAMBIENTAL SOBRE A AMAZÔNIA E O SINTOMA DA DESINFORMAÇÃO.....	47
2.3 REPERTÓRIO DE COMUNICAÇÃO DA INFODEMIA.....	54
<b>CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE</b> .....	67
3.1 MATERIAIS E MÉTODOS .....	67
3.2 ENQUADRAMENTO NOTICIOSO: FOCO DOMINANTE NOS INDIVÍDUOS, EPISÓDIOS E TEMAS .....	73
3.3 ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO: REPERTÓRIO DA INFODEMIA E ATUAÇÃO DO INFOAMAZONIA NO ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA .....	80
3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	88
3.5 RECOMENDAÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA INFODEMIA .....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS DAS MATÉRIAS ANALISADAS</b> .....	105

## INTRODUÇÃO

“A comunicação é um aspecto do trabalho e, mais particularmente, expressa a forma social de produção do conhecimento” (Genro Filho, 1996, p. 131). Com a assertiva, ressaltamos o potencial da Comunicação, por meio do Jornalismo, quanto à construção de uma trajetória em consonância com as transformações da sociedade. Dessa forma, refletimos sobre as dinâmicas de produção jornalística para aplicação de competências e habilidades inovadoras em reação aos desafios que surgem no contexto social, um deles: a consolidação da infodemia socioambiental, que ocorre pela dificuldade no gerenciamento das muitas informações que permeiam os sujeitos e instalam caos nos setores da sociedade.

Entendemos que a informação é essencial na sociedade. É por meio desse instrumento que as pessoas alcançam conhecimento e se orientam sobre processos decisórios, tais como a eleição de atores políticos que as representam nas instâncias da administração pública. No Jornalismo, concomitantemente, as informações correspondem aos fatos. Nilson Lage (2005) escreve que a informação é a essência do Jornalismo. Nesta área da Comunicação, enfatizamos, assim, o dever de informar e o direito dos cidadãos de serem informados. Ainda neste aspecto, o autor destaca o interesse do público e a credibilidade ou prestígio que condicionam o êxito de um projeto jornalístico.

No entanto, o aspecto factual atribuído às informações é acompanhado de um movimento contrário à verdade. Trata-se da criação e compartilhamento de desinformações, como, por exemplo, a disseminação de notícias falsas, um problema identificado em muitos períodos da história da humanidade<sup>1</sup>. Prejudiciais em diferentes escalas, essas informações recebem notabilidade devido à repercussão possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico e, principalmente, pela utilização dessas ferramentas para amplificação dos interesses hegemônicos.

Nessa conjuntura, ocorre a propagação acelerada de desinformações com a contribuição de três fatores: a remoção de barreiras comunicacionais na era digital; a popularização das mídias sociais, em que se construíram redes em torno da confiança desafiando os meios tradicionais de comunicação; e, por último, o terceiro fator que propiciou a potencialização da desinformação foi o surgimento das plataformas digitais de conversação (Posetti, 2018). Em plataformas de conversação como o *WhatsApp* e *Telegram*, por exemplo, as pessoas consomem

---

<sup>1</sup> Como destaca Robert Darnton em “The True History of Fake News”. Disponível em: <https://www.nybooks.com/daily/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news/>

e repassam preferencialmente informações que as interessam, muitas vezes, sem qualquer filtro. Além disso, atores políticos têm utilizado este recurso a serviço de seus interesses.

Nesse panorama relacional, o grande volume de informações verdadeiras e falsas expõe um contexto de infodemia. Sem a identificação exata da origem e qualidade das mensagens que transitam no ambiente *online* e na realidade material, as pessoas ficam desorientadas sobre sua própria realidade.

Antes de discutirmos questões relacionadas a este fenômeno na Comunicação, cabe salientar que os fundamentos teóricos sobre este problema ainda estão em estágio de construção. O que se tem registrado a respeito do assunto se encontra principalmente relacionado a crises na área de saúde.

Destacamos, então, dois momentos em que o termo infodemia foi utilizado para explicar uma situação de desordem informacional. O primeiro momento data de 2003, quando o jornalista David J. Rothkopf (2003) descreveu uma crise em saúde combinada a uma crise de informação ao reportar a epidemia de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) causada por um tipo de coronavírus na China, a qual classificou de “epidemia de informação”. O segundo momento em que o termo emergiu com grande repercussão foi para caracterizar a desinformação sobre assuntos relacionados a pandemia da infecção respiratória COVID-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Em tal conjuntura, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou a existência de uma infodemia, referente ao “excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (OPAS, 2020, p. 2).

No Brasil, o verbete passou a integrar oficialmente o vocabulário brasileiro em 2021, por meio da publicação da 6ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Inclusive, a etimologia da palavra relaciona os radicais *info* (de informação) + *demia* (de terminologia médica) (Bechara, 2020). A partir desse princípio, Evanildo Bechara (2020) atribuiu o fenômeno à propagação de informações sobre a pandemia da infecção respiratória COVID-19. Dessa relação entre infodemia e questões de saúde, torna-se relevante destacar os impactos gerados às pessoas. Isto é, ressaltamos as consequências que o excesso de informação, junto com a disseminação descontrolada de desinformação, pode desencadear na sociedade, prejudicando não só suas formas de interação, mas com risco a sua integridade física.

Sobre isso, Eliany Araújo (2021), em estudo de patologias informacionais relacionadas à infodemia, ressalta o impacto do cruzamento de informações falsas e verdadeiras. Assim, ao reiterar a existência de ambientes cada vez mais infodêmicos, a autora lista patologias que

surtem em consequência da relação entre os sujeitos e esse fenômeno da comunicação, entre elas: desinformações e sobrecargas cognitivas.

Carlos Alberto Ávila Araújo (2021) também descreve a infodemia como a dimensão patológica da informação. Ele especifica que “[...] a gigantesca abrangência e velocidade de disseminação de informações falsas tem produzido um quadro em que as informações falsas estão mais presentes na vida das pessoas do que as verdadeiras e de qualidade” (Ávila Araújo, 2021, p.6). Logo, as informações falsas acabam tendo mais influência nos processos decisórios.

Tendo em vista as vezes em que o termo foi utilizado para explicar uma situação de crise combinada à desordem na Comunicação social, verificamos três marcações que podem servir de parâmetro para identificar situações de infodemia. Assim, durante um acontecimento (1); que ocorre por um tempo determinado, com início, meio e fim (2); há um excesso de informações sobre assuntos que se vinculam a este acontecimento (3).

Posto isso, no âmbito das eleições no Brasil em 2022, ressaltamos a ocorrência deste fenômeno da Comunicação sobre assuntos relativos à Amazônia Legal, área relativa ao território brasileiro (Amazônia Brasileira) – onde estão os estados do Amazonas (AM), Acre (AC), Rondônia (RO), Roraima (RR), Pará (PA), Maranhão (MA), Amapá (AP), Tocantins (TO) e Mato Grosso (MT). A essa situação, que envolve excessiva circulação de informações, entre verdadeiras e falsas, sejam disseminadas de forma intencional ou espontânea, chamamos de infodemia socioambiental sobre a Amazônia.

O contexto de infodemia neste enfoque considera, especificamente, o teor das narrativas de candidatos presidenciáveis e a cargos eletivos nos nove estados da região amazônica, bem como a reprodução e o impacto dessas narrativas na sociedade. Dessa forma, considerando a importância do Jornalismo como meio de comunicação no enfrentamento à desinformação, procuramos responder a seguinte questão: qual o papel e a abrangência da comunicação realizada pelo site InfoAmazonia, objeto de análise deste estudo, no enfrentamento da infodemia socioambiental sobre a Amazônia durante as eleições de 2022?

Sob perspectiva da abordagem dialética, esta pesquisa considera diretrizes pautadas nas noções de totalidade e contradição para compreender a dinâmica da Comunicação que abrange processos de informação e desinformação, no cerne da infodemia, em uma sociedade sob constante transformação. Nesse viés investigativo, a escolha da metodologia ressalta, sobretudo, potencialidades do homem e sua historicidade enquanto sujeito capaz de constituir *práxis* comunicacionais de encontro à estrutura social hegemônica (Genro Filho, 1996).

O objetivo desta pesquisa é compreender o fenômeno da infodemia em torno da questão socioambiental no Brasil a partir do exemplo do portal InfoAmazonia durante o período das eleições de 2022 no país. Em específico, considerando o calendário eleitoral de 2022, conforme determina a Resolução N° 23.674, de 16 de dezembro de 2021 (Brasil, 2021), analisamos as publicações do portal InfoAmazonia, com a aplicabilidade de procedimentos para identificar e refutar informações falsas sobre infodemia socioambiental; compreender a dinâmica e a relevância das ações de combate à infodemia sobre questões socioambientais no país; e indicar boas práticas para o enfrentamento da infodemia a partir dos resultados obtidos.

Tendo em vista os estudos sobre infodemia socioambiental, circunscritos na prática jornalística, essencialmente no processo de enfrentamento a esse problema, ressaltamos a teoria social do jornalismo como forma de conhecimento (Genro Filho, 1996) para compreender a produção das notícias sobre a Amazônia realizada pelo portal de notícias independente InfoAmazonia. Com isso, considerando as desinformações que circularam durante as eleições, verificamos como essas desinformações foram identificadas e como os profissionais de comunicação atuaram sobre elas por meio do jornalismo.

Inaugurado em 2012, o InfoAmazonia tem como objetivo principal informar sobre assuntos relacionados à Amazônia. Por meio da prática jornalística, combinada à utilização de tecnologias de monitoramento por satélite, a equipe possui como diferencial a aplicação do geojornalismo. Assim, além do relato de pessoas envolvidas nos acontecimentos apurados, a equipe integra informações de mapas, dados estatísticos, entre outras fontes, na construção das notícias. Podendo ser acessadas em português, espanhol e inglês, as informações estão organizadas nas seguintes editorias: Notícias, Mapas e Projetos.

Na editoria Notícias, analisamos a seção “Eleições 2022” do referido portal por se tratar de uma iniciativa criada para investigar a desinformação sobre a Amazônia Legal. Ao todo, quarenta e três (43) matérias compõem nosso corpus de estudo. Para isso, como método, aplicaremos a Análise de Enquadramento Jornalístico (Porto, 2001; 2004), que permite observar aspectos noticiosos e interpretativos nas narrativas deste produto jornalístico.

Estruturalmente, este trabalho está dividido em três Capítulos. No Capítulo I discutimos aspectos referentes ao Jornalismo, considerando o viés capitalista que intersecciona esta área da Comunicação, bem como o potencial de transformação social que o define como forma social do conhecimento (Genro Filho, 1996), em especial, a respeito da construção do relato jornalístico. Neste capítulo, também debatemos as perspectivas sobre a Amazônia na imprensa

tradicional e apresentamos o portal de notícias InfoAmazonia, com sua proposta fundamentada no Jornalismo independente.

No Capítulo II, relacionamos concepções teóricas para compreensão da infodemia socioambiental. Para isso, são elencados os conceitos e características da infodemia; referências para a situação de infodemia socioambiental sobre a Amazônia com o sintoma da desinformação; e, por último, elencamos o repertório de comunicação da infodemia. Neste, são destacados as notícias falsas, a comunicação político-eleitoral e os discursos de ódio.

No Capítulo III contém a análise empírica proposta nesta pesquisa. O conteúdo engloba ainda seis recomendações para o gerenciamento da comunicação. Assim, elencamos a relevância de identificar padrões que alertam para situações de infodemia; seu repertório de comunicação; e seus agentes produtores. Para o enfrentamento deste problema, recomendamos também considerar a perspectiva histórica da região nas reportagens; a atuação em conjunto com instituições de proteção aos direitos humanos; e incentivar a participação da sociedade amazônica nessas ações.

Como resultados deste estudo, compreendemos os fatores que favoreceram a consolidação da infodemia socioambiental sobre a Amazônia brasileira durante as eleições realizadas no país no ano de 2022. Não sendo um problema explicado substancialmente pelo excesso de informações, a infodemia ocorre em razão de interesses específicos de atores sociais políticos, das decisões no âmbito da gestão pública, dos episódios históricos que influenciaram o processo de formação da sociedade brasileira, da consequente ausência de visibilidade às pautas amazônicas na imprensa tradicional, e etc. Logo, considerar os aspectos que ratificam a existência de uma infodemia sobre a Amazônia, de forma abrangente, orienta para identificação da infodemia sobre outros assuntos, não necessariamente tangenciados por crises causadas pela propagação de doenças virais.

Assim, ao final deste estudo, esperamos contribuir para a superação dos desafios e das limitações impostas ao campo da Comunicação, a partir da intensificação do cenário de infodemia sobre assuntos socioambientais. Acreditamos que admitir a consolidação deste problema na sociedade, mensurar seus impactos no ordenamento social e investigar como o país tem trabalhado sobre este tema, abre caminhos para pensar e aplicar ações de enfrentamento ao tecer reflexões fundamentadas em perspectivas conceituais, metodológicas e experiências empíricas do Jornalismo. E, ainda, podemos expandir o conceito de infodemia como uma problemática também presente em outros contextos da sociedade.

## CAPÍTULO I

### A COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA COMO FORMA SOCIAL DO CONHECIMENTO SOBRE A AMAZÔNIA

Acreditamos que a informação possui papel essencial na organização da sociedade. É por meio deste elemento fundamental da Comunicação que os sujeitos constituem conhecimento e se orientam, também, em processos decisórios. Considerada esta perspectiva, neste capítulo, abordamos as especificidades do Jornalismo, onde a informação corresponde à matéria-prima da notícia e do processo noticioso.

Tendo em vista a plataforma inserida como objeto de análise do presente estudo, isto é, o portal de notícias InfoAmazonia no enfrentamento à infodemia socioambiental sobre a Amazônia Legal, relacionamos assuntos inerentes a este território e à compreensão das pessoas sobre esses temas. Dessa forma, elencamos os enquadramentos adotados pela imprensa nas coberturas midiáticas a nível nacional e local.

Também compõem este capítulo, reflexões referentes à dualidade homem-natureza e à objetificação das informações, bem como das relações sociais, que somadas aos interesses econômicos sobre a região corroboram para a apropriação da comunicação jornalística no processo de integração dos sujeitos ao projeto hegemônico. Isso influenciado pela trajetória teórica que constitui o campo jornalístico, desde sua origem.

Ainda na discussão sobre esta área do conhecimento, ressaltamos que se por um lado o Jornalismo, sob apropriação da hegemonia capitalista, pode reforçar a “cosmovisão dominante”, por outro, possui potencialidades que ressaltam uma “[...] cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária” (Genro Filho, 1996, p.128). Por isso, destacamos as proposições de Adelmo Genro Filho (1996) na defesa do Jornalismo como forma social do conhecimento, com ênfase à crítica do autor ao viés técnico que domina a atividade jornalística. Por último, em referência aos projetos jornalísticos que se propõem a desenvolver práticas e reflexões alternativas às narrativas burguesas, apresentamos o portal InfoAmazonia como iniciativa que tende a se aproximar da ideia proposta na teoria social do Jornalismo por se autodenominar um portal de notícias independente.

## 1.1 A COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS SUJEITOS AO PROJETO CAPITALISTA

Os meios de comunicação configuram ferramentas imprescindíveis na mercantilização dos bens de consumo na sociedade, colaboram, inclusive, na potencialização do mercado da subjetividade. Para esse propósito, a mídia desempenha papel central no processo de compreensão que as pessoas têm sobre sua realidade. No entanto, nessa lógica midiática, tomada por um excesso de informações, ocorre a desordem informacional. Um aspecto desse problema é a desinformação, que mantém e impulsiona os interesses particulares, pautados apenas no desenvolvimento individual em detrimento das demandas que beneficiam os sujeitos em coletividade.

Em eleição sob polarização política, como aconteceu no Brasil, principalmente durante os pleitos de 2018 e 2022, os enfoques das narrativas tendem a seguir direcionamentos diversos e contraditórios. Nessa divergência de extremos ideológicos, relatos, na maioria das vezes de maneira intencional, podem direcionar os sujeitos ao entendimento parcial e incoerente dos conteúdos informativos veiculados pelos meios de comunicação ou de temas enunciados por figuras públicas, que detêm poder de influência representativa no sistema social – políticos eleitos, candidatos a eleição ou reeleição, titulares de secretarias, ministérios federativos, etc.

Esse cenário é a amostra analisada pelo Intervezes (2023). De março a setembro de 2022, temporada que antecedeu o período eleitoral no país, a organização que luta pelo direito a uma mídia democrática, livre e plural, investigou interlocutores de desinformação na Amazônia. “O objetivo foi mapear difusores desinformativos na Amazônia Legal para subsidiar a criação de campanhas estratégicas de combate à desinformação e ao discurso de ódio” (Intervezes, 2023, p. 4).

Como resultado da análise, verificou-se que os difusores de desinformação estavam agrupados em três segmentos: organizações e ativistas de direita, que têm como característica a atuação em torno da agenda política liderada por partidos fundamentalistas e antidemocráticos; figuras públicas de representação política, em exercício parlamentar ou que almejam ocupar cargos eletivos a partir das eleições de 2022; e canais ou empresas jornalísticas, cuja afirmação discursiva e estética são reconhecidas como produções relevantes de comunicação (Intervezes, 2023).

Os respectivos resultados evidenciam que os meios de comunicação, sem o compromisso com a formação do público, podem reproduzir equívocos defendidos por atores

sociais que possuem interesses particulares e em aliança com o poder hegemônico. Tendo em vista a capitalização da informação, destacamos o interesse econômico que rege a programação da mídia tradicional, onde geralmente é priorizada a divulgação de publicidades e notícias pagas. Nessa conjuntura, com a responsabilidade de levar informações da atualidade à sociedade, o Jornalismo acaba por funcionar como instrumento de afirmação e predominância do poder dominante.

Embora se reconheça a necessidade e direito à informação, assegurada de forma constitucional no Brasil, o Jornalismo segue em constante ameaça. Sobre isso, cabe destacar a proposta de flexibilização referente à exigência do diploma em 2009, por meio de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Com a medida, passou a ser dispensável a exigência de diploma e registro profissional para o exercício da profissão. As principais argumentações para justificar a decisão foram, segundo o STF, o obstáculo à livre expressão<sup>2</sup> e a falta de necessidade de formação superior para aplicar técnicas de produção de notícias. Além disso, de acordo com o parecer favorável à medida, o diploma não evitaria desvios de conduta e problemas éticos.

Na época, de acordo com Barbosa (2022), os principais veículos em circulação – Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo – deram pouco ou nenhum espaço ao assunto, mesmo a medida estando diretamente relacionada às suas atividades. Nota-se, nesse sentido, como a desregulamentação não preocupa quem detém domínio sobre a mídia tradicional, onde, no geral, se desenvolve o Jornalismo sob controle da hegemonia burguesa. Pelo contrário, a decisão oportunizou o avanço do processo de apropriação do discurso jornalístico para fins de consolidação do projeto capitalista.

A desregulamentação consentida por grande parte das empresas de comunicação é um sinal da expansão do sistema econômico no campo da subjetividade, que, atualmente, imprime a concepção de liberdade de produção de conteúdo para capitalizar a sociedade por meio da produção excessiva de informações. Assim, a industrialização da notícia, demandada pelo impulsionamento tecnológico, além de fatores como a convergência midiática que exigiu multifuncionalidade do profissional de comunicação, associada à necessidade por informações a todo instante por parte dos espectadores, transformou as interações sociais e a relação entre conhecimento e prática de produção da notícia.

A rotina nas redações mudou, sendo dispensável a manutenção de muitos profissionais. As próprias redações, no sentido físico, se tornam dispensáveis. A precariedade do trabalho, ou

---

<sup>2</sup> Conforme Art. 5º, inciso IX, que prevê a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

ainda a ideia de autonomia profissional, levou muitos jornalistas a lançarem seus empreendimentos, porém, sujeitos aos arranjos do capital, que termina por financiá-los. Nesse formato, portais de jornalismo local, desvinculados da mídia tradicional, também passam a ser conduzidos pelo capital hegemônico, uma vez que, para sobreviverem, necessitam aderir ao sistema. Surgem, no cerne da natureza jornalística, os produtores de conteúdo que se apropriam, estrategicamente, dos valores característicos da área. Entre estes, com propósito de convencimento a propostas políticas.

Sobre essa apropriação do discurso com finalidade eleitoral e para realce hegemônico, o Intervozes (2023), a título de exemplo, verificou que os *sites* que se autodenominam jornalísticos na Amazônia Legal são, na verdade, hiperpartidários. Eles “divulgam apenas informações que favorecem certo partido, viés político ou candidato, geralmente disfarçados de ‘notícias’, porém enviesadas” (Intervozes, 2023, p. 14). A pesquisa destaca, com isso, o crescimento de *blogs* e *sites* de notícias criados para publicizar a extrema direita brasileira. Em 2022, foi registrado o aumento de desinformações nessas páginas, intensificadas por compartilhamentos em redes de mensagens.

O dado é reiterado por meio da reportagem do InfoAmazonia ao informar que 97% das interações de apoiadores do candidato Jair Bolsonaro ocorrem entre perfis que compartilham das mesmas ideias. “Isso facilita a multiplicação de desinformação. A disseminação dos mesmos temas, muitas vezes, com auxílio de robôs, aumenta o volume e dá a impressão de existência de uma realidade paralela” (Soares, 2022, *online*). Na “bolha bolsonarista”, aponta a matéria, circula a informação falsa de que o Brasil possui a melhor lei ambiental do mundo, onde 80% da Amazônia está preservada. Nesse repertório, encontram-se discursos pró-exploração em terras indígenas e de deslegitimação de movimentos e organizações não governamentais que se mobilizam em torno das causas ambientais.

No que se refere à Amazônia, a investigação do Intervozes (2023) também confirmou que “os candidatos que tiveram mais visibilidade nas páginas são políticos locais aliados ao ex-presidente Jair Bolsonaro com a defesa de pautas econômicas do agronegócio ou atividades minerárias” (Intervozes, 2023, p. 14). A divulgação de dados imprecisos sobre a degradação da Amazônia acompanha o conteúdo das publicações, principalmente com intuito de camuflar as motivações dos candidatos e as irregularidades dos grupos empresariais que os patrocinam. A matéria “60 candidatos da Amazônia têm campanhas financiadas por desmatadores” (Chaves, 2022, *online*), ilustra tal situação alterada pelas declarações de candidatos que são replicadas por veículos de Jornalismo.

Com a análise desenvolvida pelo Intervenções (2023) e a desordem informacional diagnosticada pelo portal InfoAmazonia na Amazônia Legal, apreende-se que a operacionalização da notícia, aliada ao projeto capitalista de manutenção do poder hegemônico a partir do domínio político representativo exercido por figuras que defendem essa soberania, compõem um contexto de crise à forma social de conhecimento por meio do Jornalismo. Isto é, “[...] ao jornalismo crítico-emancipatório, que, quando realista, pode permitir a elevação rumo há um cotidiano articulado à comunidade humana e seus desafios históricos” (Souza, 2017, p. 9). Logo, é oportuno avaliar os fatores que propiciam o uso desta área da comunicação pela hegemonia capitalista.

Considerada a trajetória do Jornalismo, inclusive com sua desregulamentação, ações que descredibilizam o campo, podem ter origem e força no conflito entre teoria e prática que se desenvolve desde os primeiros ensaios que remetem à atividade. No que se refere aos parâmetros teóricos, verifica-se a técnica em evidência. Assim, manuais de redação, estruturas textuais idealizadas, procedimentos de entrevistas para abordagem de fontes de informação, uso de imagens, domínio de regras gramaticais, entre outras instruções, fundamentam a definição teórica referente à profissão.

Sendo a informação a matéria-prima da notícia e do processo noticioso, designa-se ao Jornalismo o papel de mediação entre o público e a realidade material. Resultado desse processo de interação, a informação se torna essencial na organização da sociedade. É por meio deste elemento essencial da Comunicação que os indivíduos constituem conhecimento e se orientam em processos decisórios. Entretanto, não se trata de qualquer conhecimento. Se objetificado, limitado à codificação da mensagem comunicada, a formação dos sujeitos é prejudicada, uma vez que os acontecimentos influenciam o cotidiano das pessoas ao se tornarem públicos.

Ao refletir sobre o significado de conhecimento, Genro Filho (1996) ressalta que o conceito puramente positivista, de aspecto científico como única verdade, quando compõe essencialmente o relato jornalístico reduz as relações sociais a objeto, pois desconsidera os sujeitos em um processo histórico de construção da sociedade. Essa concepção, ressalta o autor, é defendida pelo funcionalismo norte-americano que se estendeu e se consolidou nos estudos da comunicação social – onde se encontram parâmetros conceituais sobre o Jornalismo – também na América Latina.

Nota-se que essa perspectiva, dotada de técnicas e métodos de produção da notícia, reflete o contorno histórico de nascimento da imprensa até os dias atuais. Isto é, uma atividade derivada do sistema hegemônico e com função de suprir as necessidades criadas pelo próprio

sistema. A crítica de Genro Filho (1996) é justamente a esse modelo que atrasou a compreensão do Jornalismo com potencialidade revolucionária por meio da informação.

Na visão funcionalista, por conseguinte, o que motivou o surgimento do Jornalismo foi a função de atender a demanda crescente por informação. Na história da imprensa no Brasil, Lustosa (2003) conta que no período colonial, letras impressas eram proibidas. Somente a partir da chegada do Dom João VI, em 1808, com a abertura dos portos às nações amigas de Portugal, a fim de expandir a economia, foi permitida a tipografia. O Jornalismo, nessa conjuntura, tinha a função de imprimir atos do governo e divulgar notícias de interesse da Coroa Portuguesa.

Em avaliação do momento e a razão para a implantação da imprensa na colônia brasileira, compreendemos que o Jornalismo atende o interesse pela atualidade, questão que sempre foi alvo de curiosidade entre as pessoas, mas, que se expande em razão do desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas, criando um sistema integrado e interdependente (Genro Filho, 1996). Em escala global, esse sistema se torna mais complexo e articulado por ser impulsionado pela ideologia burguesa a cada marco temporal do desenvolvimento econômico, com estrutura de dominação capaz de se reafirmar e reproduzir em maior proporção e a longo prazo.

A consequência dessa progressão dos processos hegemônicos, aponta Genro Filho (1996), é a busca por mais informações e, sem a possibilidade de os sujeitos terem acesso direto a assuntos da atualidade e, assim, cria-se a indústria da informação. A comunicação, por consequência, é ajustada ao modelo empresarial e as notícias se transformam em produtos no mercado de informações.

Cremilda Medina (1988), sobre o Jornalismo na sociedade urbana e industrial, destaca que a empresa jornalística no Brasil surgiu por volta de 1980. No contexto de expansão econômica industrial, com decisões centralizadas na região Sudeste do país, alguns jornais se modernizaram a fim de faturar com publicidade e outros tiveram origem já no modelo de empresa. Assim, ressalta a autora, desenvolveram-se os centros mais importantes do Jornalismo brasileiro nas unidades federativas em ascensão econômica. São veículos com audiências relevantes, que oportunizam a captação de recursos financeiros.

No momento em que ocorreu a instalação dos escritórios desses jornais nas capitais, se constituiu a “indústria cultural brasileira” (Medina, 1988, p. 48). “Fruto do surto ‘desenvolvimentista’, que empolga o país na metade deste século, surgem no mercado novas e poderosas empresas que pretendem atingir, com seus produtos jornalísticos, audiências nacionais” (*ibidem*). Oportunamente, de acordo com a autora, os veículos de imprensa

estimulam a circulação dos jornais em diferentes localidades do país e se encarregam pela obtenção de publicidade regional.

A herança da relação entre o desenvolvimento do Jornalismo sob viés industrial na região Sudeste, que também é sede administrativa da economia brasileira, é identificada nos assuntos que envolvem a Amazônia. Interessante notar como o Sudeste, onde está o maior centro financeiro da América Latina na atualidade – São Paulo (SP), centralizou a repercussão dos debates sobre a Amazônia no período eleitoral, como ratificado na matéria “Amazônia é um debate das eleições, mas Sudeste centraliza repercussão” (Soares, 2022, *online*). Em analogia às circunstâncias e motivações da comunicação hegemônica que está ancorada nos centros econômicos, reitera-se os interesses acerca da Amazônia.

Mesmo dotada de relevância teórica, considerando a historicidade característica do Jornalismo, a problematização da notícia como um produto mercadológico apresenta concepções que colaboram para o reducionismo do Jornalismo à mera funcionalidade. Isso porque a ênfase à técnica reflete na arbitrariedade de categorias e subcategorias, como visto na classificação dos gêneros jornalísticos – informativo, interpretativo e opinativo –, ou ainda, na doutrinação do lide, que figura como espécie de cartilha para a elaboração do primeiro parágrafo da notícia.

A obra de Cremilda Medina, nesse sentido, discute o Jornalismo no âmbito da indústria cultural, depois, enquanto linguagem em codificação que progride para uma linguagem cotidiana – na interação social. Ora como recurso de dominação, ora como procedimento linguístico, as teorias do Jornalismo denotam fragilidade para compreensão do campo como área do conhecimento. Logo, quando pensamos o Jornalismo com a codificação da mensagem no centro das discussões a respeito da atividade teórico-prática, por exemplo, facilitamos sua apropriação pelo poder dominante.

Nessa corrente, o Jornalismo, no conjunto dos meios de comunicação, é explicado de forma fragmentada, independente “[...] em relação ao desenvolvimento global das forças produtivas e da luta de classes, ou seja, apartados do movimento histórico em seu conjunto” (Genro Filho, 1996, p.15). Entendido como uma função orgânica do sistema capitalista, o desenvolvimento dos meios de comunicação ocorre dissociado dos processos sociais.

Vale ressaltar que, para a formulação da teoria do Jornalismo de Genro Filho (1996), esses processos sociais estão intrinsecamente relacionados à força de trabalho. Ou seja, na dinâmica capitalista é transformado em mercadoria.

Com a intenção de manter sua hegemonia, a burguesia reforça a contraditória “[...] personificação das coisas e coisificação das pessoas” (Marx, 1996, p. 254). Assim, nessa sociabilidade burguesa, predomina a objetificação das relações sociais no seu contexto histórico-material, em que tudo é interpretado de maneira separada. Trabalho, mercadoria, instituições e tecnologias, por exemplo, são segmentados para compor partes de um todo. Quando, pelo contrário, ao serem combinados, esses elementos fundamentam e reproduzem os valores capitalistas que criam necessidades e se apropriam das experiências concretas e subjetivas dos sujeitos.

Mas, se pensarmos a produção da notícia circunscrita em um conjunto de procedimentos a serem seguidos, como partículas informativas que quando montadas dão forma à mensagem, não haveria complexidade para seguir a receita com orientações de como escrevê-la. Logo, além da reprodução tecnicista, as teorias que tentam explicar o Jornalismo se restringem à análise do campo como instrumento do capitalismo.

Fato é que o Jornalismo possui o princípio da credibilidade que, por captar a confiança do público, é utilizado para manobras da burguesia. Todavia, reconhecendo o valor metodológico de produção de conteúdo, as discussões sobre ética e as considerações críticas ao capitalismo, faz-se necessário refletir a atividade a partir de uma teoria alternativa, que dê conta de fundamentar o Jornalismo como forma social de conhecimento.

Para isso, acionamos as concepções de Adelmo Genro Filho (1996) que, ao propor elementos para uma teoria do Jornalismo, ressalta que apesar de influenciada pelo desenvolvimento do capitalismo, existe potencial político e social na matriz do Jornalismo. “Ele possui características próprias enquanto forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada, a mera funcionalidade ao sistema capitalista” (Genro Filho, 1996, p. 24). Dessa forma, o Jornalismo se constitui como possibilidade fundamental de conexão entre os acontecimentos no mundo material e os cidadãos, lhes oferecendo formas de alcançar mudanças no sistema vigente.

Estabelecida na perspectiva marxista, a teoria proposta por Adelo Genro Filho (1996) visa a compreensão do Jornalismo no interior da luta de classes. Em síntese, a teoria se desenvolve com o entendimento dos sujeitos sobre sua existência, levando em conta suas condições materiais de existência. E, diante disso, a transformação da sociedade pode ser alcançada tendo em vista a capacidade do ser humano em reconhecer e direcionar sua força de trabalho para o horizonte de emancipação humana, que rompe o paradigma capitalista que se mantém reproduzindo as noções de sociedade privada e valor mercadológico.

Sob esta perspectiva, destacamos aspectos referentes à construção da notícia na proposta de Genro Filho (1996) para compreendermos a teoria do Jornalismo como forma social do conhecimento. Assim, a seguir, discutimos sobre a concepção sistemática do lide, como é denominada a primeira parte de uma notícia e como este é desenvolvido na estrutura do que, no jornalismo, chamamos de pirâmide invertida. Entendendo os problemas que resultam deste modelo de hierarquização de informações, podemos considerar alternativas a esta forma de elaboração do relato jornalístico. Dessa forma, nas proposições de Genro Filho (1996), refletimos sobre o “segredo da pirâmide” que o autor fundamenta como alternativa para teoria e prática do Jornalismo.

## 1.2 TEORIA SOCIAL DO JORNALISMO: SOBRE A CONSTRUÇÃO DO RELATO JORNALÍSTICO NO SEGREDO DA PIRÂMIDE

Mais comum nos ensinamentos sobre prática jornalística, a pirâmide invertida consiste na hierarquização de informações contidas na estrutura de uma notícia. Como um projeto fragmentado, a notícia, sob esse viés teórico, é redigida conforme níveis de relevância, em que os elementos mais essenciais vêm nas primeiras linhas. Pena (2012), em sua Teoria do Jornalismo, escreve que a importância dessas informações está nos dados mais atraentes ao público aos com menor apelo. Ele explica que o termo “pirâmide” atribuído a esta técnica é em referência às pirâmides egípcias.

Nas estruturas das pirâmides do Antigo Egito, os faraós eram sepultados na base dessas construções. Nesse local, portanto, é onde estão abrigadas as autoridades egípcias mais importantes para esta sociedade. Ali, os faraós, por serem divindades que superariam a morte, poderiam reinar por toda eternidade. Por isso, eram enterrados junto com seus pertences pessoais, inclusive escravos sob sua dominação. Em analogia a essas pirâmides, se desenvolveu o conceito de pirâmide invertida. Invertida para que a base, onde se encontra a excelência do texto, fique na parte superior.

A primeira parte do texto jornalístico, no topo da pirâmide invertida, denomina-se lide, elaborado para responder às perguntas: o quê, quem, quando, como, onde e por quê. Em resumo, o lide é a composição sintética do relato, contendo tudo que as pessoas precisam saber para estarem informadas. O restante do conteúdo na notícia funcionaria como acessório, complemento à essência da narrativa.

Estrategicamente, os percussores da técnica pensaram a estrutura como uma forma de possibilitar cortes no relato produzido. Seja para fins de diagramação, seja para caber no espaço das programações de rádio e televisão, os cortes na parte inferior do texto, nessa concepção, não prejudicariam a compreensão do espectador sobre o acontecimento.

Outro motivo para a implementação do método tem a ver com a garantia de menor perda das mensagens transmitidas por telégrafo, que apresentava falhas de comunicação. Sobre esta razão, em específico, Genro Filho (1996) problematiza o porquê de o modelo de redação predominar mesmo depois de superada a fragilidade das linhas de transmissão de informações. Para ele, a popularidade da pirâmide invertida vai além desse funcionalismo tecnológico e da própria justificativa de conveniência do leitor quanto à simplicidade e instantaneidade facilitada pela organização do lide.

A razão por essa técnica de redação se constituir como fundamento teórico no Jornalismo está na justificativa de legitimar os princípios da objetividade e imparcialidade, internalizados como regras no tratamento das informações repassadas ao público. Dessa forma, o relato, seja qual for o fato e suas implicações, segue um padrão de redação que surgiu como solução para o excesso de posicionamentos tendenciosos nos jornais do século XX. Em 1950, período de eleições presidenciais, por exemplo, enquanto o jornal *Tribuna da Imprensa* estampava críticas ao candidato Getúlio Vargas, o jornal *Última Hora* o defendia com paixão (Pena, 2012). Vale ressaltar que, na mesma década, o jornalista Pompeu de Sousa trouxe ao país o lide, conceito popular na imprensa norte-americana que objetivava revolucionar a atividade.

Apesar da defesa do lide como procedimento para impedir a formulação e divulgação de conteúdos favoráveis a convicções políticas unidirecionais, durante disputas eleitorais é percebido com veemência o enquadramento de jornais com direcionamentos explícitos à partidos e candidatos políticos. Nas eleições de 2022, o antagonismo entre os opositores Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) ficou evidenciado na discussão sobre diversos temas. Também sobre a Amazônia, esses extremos marcaram as campanhas dos presidenciáveis e governamentais – identificado na matéria “O futuro da Amazônia será decidido nestas eleições” (Faleiros, 2022, *online*). Em consonância com quadros eleitorais como este, os veículos de comunicação disputaram narrativas.

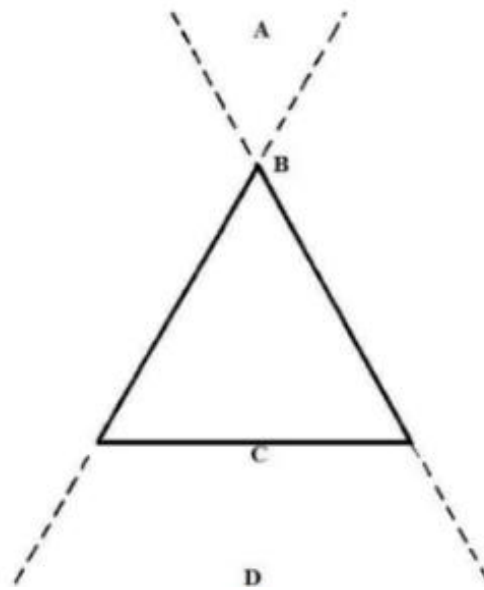
Observa-se que o formato de produção da notícia, estruturado nas diretrizes do lide e da pirâmide invertida, padroniza o texto jornalístico. Tal situação desafia a contextualização das informações, afinal, os jornalistas seguem a fórmula da notícia sem inserir elementos de

linguagem relevantes para gerar reflexão no expectador. E este, não explora seu senso crítico quando entra em contato com o acontecimento noticiado.

Os acontecimentos, como aponta a teoria marxista do Jornalismo (Genro Filho, 1996), são processos incompletos. Para serem reportados de forma coerente e eficaz para atingir o objetivo de servir à luta de classes, os relatos têm que estar articulados a fatores diversos da sociedade. Não é suficiente delimitar os acontecimentos a atores, aspectos geográficos, tempo cronológico e motivações superficiais, como mecaniza as perguntas do lide. Como legítima atividade voltada à mudança social, o Jornalismo tem a responsabilidade de manter uma “abertura de sentido” a significação dos acontecimentos (Genro Filho, 1996, p. 17).

Como abordagem alternativa, Genro Filho (1996) sugere a reformulação do modo de produção jornalística, o qual foi instituído a partir do modelo de pirâmide que orienta a estrutura do texto enquanto notícia. Nessa convicção, trata-se de fundamentar as informações na tríade singular, particular e universal.

**Figura 1:** Estrutura da notícia proposta por Genro Filho (1996).



**Fonte:** O Segredo da Pirâmide: uma teoria marxista do jornalismo (1996).

- A – Aspectos ideológicos que orientam a produção da notícia;
- B – Apresentação do fenômeno no aspecto singular, onde se constitui a notícia;
- C – Contextualização do fato, o articulando a contextos da materialidade histórica;
- D – “Abertura de sentido”, quando se orienta a uma projeção ideológica e ontológica, superior à notícia.

Para Genro Filho (1996), a notícia deve se posicionar como o esquema demonstrado na Fig. 1. “Nesse sentido, a notícia caminha não do mais importante para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular, do cume para a base” (Genro Filho, 1996, p. 115). O relato do acontecimento, desse modo, inicia com exposição do singular (B), ou seja, o que há de específico no fato. A formação do singular é orientada pela carga ideológica adquirida no meio social (A). Em seguida, cabe situar o contexto particular do acontecimento (C) e, por fim, oferecer a relação do fenômeno com a totalidade (D), formada e transformada pelas ações dos seres humanos, enquanto seres ontológicos e, conseqüentemente, constituídos de marcadores ideológicos.

Com a proposta, o pesquisador destaca a necessidade de se abrir horizontes para discussões amplas em relação aos assuntos noticiados por meio da imprensa. Dessa forma, o Jornalismo deve se pautar na construção da notícia conforme as três dimensões projetadas – singular, particular e universal. Nessa abordagem, a notícia se configura considerando o fenômeno noticioso vinculado aos diferentes aspectos sociais que o influenciam.

“O novo aparece sempre sob a forma do singular, como fenômeno isolado, como exceção. Por isso, o singular é a forma originária do novo” (Genro Filho, 1996 p. 188). A notícia se configura na divulgação da novidade, o novo será sempre o principal critério de noticiabilidade na produção noticiosa. Nesse aspecto, o jornalista deve orientar o relato pela singularidade do fato, ou seja, pelo que aparece como novidade no fato ocorrido.

O autor parte de uma dimensão histórico-ontológica para construção de uma teoria do Jornalismo – que o indivíduo como um ser social é constituído por diferentes circunstâncias. Então, os fenômenos apresentados em um relato jornalístico não podem ser reduzidos à especificidade do acontecimento, isolados do contexto amplo que abrange os sujeitos. A apresentação de um fato precisa estar relacionada aos aspectos que o envolve. Apenas dessa forma, o Jornalismo possibilita que as pessoas ultrapassem a fronteira da informação para alcançarem o conhecimento. Este, distante da visão positivista, como esclarece Genro Filho (1996), entendido como apropriação social do homem sobre a realidade.

Ao argumentar na defesa de uma “abertura de sentido” aos relatos jornalísticos, compreendida a construção da notícia no que se refere aos aspectos singular, particular e universal, Genro Filho (1996, p. 17) ressalta a associação desses elementos a favor do conhecimento. Então, a notícia na teoria social do Jornalismo configura também uma crítica à concepção que a caracteriza como recorte da realidade, ou seja, como relato fragmentado e coisificado no singular.

De fato, o Jornalismo constitui nova modalidade de conhecimento centralizada no singular (Genro Filho, 1996). Assim, no singular é onde os acontecimentos são cristalizados, por isso, no singular também pode integrar aspectos da particularidade e universalidade. Contraditoriamente, pensar a notícia como recorte da realidade, significa pensar a realidade em fragmentos, sendo reconstituída na singularidade do acontecimento relatado. “O singular, portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo” (Genro Filho, 1996, p. 45). Se assimilada como conteúdo objetivo, sistematizada nas regras do lide, a notícia perde seu potencial de emancipação humana.

“A crítica de que o Jornalismo, ao separar as notícias e tratá-las de forma descontínua, desintegra e atomiza o real favorecendo a superficialidade da reflexão e a alienação, tornou-se um lugar comum que recebe, em cada autor, um verniz teórico diferente” (Genro Filho, 1996, p. 128). Nas empresas de jornalismo e nas universidades essa teorização tipificada em categorias e técnicas corrobora para a apropriação do campo para fins políticos eleitorais e para servir aos interesses da hegemonia capitalista.

O singular, tipificado nesse fundamento técnico-teórico e compreendido como produto informativo, que tem força de ser produzido a partir de instruções precisas, “[...] pode ser manipulado e arrancado de sua relação efetiva com as particularidades e universalidades reais, para funcionar como suporte das configurações propostas pela ideologia dominante” (Genro Filho, 1996, p. 46). Isso devido a notícia reportar acontecimentos carregados da subjetividade de quem a escreve. Assim, a abordagem da informação pode se desencadear em diferentes direcionamentos, criando inclusive contextos de infodemia socioambiental, que formada por um amplo repertório de comunicação amplificado pelas redes sociais *online*, envolve desinformação, publicidade, desmobilização de causas sociais e estereótipos sociais.

Em relação à consolidação de estereótipos, no interior da formação da opinião pública, Walter Lippmann (2008) ressalta que a definição do mundo material geralmente vem antes de vermos. Ele continua: “Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura” (Lippmann 2008, p. 85). Tomando a Amazônia sob essa assertiva, identificamos a criação de estereótipos à população que vive na região que abriga a maior biodiversidade do planeta, por isso, vista a partir da relação com a natureza.

Nesse território, por exemplo, encontra-se a maior concentração de populações indígenas em situação de isolamento no mundo (IPAM, 2023) e que resistem a ameaças históricas de extermínio desde o início do processo de colonização do Brasil. Com episódios de

exploração, segmentação e preconceitos, as crises vividas pelos povos indígenas na contemporaneidade denunciam a falsa democracia racial, que enaltece a diversidade étnica no país sem reconhecer o pluralismo cultural que forma a sociedade brasileira (Suchanek, 2012).

Gonçalves (2006), ao apontar que a significação de natureza está em consonância com a cultura de cada sociedade e da construção de sentido às relações sociais, reflete sobre a relação da cultura ocidental com a natureza em que “[...] subjacentemente às relações sociais instituídas em meio a tensões, conflitos e lutas, elabora-se um conceito determinado de natureza que fundamentalmente dela desloca o homem” (Gonçalves, 2006, p. 125). Desse deslocamento do homem com a natureza, derivam representações imagéticas que associam à natureza classes sociais sob exploração da hegemonia. Tal associação confere inferioridade a grupos minoritários e reproduz o status social nessa estrutura. Por exemplo:

1. As mulheres, por natureza, são frágeis e emotivas e, assim, devem ser mantidas em lugares protegidos, como o lar. 2. Os povos indígenas são selvagens, sendo da selva, da natureza, também são passíveis de dominação e de discriminação. 3. Os negros são, por natureza, inferiores, portanto, incapazes de pensar racionalmente (leia-se cartesianamente) (Gonçalves, 2006, p. 126).

Gonçalves (2006) estende a lista com menções à ideia que se cria sobre os operários serem incapazes de planejar e projetar, por isso, tendo que estarem restritos a operações manuais; à transgressão a uma lei natural por parte dos homossexuais; entre outros julgamentos. Incorporados na sociedade como verdades absolutas, muitos jornais tendem a multiplicar esses pensamentos ou contribuir para invisibilidade dessas pessoas.

De igual modo, a partir do ponto de vista do Jornalismo como forma social de conhecimento (Genro Filho, 1996), o processo de cristalização do acontecimento pode orientar os sujeitos a experiências de transformação da sua realidade. “Historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção” (Genro Filho, 1996, p. 6). É nesse sentido que o Jornalismo surge com o princípio de promover debates públicos. Para tanto, os enquadramentos adotados no processo de apuração e elaboração do relato jornalístico direcionam o sentido de luta e resistência que o Jornalismo pode exercer.

“De cacica a candidata: cresce protagonismo feminino indígena dentro e fora das aldeias” (Dantas; Chaves, 2022, *online*). A matéria do dia 9 de setembro de 2022, por exemplo, produzida e divulgada pelo InfoAmazonia, indica dois aspectos relevantes de se considerar na comunicação jornalística no país. Se, por um lado, notamos a iniciativa do portal independente

de reverter a posição de inferioridade dos povos da Amazônia com a informação do protagonismo das mulheres indígenas. Por outro lado, a repercussão do assunto na mídia nacional tradicional foi praticamente nula.

Apesar do InfoAmazonia atuar como agência de notícias sobre a região amazônica, poucos veículos reproduziram o conteúdo. No buscador de notícias do *Google*, por exemplo, a matéria aparece replicada apenas nos sites do Conexão Tocantins, Amapá Digital, Instituto Socioambiental e na plataforma PlenaMata, que desenvolveu a pesquisa em conjunto com o InfoAmazonia. Somente após o fim do segundo turno, quando se confirmou a eleição de candidatos e candidatas indígenas, jornais ligados a grandes grupos empresariais concederam espaço para o fato, principalmente em razão do valor notícia de ineditismo. Exemplo dessa cobertura foi verificado no portal G1, do Grupo Globo, com a matéria “Câmara terá 5 deputados indígenas, recorde histórico”, que reportou o assunto em poucos parágrafos, priorizando dados sobre a participação dos indígenas nas eleições na função de candidatos à cargos eletivos e sem aprofundamento da relevância sociopolítica desta tendência.

Com este contraste da cobertura jornalística produzida pela mídia tradicional em comparação com as mídias independentes, compreendemos que o desenvolvimento de portais de notícias alternativos à imprensa tradicional pode sinalizar um caminho relevante no processo de resistência ao poder hegemônico. Nesse sentido, nas próximas páginas, buscamos compreender como a imprensa tradicional noticia a Amazônia. Além disso, apresentamos o jornalismo independente proposto pelo portal de notícias InfoAmazonia, que se dispõe a reportar assuntos sobre a Amazônia Legal.

### 1.3 PERSPECTIVAS SOBRE A AMAZÔNIA NA IMPRENSA TRADICIONAL

Para o estudo das informações sobre as questões socioambientais referente à Amazônia é necessário pensar a dualidade da relação entre sociedade e natureza. Ora intrínseca aos seres humanos, ora externa à sua existência, a definição do que é a natureza deriva do aspecto histórico-cultural que determinaram nossa realidade material. Contudo, essa compreensão fracionada de indivíduos e natureza, como elementos individuais e independentes um do outro, tem origem na própria reafirmação capitalista.

De acordo com Gonçalves (2006, p. 116), “[...] separar o homem da natureza é, portanto, uma forma de subordiná-los ao capital”. Por meio desse processo, o autor reitera que o capitalismo desorganiza os setores de produção instituídos no valor de uso. Isto é, separados da

natureza, as pessoas passam a comprar produtos e não os produzir. A sustentação do sistema depende do rompimento inconsciente dos indivíduos da sua ambiência socio-natural.

"A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza" (Gonçalves, 2006, p. 26). Sendo assim, o domínio sobre a natureza se restringe a poucas pessoas. Os bens materiais, fruto dessa soberania, são controlados por uma pequena parcela da sociedade. À outra, cabe a participação operacional no arranjo do capitalismo. A condição contraditória de superioridade do homem sobre a natureza com a divisão de classes é o traço mais evidente da expansão capitalista que se desdobra em todas as instâncias da sociedade.

Em um mundo capitalista, o sistema hegemônico se apropria do que está relacionado aos indivíduos. Nesse sentido, tudo é mercadoria. De origem material ou subjetiva, os elementos do cotidiano são incorporados ao valor de mercado. É o que acontece com a natureza - fonte de recurso de apropriação material; com o próprio homem - alvo da exploração do trabalho pelo capital; e com a subjetividade - por meio da reprodução de pensamentos que mantêm a hegemonia social e econômica.

Ainda que pareça perceptível essa lógica, há a apropriação do imaginário das pessoas, artifício desenvolvido por meio de narrativas de integração à classe dominante com a promessa de enriquecimento. Para manter o mecanismo, as pessoas são direcionadas a criar uma posição de dominação sobre a natureza, tendo esta como um componente externo a si mesmas. Sob essa convicção, a natureza é entendida como lugar de origem da matéria-prima que cria mercadorias, passa a ser coisificada.

A Amazônia, qualificada como objeto coisificado, ou seja, pensada como natureza provedora de componentes naturais que podem ser convertidos à mercadoria, obtém notoriedade na sociedade, principalmente no que se refere ao viés econômico. Este interesse, especificamente, é uma característica identificada em momentos distintos da história de colonização do Brasil. Nesse sentido, a Amazônia registra contextos de invasão de territórios e exploração dos povos originários e comunidades tradicionais.

Márcio Souza (2019, p.19), no livro "A História da Amazônia", ressalta o relativismo que compõe a história da região. "Para os europeus é o ano [1492] surpreendente do descobrimento de um mundo novo. Já para os povos americanos, é o começo de um holocausto". Em detrimento da abordagem geográfica que sustenta a descoberta deste território, o autor destaca a perspectiva social em sua narrativa para compreender os processos que influenciam a contemporaneidade. O que se apreende com a obra é como a histórica ameaça

aos povos da floresta e ao meio ambiente está intrinsecamente relacionada ao propulsor econômico que ocupou este território e influenciou o que se entende sobre as características socioculturais da Amazônia.

Por impactar instâncias mundiais, dada abrangência natural da região que contém a maior bacia hidrográfica e maior floresta tropical do mundo, a Amazônia está no centro dos debates sobre como estabelecer medidas para atingir o equilíbrio entre economia, sociedade e meio ambiente. Mudanças climáticas, demarcação de terras, agronegócio, recursos hídricos, povos indígenas, entre outras particularidades, compõem a coletânea de temáticas abordadas. Nessa conjuntura, diversas narrativas são endereçadas à sociedade e circulam nos seus espaços de interação. Partes dessas informações com conteúdo e procedência duvidosa.

Em avaliação à cobertura midiática sobre desmatamento na Amazônia, por exemplo, Rebeca Lerer (2022, p. 176) critica a comunicação “desproporcional e fragmentada” que colabora para desinformação e negacionismo. “Mesmo com mais espaço e cobertura da imprensa, em geral, ainda ficamos sabendo dos fatos já consumados, como crônicas de tragédias anunciadas que ocorrem em ‘uma terra sem lei’”. A mídia, então, cumpre a função de reportar os danos causados pelos atos criminosos contra o meio ambiente. Geralmente, sem considerar os problemas gerados às comunidades locais.

Situação repercutida na imprensa brasileira, a crise humanitária na Terra Indígena Yanomami, localizada na fronteira entre os estados de Roraima (RR) e Amazonas (AM), foi decretada como Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) pelo Governo Federal, em 20 de janeiro de 2023, por meio da Portaria GM/MS Nº 28. Apesar dos alertas divulgados nas páginas do portal InfoAmazonia – no dia 11 de abril e 19 de outubro de 2022, respectivamente, os especiais com o título “Garimpo faz malária e desnutrição infantil explodirem entre os Yanomami” (Dolce, 2022, *online*) e “Dário Kopenawa alerta para risco iminente de conflito de Yanomamis contra garimpeiros e traficantes” (Pereira, 2022, *online*) – a imprensa tradicional se ocupou de reportar número de mortos e sobreviventes na crise.

Marina Souza (2023), ao escrever sobre o jornalismo brasileiro e a responsabilidade pela tragédia Yanomami, critica a postura dos veículos de comunicação hegemônicos. “Uma tragédia humanitária que causou surpresa em muita gente, mas as denúncias são antigas. E a pergunta ética que fica para os jornalistas é: por que demorou tanto para que as denúncias tivessem o engajamento necessário por parte da mídia?” (Souza, 2023, *online*). O questionamento problematiza os discursos da imprensa sobre valores democráticos e de interesse público como prioridade no Jornalismo.

De acordo com Souza (2023) os critérios de noticiabilidade do Jornalismo hegemônico são contestáveis por se concentrarem no ineditismo e na atualidade. Isso devido a competitividade criada para noticiar o furo<sup>3</sup> de reportagem sobre determinado acontecimento. Assim, muitos fatos são divulgados para suprir a necessidade por engajamento que resulta em mais público e mais receita com publicações pagas. A relevância do assunto fica em segundo plano ou com nenhuma visibilidade, uma lógica que culmina na desmobilização da sociedade para debates importantes.

Desmobilizar, portanto, é o objetivo do sistema econômico e social vigente para manter sua soberania e orientar a opinião pública. A mídia tradicional, por meio do Jornalismo, passa a integrar esse projeto que inclui a divulgação ou não de narrativas e ações de representações políticas que atuam a serviço do sistema capitalista e que defendem o potencial de crescimento econômico com o domínio da Amazônia.

Exemplo disso é a ênfase a atividades geradoras de capital em detrimento da situação da sociedade que habita as localidades da região amazônica, como denuncia o InfoAmazonia. “No Amazonas, candidato afirma que exploração de silvinita é parte da solução para estado se tornar potência brasileira de fertilizantes, mas não fala sobre impactos socioambientais” (Botelho, 2022, *online*), “Candidatos da Amazônia exaltam agronegócio, mas não falam de impacto do desmatamento” (Geraque, 2022, *online*) e “Hidrovia prometida em campanha no Mato Grosso ignora impacto ambiental no Pantanal” (InfoAmazonia, 2022, *online*) são títulos divulgados pelo portal independente que sinalizam os interesses dos candidatos a cargos eletivos na Amazônia. Com o principal argumento de geração de emprego e renda, o enquadramento dos textos revela a falta de atenção às consequências dessas atividades econômicas na região.

Identificamos também a exclusão das sociedades que habitam esse território. Na matéria “Governador exalta redução da violência em Roraima, mas ignora assassinatos de indígenas” (Costa, 2022, *online*), também fica notória a marginalização dos povos originários. Em muitas abordagens, temos a ênfase à suspensão da política de demarcação de terras indígenas durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, questão de alerta para conflitos com invasores armados. É o exemplo da notícia “Sem terras demarcadas, indígenas se arriscam fazendo autodemarcação durante o governo Bolsonaro” (Pereira, 2022, *online*).

A reprodução de informações falsas, bem como a falta de denúncia dessas informações é outra problemática no âmbito da comunicação brasileira. Habitualmente, a região onde a

---

<sup>3</sup> Jargão jornalístico que corresponde à publicação de uma informação por um veículo antes dos demais noticiários.

Amazônia está localizada tem pouca repercussão na mídia tradicional, sob domínio de grandes grupos empresariais, tais como Globo, Bandeirantes e Record, conforme classificado no Monitor da Mídia (Global Media Registry; Intervozes, 2017).

De igual maneira, no contexto local, os veículos de imprensa não reportam os assuntos, tampouco investigam declarações falsas. Dessa forma, mentiras são enquadradas como informações verdadeiras somando a situações de infodemia.

Chama a atenção, no que se refere a informações falsas, como a atividade de combate à prática é quase inexistente quando o assunto é Amazônia, principalmente por demandar investigações a nível local. Para expor essas narrativas, o portal de notícias InfoAmazonia informa sobre notícias e discursos incoerentes de candidatos a cargos políticos na Amazônia. Em “A outra história da ‘Indiocriata’ no Mato Grosso: focos de incêndio em terras indígenas e pressão do agro” (InfoAmazonia, 2022) são expostas mentiras a respeito do apoio de um grupo de indígenas do Xingu ao candidato à reeleição no país Jair Bolsonaro. Em trechos da matéria, a equipe de Jornalismo amplia o assunto com dados sobre a repercussão da informação falsa nas redes sociais – *Twitter, WhatsApp e Telegram* –, índices de desmatamento, a pressão pela ocupação de terras para o desenvolvimento do agronegócio e a participação de atores sociais políticos com influência na sociedade agindo para disseminação da informação falsa. Neste caso, o portal de notícias menciona publicações do político Carlos Bolsonaro, filho do candidato Jair Bolsonaro (PSL).

Os produtores de conteúdo independente, com isso, elencam características desses relatos enganosos, como aponta o relatório do Coletivo Brasil de Comunicação (Intervozes, 2023) que investiga páginas e perfis que disseminam desinformação na região. “A circulação de suas produções na Amazônia Legal se dá principalmente por grupos de mensagens, reproduções por outras páginas locais ou compartilhamentos a partir de perfis de redes sociais de figuras públicas influentes” (Intervozes, 2023, p.6).

Vale ressaltar que a mesma informação, que contesta o que foi divulgado *a priori* sobre o suposto apoio indígena ao projeto bolsonarista, teve pouco destaque na imprensa hegemônica. Na busca pelo tema na plataforma de notícias do site da empresa *Google*, no mês de setembro de 2022, por exemplo, notamos que poucos veículos publicaram o assunto checado. Além do

InfoAmazonia – objeto deste estudo, foram encontradas notícias nos sites da Mídia Ninja<sup>4</sup>, Jornalistas Livres<sup>5</sup> e Racismo Ambiental<sup>6</sup>.

Além disso, há a apropriação do discurso relativo à necessidade de lideranças comprometidas com a formulação de políticas públicas para conter os crimes na região. Nesse aspecto, a dualidade homem-natureza prevalece também nas discussões que envolvem a conservação ambiental quando se pensa a natureza como elemento externo ao ser, que carregada de ameaça, demanda de alguém que a proteja, neste caso, políticos comprometidos com a causa. Para transmitir valores ambientais aos eleitores, candidatos criam falsos cenários positivos ao equilíbrio ecológico<sup>7</sup> ou optam pelo silenciamento, como denuncia a matéria “Amazonas tem recorde de queimadas e zero proposta de candidatos para combatê-las” (Botelho, 2022, *online*).

Diante dos enquadramentos adotados pela imprensa tradicional, que omite, altera ou reproduz informações tendenciosas, principalmente em período eleitoral, inferimos que o conjunto de informações produzidas por figuras representativas na sociedade a respeito da Amazônia se amplificam com o auxílio do Jornalismo. A Amazônia acaba se tornando pauta para fins eleitorais e os princípios do Jornalismo – verdade, credibilidade, objetividade, atualidade, etc. –, somados a técnicas jornalísticas, cumprem o papel ideológico de reforçar valores da “cidadania imaginária” (Genro Filho, 1996, p. 101).

Ao estabelecer esta cidadania com a ideia de igualdade universalizada, no sentido de beneficiar todos os sujeitos sem distinção, a burguesia direciona as pessoas a aderir ao sistema capitalista (Genro Filho, 1996). Dessa forma, vale refletir sobre a relação entre a comunicação na formação da subjetividade dos sujeitos, a apropriação e condições potencializadas pela estrutura do Jornalismo em sua aplicação teórica e prática que em muitas situações são tomadas pelo poder hegemônico.

---

<sup>4</sup> Líder indígena contesta vídeo que viralizou depois de postagem do filho do presidente, Carlos Bolsonaro (Republicanos). Disponível em: <https://midianinja.org/news/a-outra-historia-da-indiociata-no-mato-grosso-focos-de-incendio-em-terras-indigenas-e-pressao-do-agro/>

<sup>5</sup> Desrespeito aos indígenas: “Indiociata” na verdade é ritual fúnebre. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/desrespeito-aos-indigenas-indiociata-na-verdade-e-ritual-funebre/>

<sup>6</sup> Faixa pró-Bolsonaro erguida por dois indígenas durante Kuarup foi “desrespeito”. Povos do Xingu negam apoio a presidente. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/09/03/faixa-pro-bolsonaro-erguida-por-dois-indigenas-durante-kuarup-foi-desrespeito-povos-do-xingu-negam-apoio-a-presidente/>

<sup>7</sup> Como apontam as reportagens “Aliado de Bolsonaro, governador reeleito de MT diz que estado campeão em área degradada é exemplo de proteção ambiental” (InfoAmazonia, 2022, *online*) e “No Acre, candidatos ao governo disputam narrativa sobre delegacia contra crimes ambientais. Afinal, ela funciona?” (Pontes, 2022, *online*).

#### 1.4 PORTAL INFOAMAZONIA E O JORNALISMO INDEPENDENTE SOBRE A AMAZÔNIA LEGAL

“Há, como sabemos, uma cosmovisão dominante. Mas ela não é destituída de contradições. Nas sociedades de classe existe sempre um antagonismo político e ideológico tensionando o sistema” (Genro Filho, 1996, p. 128). Com a afirmação, conforma-se a potencialidade emancipatória dos sujeitos por meio do Jornalismo, o mesmo Jornalismo usado pela supremacia burguesa para se reafirmar na sociedade. O ângulo oposto à hegemonia, se destaca em muitos projetos de mídias livres. Livres, considerando a perspectiva de luta contra as formas de dominação do sistema capitalista. Além disso, que não se limitem a questões técnicas ou instrumentais, mas, sobretudo, voltada à discussão política que se baseia na independência frente ao controle do Estado, poderes econômicos, ideológicos religiosos e pelos grandes grupos de comunicação (Intervozes, 2015).

Mídia radical, jornalismo de resistência, revolucionário, independente ou contra hegemônico, os projetos jornalísticos, relacionados a sua forma social democrática, tem o compromisso de “manter um sistema de vigilância e de controle dos poderes [...]. Informar significa, nesta asserção lata, publicitar os actos dos agentes de poder”, como ressalta Jorge Pedro Sousa (2001, p. 13).

Ao mesmo tempo, faz parte da atividade jornalística a análise dessas ações, a exposição de contextos, de consequências e condicionantes. O autor reitera, nesse sentido, a necessidade de tornar público assuntos que poderiam estar despercebidos ou escondidos em detrimento dos interesses hegemônicos. Para isso, muitos profissionais, em contestação ao Jornalismo da mídia tradicional, criam meios alternativos de comunicação.

Do ponto de vista conceitual, as interpretações para o termo “alternativa” equivalem à possibilidade de transformação social desejada pela geração dos anos 1960 e 1970 (Kucinski, 1991). Esse significado está descrito na conjuntura política referente ao período da ditadura militar no Brasil e, especificamente no âmbito da comunicação jornalística, se estabelece em oposição à atuação da grande imprensa favorável ao regime ditatorial, por conveniência ou pela censura. Fundamentalmente, as experiências no campo comunicacional do Jornalismo alternativo, visavam restaurar a democracia e o respeito aos direitos humanos e com críticas ao modelo econômico e a discursos oficiais.

Reuniam-se no exercício de contrapoder, trabalhadores e membros da pequena e média burguesia. A união desses segmentos, que fez surgir a imprensa alternativa, parte de duas forças

igualmente compulsivas (Kucinski, 1991, p.6). Primeiro, para a esquerda, interessava protagonizar as transformações que propunham. Segundo, para jornalistas e intelectuais, interessava a criação de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. Partindo desses pressupostos, nota-se a predominância da vertente política e de viés democrático nos projetos jornalísticos da época.

Considerando a singularidade entre seus precursores, as mídias livres do Jornalismo trazem marcações de interesse social que o diferenciam da finalidade e intencionalidade comunicativa predominante. Além do interesse em interferir nos sistemas que geram e mantêm desigualdade, há a preocupação de informar a população a respeito de assuntos de interesse nacional (Peruzzo, 2008). Dessa forma, é inerente à corrente alternativa a efetivação reflexões críticas, debates e denúncias. Para tanto, foram inauguradas diversas iniciativas no país.

Primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos no Brasil, a Agência Pública se dedica a fomentar o Jornalismo independente na América Latina. Parte dessa missão consiste no mapeamento das iniciativas independentes no Brasil. Nesse sentido, a Agência selecionou portais criados no ambiente *online*, resultados de projetos coletivos que não estão vinculados a grupos hegemônicos – de mídia, política, organizações ou empresas.

O objetivo foi criar “uma ferramenta que pode ajudar a entender melhor esse cenário e funcionar como um catálogo para as pessoas interessadas em acompanhar novos meios de comunicação” (Agência Pública, 2016, *online*). Lançado em março de 2016, o mapa é atualizado de forma colaborativa com as iniciativas incluídas pela Agência e pelos leitores. Para integrar a lista, as organizações precisam estar de acordo com quatro critérios estabelecidos pela Pública: têm que produzir primordialmente conteúdo jornalístico; ter nascido na Internet; resultado de projetos coletivos que não se resumem a *blogs*; e não estarem ligados a grandes grupos empresariais.

Em consonância com os critérios estabelecidos pela Agência Pública, estão listados 160 produtores de conteúdo ativos na rede (Agência Pública, 2016). Conforme a descrição, cinco se dedicam à pauta ambientalista como prioridade – InfoAmazonia, EcoD, Envolverde, Amazônia Real e O Eco. Desses, destacamos o portal de notícias InfoAmazonia, selecionado para compor o mapa.

Com notícias sobre a Amazônia, inicialmente lançada como uma ferramenta de O Eco<sup>8</sup>, o portal foi criado em 2012 no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre

---

<sup>8</sup> “Veículo de jornalismo sem fins lucrativos, fundado em 2004, que se dedica a documentar os desafios, retrocessos e avanços dos temas relacionados à conservação da natureza, biodiversidade e política ambiental no Brasil” (O Eco, 2023, *online*).

Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Dessa forma, o evento que significou “[...] uma oportunidade histórica para definir os caminhos para um mundo mais seguro, igualitário, limpo, verde e próspero para todos” (ONU, 2012, p. 3), despertou interesse sobre a questão socioambiental aliada à prática jornalística.

“Naquele momento em que o mundo debatia metas de sustentabilidade, fizemos nosso ‘manifesto’: o direito à informação é parte da construção de um futuro mais equilibrado” (Faleiros, 2017, *online*). Assim, o projeto iniciou com o objetivo de, por meio da informação, contribuir para o equilíbrio entre os pilares ambiental, econômico e social do desenvolvimento sustentável. Ora sob a perspectiva de um veículo independente, ora enquanto iniciativa não governamental, o InfoAmazonia une ações de capacitação e desenvolvimento de tecnologias, sendo seu diferencial a aplicação do geojornalismo com o uso de imagens por satélites, mapas, dados estatísticos e informações noticiosas para reportar temas socioambientais. Essa combinação visa, especialmente, ressaltar a relação dos sujeitos sociais com sua territorialidade, melhorar a percepção sobre a vivência local e desafios para conservação da floresta amazônica.

No que se refere ao território, predomina a identificação de fatores que configuram crimes contra a natureza e que resultam em mudanças na história da localidade. Nesse sentido, dados sobre desmatamento, queimadas, garimpo ilegal, extração de madeira e violências aos povos da Amazônia são exemplos de indicadores que constituem o temático repertório de investigação do portal.

Com publicações exclusivamente digitais, abrange além da língua portuguesa, a tradução das matérias para o inglês e o espanhol. A ideia foi alcançar um público global para os assuntos urgentes que envolvem a Amazônia em sua totalidade. No entanto, os idealizadores do projeto encontraram desafios nessa trajetória, uma vez que a maior floresta tropical do mundo se encontra em nove países – Brasil, Peru, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Guiana, Suriname, Equador e Guiana Francesa. Logo, realizar a cobertura jornalística sobre esta extensão se torna inviável se pensada de maneira ampla.

A dimensão social e cultural que cria proximidade com o leitor, o identificando com as histórias reportadas, é a razão para o enquadramento local escolhido pelo InfoAmazonia. Mas, há ainda a necessidade de conectar local e global. A alternativa do portal para isso consiste em partir de uma abordagem microssocial para uma projeção macro, ou seja, reportar fatos locais, problemáticas marcadas por limites geográficos e comunidades específicas, para, assim, demonstrar como essas situações estão vinculadas a problemas maiores, afetando mais pessoas.

“A Ciência nos mostra a cada dia que a floresta tropical e o clima estão conectados e com influência que vai muito além [...] A influência da Amazônia nas chuvas de toda América do Sul, é prova disso” (Faleiros, 2017, *online*). Dessa forma, todos os aspectos são considerados na construção dos relatos.

Oito anos após o lançamento, o InfoAmazonia obteve o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), sob a inscrição 36.566.395/0001-31, em 02 de fevereiro de 2020. De natureza jurídica, registrado como associação privada, está cadastrado com o nome da empresa “Associação Infoamazonia” e com nome fantasia “Infoamazonia”. De acordo com esses dados, a empresa está fixada na cidade de São Paulo (SP) e atende pelo endereço eletrônico contato@infoamazonia.org. Tem na função de diretores, os sócios Juliana Mori de Oliveira, Stefano Biagioni Wroblewski e Gustavo Figueiredo Faleiros.

Identificado como negócio pela Receita Federal, o empreendimento de Jornalismo abrange diversos tipos de atividades. Defesa dos direitos sociais, agência de notícias e organizações associativas ligadas à cultura e arte são alguns dos segmentos mirados pelos fundadores do portal. Na sequência, podemos verificar como a Associação de Jornalismo Digital InfoAmazonia caracteriza sua prática.

Primeiro, no que se refere a “atividades de associações de defesa de direitos sociais – 94.30-8-00” (CNPJ, 2023), se destacam as causas relacionadas aos direitos humanos, com ênfase a grupos minoritários étnicos, e outros direitos difusos e coletivos. A urgência sobre questões relativas à luta dos povos indígenas, por exemplo, está presente em grande parte da abordagem proposta pelo *site*.

Na categoria “agências de notícias – 63.91-7-00” (CNPJ, 2023, *online*), se compromete em coletar informações, distribuir e fornecer notícias aos meios de comunicação. A relevância desta atividade está no fato de muitos veículos não possuírem infraestrutura para se deslocarem à região e produzirem matérias, tendo, portanto, acesso a informações por meio do trabalho de agências. Isso possibilita que ainda mais pessoas tenham conhecimento sobre assuntos que envolvem a Amazônia.

Exerce também “[...] atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte – 94.93-6-00 (CNPJ, 2023, *online*). Com esse código de CNAE, é permitido ao portal InfoAmazonia atuar com objetivos nas áreas culturais e artísticas que enalteçam particularidades da sociedade local. A título de exemplo, organizações com essa permissão podem propor clubes literários, de cinema, de fotografia e de música. Inclui-se nessa categoria a possibilidade de desempenhar papel de colecionadores de cada um dos segmentos artísticos.

Por último, encontra-se o registro de “[...] atividades associativas não especificadas anteriormente – 94.99-5-00” (CNPJ, 2023, *online*). Para essa classificação estão permitidas atividades cujo objetivo é em defesa de causas de interesse público ou particulares e que não estão inseridas em outras categorias. Entre as ações que podem ser desenvolvidas estão: os movimentos de defesa do meio ambiente, apoio a trabalhos educacionais e iniciativas de proteção a minorias sociais.

O site apresenta cinco *menus* que direcionam para subdivisões específicas de busca: Notícias, Mapas, Projetos, *Podcast* e Sobre Nós. Sob o registro de domínio <https://infoamazonia.org/>, o portal de notícias InfoAmazonia é descrito na seção “Sobre nós” como um veículo independente. Também possui apresentação visual simples, direta, com link para redes sociais – *Twitter, Instagram, Facebook, LinkedIn* e *Youtube* – que estão em constante atualização, com os conteúdos formatados de acordo com os objetivos e a estrutura das plataformas de mídia.

Destaca-se como proposta interpretativa do portal a pretensão de cobrir a região a partir do ponto de vista distante da visão neocolonialista. Por conseguinte, a premissa de composição do InfoAmazonia constitui além de uma preocupação, uma crítica à dinâmica que remete à exploração colonial, reforçando a definição da Amazônia como “lugar exótico” (Faleiros, 2017, *online*). Por isso, dar contexto à notícia cristaliza o caminho em direção à efetivação do projeto jornalístico que, por meio da informação, visa apontar possibilidades para proteção do meio ambiente e das comunidades que habitam o território amazônico.

É neste sentido que o InfoAmazonia dialoga com a problemática de pesquisa ora apresentada, que tem a informação como eixo central e a infodemia, tema do próximo capítulo, como um fenômeno preocupante no contexto ambiental. A atuação do InfoAmazonia procura enfrentar esse fenômeno.

## CAPÍTULO II

### CONCEITOS E PROPOSIÇÕES SOBRE INFODEMIA SOCIOAMBIENTAL

Por definição, informações são “[...] estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, e na sociedade” (Barreto, 2002, p. 49). No Jornalismo, Nilson Lage (2005, p.16) ressalta que as informações correspondem aos fatos, sendo as informações a “essência do jornalismo: o dever de informar e, principalmente, o direito que os cidadãos têm de ser informados”. De natureza política e social, a informação direciona o sujeito à transformação de sua realidade, como aponta a teoria social do jornalismo como forma de conhecimento (Genro Filho, 1996).

Na contemporaneidade, fatores como a remoção de barreiras para comunicação na era digital e o surgimento de mídias sociais com a possibilidade de autonomia aos usuários nas redes *online* (Posetti, 2018), ao mesmo tempo em que fomentaram o conhecimento, também intensificaram a propagação acelerada de desinformações. O público, antes classificado como receptor, se tornou produtor de conteúdo. Isto é, nos ambientes de convergência “[...] observa-se um reordenamento não apenas de papéis, mas também de práticas e conteúdos” (Carvalho; Lage, 2012, p. 256). Nessa estrutura de comunicação, o tratamento das informações é dispensado, função antes exercida por jornalistas, por exemplo, responsáveis por informar o público sobre os acontecimentos da sociedade.

Nessa conjuntura, o grande volume de informações verdadeiras e falsas expõe um contexto desafiador para a sociedade: a consolidação da infodemia, que ocorre pela complexidade de gerenciamento das muitas informações que permeiam os sujeitos. Sem a identificação exata da origem e qualidade das mensagens que transitam nos ambientes virtuais e na realidade material, as pessoas ficam desorientadas sobre suas próprias ações.

Para entendermos mais essa situação comunicacional, neste capítulo, relacionamos conceitos e características sobre a infodemia. Posteriormente, desenvolvemos proposições para a compreensão dos aspectos referentes à infodemia socioambiental tendo como foco a Amazônia Legal. Nesse ponto, consideramos também o sintoma da desinformação. E, por último, especificamos três arranjos de criação e disseminação de informações no repertório de comunicação da infodemia: notícias falsas, comunicação política-eleitoral e discurso de ódio.

## 2.1 INFODEMIA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

No âmbito teórico, vale ressaltar que as bases conceituais sobre infodemia ainda estão em fase de construção, por isso, são verificados diferentes ângulos para interpretação do fenômeno. Um aspecto relevante a se notar é a recorrente conexão a temas relativos à área de saúde. A expressão foi utilizada pela primeira vez em 2003, quando o jornalista David J. Rothkopf (2003) descreveu uma crise em saúde combinada a uma crise de informação ao reportar a epidemia SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave) em províncias da China. A essa combinação, chamou de infodemia – “epidemia de informação” Rothkopf (2003, *online*).

Na publicação, o jornalista ressalta que esta epidemia, ausente das manchetes teve implicações maiores que a doença. “Isso ocorre porque não é a epidemia viral, mas sim uma ‘epidemia de informação’ que transformou a SARS de uma crise de saúde regional chinesa em um desastre econômico e social global” (Rothkopf, 2003, *online*). Assim, a infodemia sobre a epidemia SARS dificultou ainda mais o controle e contenção da crise em saúde pública com impacto alarmante em setores da economia asiática e, conseqüentemente, do mundo todo.

Classificado como o terceiro grande evento a atingir o continente asiático, posterior à crise financeira de 1997 e ao “estouro da bolha da Internet” de 2000 (Martin, 2020), a epidemia de SARS refletiu no esvaziamento de cidades inteiras e na queda de consumo e negócios. Com perda de aproximadamente 25 bilhões de dólares à economia chinesa e impacto global entre 30 e 100 bilhões de dólares (Martin, 2020, *online*), a doença epidêmica, ou seja, manifestada em âmbito regional, atravessou fronteiras e se tornou letal em instâncias que excediam questões de saúde. Entre os diversos fatores que agravaram a epidemia, registram-se aspectos inerentes à Comunicação: tentativa de ocultação do problema, ausência de informações oficiais, disseminação de boatos e rumores.

Assim sendo e em referência à Rothkopf (2003), compreendemos que a infodemia é um fenômeno da Comunicação com capacidade de circular instantaneamente por todos os continentes, principalmente a partir das novas plataformas de interação. Dessa forma, similar a doenças virais, “[...] em praticamente todos os aspectos, elas [infodemias] se comportam como qualquer outra doença, com uma epidemiologia própria, sintomas identificáveis, portadores conhecidos e até mesmo curas diretas” (Rothkopf, 2003, *online*). Elas, então, podendo ser transmitidas pela Internet ou pela mídia, criam pânico global, desencadeiam comportamentos irracionais, sobrecarregam setores da sociedade, afetam mercados e prejudicam governos.

Com base nessa concepção, o autor associou o cenário ao comportamento da sociedade diante de eventos pontuais que exigem grandes tomadas de decisões. De acordo com ele, trata-se de um fenômeno já detectado em outras situações, em resposta ao terrorismo, por exemplo, ou em proporções menores como avistamentos de tubarões. Logo, apesar do termo ter emergido novamente durante a pandemia da infecção respiratória COVID-19 em 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou a existência de uma infodemia, referente ao “excesso de informações, algumas precisas e outras não que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (OPAS, 2020, p. 2), a infodemia não está restritamente relacionada a doenças virais, também não é explicada pela simples disseminação de informações, sejam notícias ou boatos.

Considerando as características atribuídas à infodemia e as vezes em que o termo foi utilizado para explicar uma situação, identificamos os marcadores que originam este fenômeno. Nesse sentido, diante de um acontecimento – evento ou momento de crise (1); determinado por um tempo histórico – com início e fim (2); é desencadeado um excesso de informações sobre um tema (3) – sob diferentes formas e objetivos, seja para descredibilizar causas, seja para capitalizar crises.

Como supracitado, a infodemia não é um fenômeno que explica exclusivamente crises em saúde associadas a questões da Comunicação, apesar de impactar o bem estar das pessoas e ter potencial de resultar em situações que podem ocasionar agravamento de doenças e, inclusive, mortes. Quando analisadas sob o viés socioambiental sobre a Amazônia, situações de infodemia se apresentam como catalisadoras de problemas de aspecto macrossocial, quer dizer, com impacto na estrutura comunicacional, organizacional, política, econômica, etc. É o que notamos diante dos acontecimentos que envolvem a região, como podemos constatar no tópico a seguir.

## 2.2 INFODEMIA SOCIOAMBIENTAL SOBRE A AMAZÔNIA E O SINTOMA DA DESINFORMAÇÃO

Muitas são as histórias que contam aspectos sociais e culturais sobre a Amazônia Brasileira (Souza, 2019). Sendo formada pela maior biodiversidade do planeta, a região, localizada na América do Sul, atrai olhares pela sua diversidade natural, cultural e social. Ademais, chama atenção por fatores econômicos devido à grande concentração de recursos que servem de matéria-prima para fabricação de produtos com finalidade comercial.

Historicamente constituída por estruturas colonizadoras, nesse território, onde habitam populações urbanas e ribeirinhas, estão comunidades quilombolas e indígenas que trazem marcas do processo histórico de formação da sociedade brasileira em aderência ao projeto colonial de invasão de territórios, domínio, exploração e inferiorização que persiste até os dias atuais. Vale ressaltar, por conseguinte, que nela está a maior concentração de populações indígenas em situação de isolamento no mundo (IPAM, 2023) e que resistem a ameaças históricas de extermínio desde o início do processo de colonização do país.

Ao enfatizarmos especificamente, a situação dos povos indígenas, notamos como episódios de exploração, segmentação e preconceitos, ainda vividos por eles na contemporaneidade denunciam a falsa democracia racial, que enaltece a diversidade étnica no país sem reconhecer o pluralismo cultural que forma a sociedade brasileira (Suchanek, 2012). Por conseguinte, as problemáticas a respeito da formação dessa sociedade, com a negação da herança colonial que impacta as relações sociais, refletem a exclusão e apagamento das etnias indígenas das agendas públicas nacionais e, na esfera comunicacional, da sociedade.

Isso reflete em narrativas que se configuram de forma superficial sobre a região e que, em concordância com a perspectiva histórica de minorizar e excluir determinados grupos sociais das ações que lhe garantem direitos, causam desordem informacional. Quando se analisa, por exemplo, as situações de infodemia entorno de causas sociais indígenas, é notória a organização de grupos que operam em redes de desinformação para desestabilizar lutas sociais históricas e deslegitimar iniciativas que atuam em defesa desses movimentos.

Em abril de 2022, por exemplo, o *Facebook* derrubou uma rede de desinformação sobre a Amazônia (Prazeres, 2022). O esquema, manipulado por militares do Exército Brasileiro, visava deslegitimar organizações não-governamentais que operam para banir crimes ambientais e que atuam em defesa dos direitos indígenas e contra crimes ambientais. Ao todo, 14 contas e 9 páginas do *Facebook*, além de 39 contas do *Instagram* foram tiradas do ar nessa operação. Entre informações incorretas e notícias falsas, teorias da conspiração sobre as ações de ativistas que atuam em defesa de questões ambientais e causas indígenas foram identificadas como repertórios de comunicação propulsores do contexto de formação de infodemias.

Ainda em 2022, a Amazônia esteve em destaque durante a disputa eleitoral no Brasil. Nessa conjuntura, a título de exemplo, foi registrado alto número de páginas dedicadas a cobrir assuntos relacionados à região, entre elas, disseminadores de informações falsas. Ao todo, segundo levantamento feito pelo Intervozes (2023), especificamente de características altamente manipulatórias, foram identificados 70 perfis produtores/difusores de desinformação.

Os dados sinalizam a popularização dos temas socioambientais nas agendas de campanhas dos candidatos. Em publicação no portal InfoAmazonia (2022), conforme observamos na matéria “Amazônia é um debate das eleições, mas Sudeste centraliza repercussão” (Soares, 2022, *online*), o portal de notícias independente, em parceria com a plataforma PlenaMata ressaltam a repercussão de assuntos referentes à Amazônia no período de 21 a 30 de agosto de 2022, diante de dois episódios envolvendo candidatos à presidência da República: entrevista ao Jornal Nacional e debate na Rede Bandeirantes. Como resultado, foram identificados cerca de 700 mil tuítes sobre região amazônica.

Ainda de acordo com análise sobre política socioambiental nos planos de governo dos presidencialistas, realizada pela PlenaMata (2022), a maior floresta tropical do mundo esteve na pauta de campanha dos quatro principais nomes propensos ao cargo maior do Poder Executivo Federal. Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PSL), Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT) foram os perfis avaliados tendo em vista estarem bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto no país.

Entre as propostas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está o combate a crimes ambientais de milícias, grileiros e madeireiros. Jair Bolsonaro (PSL) defende liberdade para uso dos recursos naturais. Envolver a população da Amazônia em atividades econômicas que sejam rentáveis é a proposta de Ciro Gomes (PDT). Enquanto para Simone Tebet (MDB) a preocupação está na recuperação de áreas degradadas.

Nos estados da Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso), temas socioambientais sobre a Amazônia também estiveram em destaque nas campanhas de candidatos a cargos no âmbito estadual e federal. Delegacia contra crimes ambientais, exploração de silvinita, agronegócio, construção de hidrovias, produção sustentável, mudanças climáticas e demarcação de terras indígenas foram partes das pautas defendidas ou contestadas pelos candidatos, como apontado na seção “Eleições 2022” no portal InfoAmazonia (2022, *online*).

Segundo publicações do site de notícias, que compõem nosso corpus de análise, assuntos sobre a Amazônia, além de dominarem os debates públicos, direcionaram o posicionamento dos candidatos a respeito de diversas temáticas. Essa realidade pode ser visualizada nas matérias listadas a seguir.

**Quadro 1: Títulos publicados pelo InfoAmazonia que enfatizam a repercussão de assuntos socioambientais sobre a Amazônia - setembro a outubro de 2022**

MATÉRIAS	DATA DE PUBLICAÇÃO
Amazônia é um debate das eleições, mas Sudeste centraliza repercussão	06/09/2022
Presidenciáveis mudam de tom no <i>Twitter</i> e suavizam declarações contra demarcação de terras indígenas	30/09/2022
Último debate eleitoral trouxe recorde de engajamento em perfis indígenas no <i>Twitter</i>	30/09/2022
No YouTube, PL infla números para dizer que Lula e Dilma queimaram mais a Amazônia do que Bolsonaro	06/10/2022
<i>YouTubers</i> bolsonaristas desinformam ao dizer que Europa destruiu florestas e que agora pune agro brasileiro por desmatamento	20/10/2022
‘Bolhanaro’: 97% das interações de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais ocorrem sem sair da própria bolha	26/10/2022

**Fonte:** Pesquisa da Autora

“Existe uma repercussão vibrante sobre o assunto nas redes sociais, com influenciadores em diálogo com instituições, autoridades, estudiosos, jornalistas e curiosos” (Soares, 2022, *online*). A assertiva está contextualizada na matéria que trata sobre a Amazônia como um debate das eleições, porém, sendo um assunto centralizado em uma região exclusiva do país. Na publicação, há ainda menções à concentração do tema em grupos fechados em uma bolha, articulando minimamente com o público mais amplo. A informação é reforçada na matéria “Bolhanaro’: 97% das interações de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais ocorrem sem sair da própria bolha” (Soares, 2022, *online*), que aponta um padrão de comunicação.

Como descrito no Quadro 1, especificamente nas matérias do dia 30 de setembro de 2022, houve alteração no posicionamento dos candidatos frente a pautas socioambientais. Ao mesmo tempo em que se registrou recorde de engajamento nos perfis de representações indígenas, os presidenciáveis também adequaram os seus discursos em resposta às críticas da opinião pública.

Antes, Simone Tebet (MDB) e Soraya Thronicke (União Brasil) defendiam a indenização de agricultores que ocupavam potenciais terras demarcáveis para povos indígenas. Depois, Simone Tebet (MDB) passou a falar em investigar crimes contra indígenas e em defender seus direitos, enquanto Soraya Thronicke (União Brasil) lamentou que os povos indígenas tivessem sido abandonados pelo governo.

No portal InfoAmazonia, o levantamento comparativo das declarações dos candidatos foi publicado na matéria intitulada “Presidenciáveis mudam de tom no *Twitter* e suavizam declarações contra demarcação de terras indígenas” (Soares, 2022, *online*). Inferimos, assim, a influência das muitas informações, especialmente em forma de opinião dos prováveis eleitores, sobre as escolhas narrativas dos candidatos.

No *YouTube*, o assunto Amazônia também seguiu em ascensão. A ênfase das publicações do InfoAmazonia, presentes no quadro anterior, mostram problemáticas principalmente a partir da comunicação de apoiadores do candidato Jair Bolsonaro (PSL). Declaradamente adepto ao conservadorismo, o candidato, em conjunto com apoiadores, reúne falas contestáveis sobre temáticas socioambientais que disseminam notícias falsas sobre a região. Tal conduta prejudica o fortalecimento de ações que visam valores e direitos garantidores da justiça social às pessoas que habitam a Amazônia.

Tendo em vista as declarações de uma autoridade política de maior representação no país, na posição de presidente da República, entre 2019 e 2022, infere-se sua influência sobre a opinião pública e, assim, a potencialidade dessas declarações de reproduzirem estereótipos (Lippmann, 2008) enraizados no interior da sociedade patriarcal, que inferioriza e marginaliza os grupos sociais no interior do sistema hegemônico. O referido contexto de comunicação, combinado a decisões governamentais, resultam na deslegitimação de lutas coordenadas pela sociedade brasileira.

Ocorre que, diante de um excesso de informações, existe dificuldade para distinguir com clareza o que é verdadeiro ou falso, coerente ou não aos direitos humanos. Nesse cenário, ações desinformativas intencionais ou não podem fortalecer concepções incorretas sobre temas que precisam fazer parte dos debates públicos e do planejamento de políticas públicas. Intencionalmente, essa prática atende a finalidades específicas e em se tratando de Amazônia o principal interesse norteador é o de aspecto econômico. Nesse sentido, a falta de tratamento adequado de dados contribui para a desordem no processo de informação.

Esse é o contexto político eleitoral, social e comunicacional que configura a situação de infodemia socioambiental sobre a Amazônia: as eleições de 2022 (1), que abrange um período determinado de realização, tendo em vista o período de campanha até a data do pleito eleitoral (2), quando foi desencadeado um excesso de informações, repercutidas sob diferentes perspectivas e para diferentes fins, inclusive como forma de desacreditar causas sociais e capitalizar crises (3). A combinação desses três elementos, portanto, podem resultar em um processo de desinformação.

Ainda que predominantemente relacionada à disseminação de notícias falsas, a utilização da palavra desinformação abrange mais situações e, para este estudo, torna-se necessário destacar os sentidos atribuídos ao termo. Sob a interpretação de Marianna Zattar (2017, p. 288) a palavra desinformação possui três características: é informação, também pode ser informação enganosa e informação com intenção de enganar. Entendemos, dessa forma, a

desinformação como um sintoma da infodemia. Isto é, diante de uma temática ou um evento, o excesso de informações verdadeiras e falsas desencadeiam problemas de comunicação, refletidos no aspecto sintomático da desinformação, que gera disfunção das informações e dos próprios sujeitos.

O termo disfunção, apresentado por Mauro Wolf (2006), apesar de conter teor funcionalista no sentido de (des)função para explicar obstáculo ao atendimento de necessidades, é referenciado principalmente para ponderar os problemas do excesso de informações que ameaçam a estrutura da sociedade. Sobre isso, o autor destaca que os sujeitos sociais podem saber muito, mas sem perceber, se abster de decidir e agir politicamente.

Don Fallis (2015, p. 402) explica que “[...] quando as pessoas são enganadas sobre tópicos importantes, como oportunidades de investimento, tratamentos médicos ou candidatos políticos, isso pode causar sérios danos emocionais, financeiros e até físicos”. O autor completa o pensamento com a ressalva que não é por acaso que as pessoas são enganadas, há sempre uma intenção assinalada na desinformação. Esta, por sua vez, pode causar danos diretos e indiretos ao corroer a confiança e, assim, inibir a capacidade das pessoas de compartilhar informações de forma eficaz umas com os outros (Fallis, 2015).

Erro honesto, negligência, viés inconsciente ou engano intencional. Essas são as motivações que criam a desinformação, segundo Fallis (2015). O autor, ao discutir este problema, desenvolve analogia a outra problemática da sociedade. Segundo ele, assim como ataques terroristas são mais preocupantes que desastres naturais, a desinformação (intencional) é mais perigosa que o resultado desse processo, ou seja, as desinformações como fenômeno de desordem comunicacional no campo da circulação, que tem a ver com a resposta social que se constitui sobre as mensagens (Braga, 2006).

As informações incorretas ou más informações, avaliadas sob a diferenciação exposta – desinformação intencional e desinformações como resultado de um processo de comunicação – podem ser melhor compreendidas se vistas como intenção de enganar e não apenas como erros. Tão logo se detecte a intencionalidade dos produtores de conteúdos informativos falsos ou adulterados, práticas de enfrentamento ao problema podem ser mais eficazes.

No contexto político-eleitoral, as desinformações podem fomentar a polarização (Rebollo-Bueno; Ferreira, 2023). A publicidade política dos candidatos, nesta situação, apela para o estado emocional do público, que acaba tomando lados antagônicos. Com a opinião pública dividida, tem-se a obtenção de vantagens políticas, que é o objetivo da conexão entre propaganda política e desinformação.

Ainda ponderando que nem toda propaganda tem finalidade de desinformação, Rebollo-Bueno e Ferreira (2023) ressaltam como essas ações comunicativas pretendem fazer com que os sujeitos sociais, potenciais eleitores em um processo de eleição, assumam ideias e posições específicas. A consequente pertença a um grupo, exclui perspectivas externas a este círculo. Assim, noções de bem e mal repercutem conflitos nas interações sociais.

Efeito da polarização, em que existe sempre uma figura capaz de resolver males da sociedade em detrimento de outra que possui intenções e objetivos opostos, é identificado especificamente nos populismos e afirmação da extrema-direita com a disseminação de discursos de ódio (Waisbord, 2020). A proposição de Silvio Waisbord (2020) sobre a polarização política assinala os problemas gerados a partir disso. “A polarização leva ao extremismo atitudinal e político, bem como a rejeição e expulsão de interesses e atores. A polarização alimenta movimentos extremistas e mina as bases necessárias para um regime político que exige aceitação da diversidade de opiniões” (Waisbord, 2020, p. 250). Acrescenta-se à lista a recusa à estabilidade mínima, moderação, negociação e transição pacífica de poder.

No processo político brasileiro, a polarização se manifesta em esferas da comunicação como as redes sociais. A formação de bolhas de informação estão presentes nos espaços de comunicação da sociedade e se torna bem mais evidente principalmente entre os apoiadores do candidato Jair Bolsonaro (PSL), como aponta a publicação do InfoAmazonia (2022): “‘Bolhanaro’: 97% das interações de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais ocorrem sem sair da própria bolha” (Soares, 2022, *online*). Os debates, conforme levantamento realizado pelo portal de notícias, ocorrem entre si e se multiplicam majoritariamente com mensagens de seus influenciadores e nos próprios canais de comunicação.

“Isso facilita a multiplicação de desinformação. A disseminação dos mesmos temas, muitas vezes com o auxílio de robôs, aumenta o volume e dá a impressão de existência de uma realidade paralela” (Soares, 2022, *online*). O trecho da matéria problematiza a situação comunicacional que concentra informações em um ambiente delimitado. Ainda de acordo com o monitoramento apresentado na publicação, é verificada a existência de bolhas que reúnem tuítes com mentiras sobre o desmatamento da Amazônia.

Os riscos da infodemia socioambiental sobre a Amazônia estão justamente no excesso de informações que influenciam principalmente a vida das pessoas que habitam a região. No caso dos povos indígenas, por exemplo, os impactos negativos são diversos e carregam concepções do período colonial. A matéria “Desinformação na Amazônia retoma imaginário

colonial sobre a floresta e os povos indígenas” (Pereira, 2023, *online*), destaca este aspecto da história brasileira.

Como consequência, a herança opressora sobre indígenas prevalece e desafia a efetivação de direitos relativos à cidadania. Exemplo disso pode ser notado na trajetória histórica dos Povos Yanomami. Vítimas da cobiça capitalista, eles vivem hoje uma das maiores crises humanitárias e sanitárias no Brasil, que se agravou pela invasão garimpeira e pela falta de atenção social por parte dos governos brasileiros.

“Governador exalta redução da violência em Roraima, mas ignora assassinatos de indígenas” (Costa, 2022, *online*). A matéria do InfoAmazonia retrata como a postura de representações políticas podem contribuir para o cenário de infodemia socioambiental, em que a sociedade apaga ou normaliza a morte de indígenas. Em outra publicação é ressaltado que “Wilson Lima responde por omissão no combate ao desmatamento em 15 municípios do Amazonas” (Pereira, 2022, *online*). O então candidato ao governo amazonense é acusado de negligência diante dos casos de crimes ambientais no estado. Com esses recortes noticiosos, compreendemos como as ações ou não de políticos, bem como a disseminação de suas narrativas desinformativas intensificam contextos de infodemia.

Considerando aspectos do enquadramento noticioso nesta pesquisa, notamos os programas eleitorais dos candidatos presidenciáveis e dos candidatos a cargos eletivos ao governo estadual na Amazônia Legal como uma das principais fontes de informação na construção dos conteúdos desenvolvidos pelo portal de notícias InfoAmazonia, conforme verificamos nas matérias publicadas durante o mês de setembro de 2022. Dessa forma, entendemos a comunicação política-eleitoral como um elemento do repertório de comunicação da infodemia. Além desse, outros arranjos de criação e disseminação de informações também são identificados nesse repertório. Alguns, listaremos no próximo tópico.

### 2.3 REPERTÓRIO DE COMUNICAÇÃO DA INFODEMIA

Como a epidemia de SARS, a pandemia de COVID-19 e a infodemia socioambiental sobre a Amazônia, definir e caracterizar o que é a infodemia é muito mais complexo, envolve as interações por meio das mídias, enquanto plataformas de comunicação, e as respostas sociais (Braga, 2006) a essas informações. Nesse sentido, acionamos as perspectivas de autores que indicam repertórios de comunicação que são utilizados para configurar situações de infodemia.

Para Rothkopf (2003), infodemias estão relacionadas à combinação de fato, boato, interpretação e propaganda. De forma semelhante, Pleyers (2020) ressalta que a infodemia se apresenta sob três categorias: notícias falsas, teorias conspiratórias e informações falsas ou incorretas. Outros autores acrescentam a estes contextos de desordem informacional, o fenômeno da pós-verdades e sobrecargas cognitivas (Araújo, 2021), testemunhal falso, discurso de ódio e negacionismo científico (Ávila Araújo, 2021). Nota-se, por conseguinte, que, em todas as investigações sobre o assunto, a desinformação aparece como elemento central.

Para entendermos aspectos da comunicação na consolidação da infodemia, apresentamos a seguir três itens que compõem o repertório de comunicação deste fenômeno: notícias falsas, comunicação política-eleitoral e discurso de ódio.

#### **a) Notícias Falsas**

Em 2016, no âmbito das eleições norte-americanas com a disputa dos presidenciais Donald Trump (Republicano) e Hillary Clinton (Democrata), o termo *Fake News* se tornou popular na sociedade para explicar um fenômeno da comunicação que consistia na criação e disseminação de informações mentirosas que visavam o convencimento das pessoas a determinadas ideologias. Com a construção de histórias em formato de notícias, o projeto de captura dos eleitores tomava forma e beneficiava a corrente política conservadora.

Fatos que chamam atenção nesse contexto, refletem o envolvimento emocional dos sujeitos nas notícias falsas que emergiram. Lopez (2016), em publicação na Vox.com, reporta a invasão da pizzaria Cometa Ping Pong, em Washington, DC, por um homem de posse de um rifle. Na ocasião, ele buscava investigar uma suposta rede de sexo infantil no local. O caso foi resultado da história que circulou semanas antes em blogs falsos que acusavam a candidata Hillary Clinton e seu ex-presidente de campanha John Podesta de comandarem a atividade criminosa. Nos dias posteriores, a equipe do empreendimento continuou recebendo abusos e ameaças de morte nas redes sociais. A pressão, que ficou conhecida como “*Pizzagate*”, aconteceu principalmente por eleitores do candidato republicano.

A razão para esta tendência “[...] tem a ver com Trump e os meios de comunicação conservadores desacreditando as notícias convencionais, pressionando os conservadores a procurar outros meios de comunicação para suas informações” (Lopez, 2016, *online*). Dessa forma, torna-se comum o posicionamento pró-Trump nessas construções narrativas, uma vez

que o candidato desacreditava fontes da mídia durante sua campanha. As declarações com esse teor serviram, muitas vezes, como agrado a seus apoiadores.

Sobre isso, a jornalista Laura Sydell (2016, *online*) buscou identificar quem estaria por trás das notícias falsas. Analisou a origem da matéria “Agente do FBI suspeito de vazamentos de e-mail de Hillary é encontrado morto em aparente assassinato-suicídio”, compartilhada mais de meio milhão de vezes no *Facebook*. Hospedado em um site com aparência de jornal local, o *denverguardian.com*, registrado de forma anônima na plataforma *WordPress*, divulgava até informações sobre o clima da região. Com ajuda profissional, foi possível chegar ao nome de Justin Coler como líder do esquema de criação de notícias falsas, sendo listado como CEO fundador de uma empresa chamada *Desinfomedia*, responsável por mais de 25 escritores de conteúdos falsos.

“Ele diz que histórias como essa funcionam porque se encaixam nas teorias de conspiração de direita existentes” (Sydell, 2016, *online*). Então, visando apoiadores de Trump, ele revela ganhos de US\$ 10.000 e US\$ 30.000 com as propagandas geradas pelo número de acesso aos seus sites. Nesse mercado, outros também lucram com a comercialização de informação espontânea intensificada pelas redes sociais digitais que propiciam a formação de bolhas de informação, isto é, um ambiente favorável para a reprodução de ideias que confirmam o que as pessoas acreditam.

A problemática repercutiu de tal maneira a tornar o termo “*Fake News*” a palavra do ano em 2017, sendo incluída inclusive no dicionário britânico da editora Collins. Com aumento de 365% de menções, *Fake News* competiu com a palavra *Echo-chamber* (media), cujo significado é “câmara de eco”. Esta, trata-se do efeito em que opiniões ou crenças reverberam por repetições, por meios como as mídias sociais, e que acabam sendo percebidas como concepções mais aceitas do que verdadeiramente são (BBC News Brasil, 2017). Ambas expressões populares no viés político internacional.

Para o cenário político brasileiro de 2018, a experiência norte-americana serviu de modelo. Neste ciclo eleitoral, a disputa entre Jair Messias Bolsonaro (PSL, atual União Brasil) e Fernando Haddad (PT) também foi tomada por notícias falsas.

Embora não seja novidade a construção de narrativas falsas para prejudicar a campanha adversária no ramo político eleitoral, as eleições de 2018 reuniam fatores propícios ao panorama de desordem comunicacional. A polarização política refletida na disputa entre dois candidatos de ideologias opostas – Bolsonaro da direita conservadora brasileira e Haddad do partido de esquerda, a utilização das redes sociais digitais como *Twitter* e *Facebook*, bem como o uso

principalmente de aplicativos de mensagens como o *WhatsApp*, somada à ausência de procedimentos articulados para mitigar o processo de propagação de informações falsas na sociedade, colaboraram para a situação de desinformação.

Com semelhanças notórias ao que houve nos Estados Unidos em 2016, as notícias falsas capturaram, em sua maioria, os eleitores de Jair Bolsonaro que reproduziram muitas dessas ideias com perfil conservador, extrapolando os valores sociais democráticos e mesmo os direitos humanos. Entre as principais notícias falsas repercutidas, podem ser listadas fraude nas urnas eletrônicas a favor de Haddad, questões relacionadas à identidade de gênero e ameaça ao fim do cristianismo por parte de aliados do candidato petista (Dourado, 2020). Assim, a tendência pró-conservadorismo de direita se repetiu no território brasileiro.

O posicionamento do candidato Bolsonaro, contrário à imprensa, também seguiu o padrão norte-americano, circunstância que instiga a criação de meios alternativos de comunicação, onde se criam notícias falsas que reforçam valores hegemônicos intrínsecos aos projetos da direita e, conseqüentemente, se amplifica a falsa ideia de liberdade de expressão. Quer dizer, partindo do respaldo constitucional, desenvolvem-se narrativas que produzem e reproduzem atitudes de marginalização e criminalização das minorias. Resultado disso, pode ser notado também nas eleições do Brasil em 2022.

Destaque nesse processo eleitoral foi a utilização do mesmo repertório de criação e disseminação de notícias falsas por parte do candidato à reeleição contra o concorrente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Por meio da retomada de temas relacionados a causas levantadas por grupos minorizados, ele manteve a mesma dinâmica que o ajudou a chegar à presidência. Tomados pela polarização política que se manteve em evidência, desta vez, a exemplo dos mecanismos de produção de desinformação adotado pela direita, aliados do candidato petista instauraram desordem informacional, tendo como figura central André Janones (Avante), deputado federal apoiador do presidencialista Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa disputa, “quanto ao campo lulista, tratou-se de preparar uma resistência e contraofensiva que foi exitosa na medida em que aderiu, ao menos em parte, a mesma lógica da desinformação que alimenta a crise da democracia, com o chamado “janonismo cultural”. (Medeiros; Loiola; Antunes, 2022, p. 60). Com distorções de fatos, apelou-se para ataques a valores morais, dada a crescente popularidade do candidato Bolsonaro com o público evangélico. Assim, repercutiram publicações que associavam Bolsonaro à maçonaria, satanismo, canibalismo, entre outros assuntos.

As consequências dessa configuração política, que reflete nos direcionamentos apresentados por ambas as campanhas, intensificaram a circulação de notícias falsas. Tem-se, a partir disso, uma combinação que favorece a consolidação de situações de infodemia, com incertezas sobre a veracidade de informações, que fragilizam tomadas de decisões e geram condições de risco às pessoas.

A disputa de narrativas a respeito de qualquer tema ficou mais explícita nesta eleição. A Amazônia, nessa perspectiva, ficou no centro do debate político eleitoral. Logo, notícias falsas dominaram as interações comunicacionais, como divulgou o portal InfoAmazonia.

**Quadro 2: Matérias que indicam o uso de notícias falsas na infodemia socioambiental sobre a Amazônia**

NOTÍCIA FALSA	INFORMAÇÃO VERDADEIRA
Governador eleito cita 80 quilombos ‘regularizados’	Foram titulados apenas 11 quilombos
YouTubers bolsonaristas desinformam ao dizer que Europa destruiu florestas e que agora pune agro brasileiro por desmatamento	O que houve foi a aprovação de uma lei pela União Europeia que proíbe importação do que é produzido em áreas desmatadas
Demarcar terras indígenas não acaba com o agronegócio como disse Bolsonaro, mostra levantamento	Em 7 dos 9 principais estados brasileiros voltados ao agronegócio, Terras Indígenas (TIs) não passam de 1% do território
Governador reeleito de MT diz que estado campeão em área degradada é exemplo de proteção ambiental	Em 2022, o Mato Grosso foi o 3º estado com mais registro de áreas desmatadas e o 2º em focos de calor
Em Rondônia, vídeos desinformam sobre demarcação de terras indígenas para virar voto para Bolsonaro	Informação criada para colocar a população contra os povos indígenas e contra a política de demarcação de terras
Liderada por Bolsonaro, rede de influenciadores de extrema direita usa o YouTube para tachar MST de terrorista nas eleições	Além de atrelar os ativistas à violência e terrorismo, são apresentados exemplos de territórios ocupados que não existem.

**Fonte:** Pesquisa da Autora

Produzidas como notícias falsas de forma completa ou parcialmente alterada para falsear uma realidade, observamos, a partir dos exemplos descritos no Quadro 2, como as informações inventadas podem gerar sérios prejuízos aos atores sociais envolvidos no relato inventado, seja direta ou indiretamente. Essa preocupação foi notada no portal InfoAmazonia, que lançou junto com a Produtora Fala, o projeto “Mentira Tem Preço – especial eleições 2022”. Nas publicações com esse marcador em específico, constatamos a utilização de notícias falsas no repertório de comunicação que podem configurar cenários de infodemia.

Acontece que em uma sociedade movida por um excesso de informações, notícias falsas convenientemente estruturadas para atrair a atenção de espectadores dificultam a identificação de conteúdo verdadeiro. “Se por um lado há um usuário que busca por dados, informação e conhecimento, por outro lado, há ferramentas, artifícios e estratégias que desestabilizam e dificultam essa busca” (Melo; Santana, 2022, p.37). Sobre isso, Kalil e Santini (2020) ressaltam

um círculo vicioso em que a desinformação produz a infodemia da mesma forma que é produzida por ela.

Intencionalmente, essa prática atende a finalidades específicas. “O que se oculta por trás da disseminação de *fake news* é a manipulação da opinião pública para que esta se posicione de modo favorável a um menor grau de regulamentação do setor, o que colocaria o desenvolvimento sustentável em risco” (Gomes, 2021, p. 35). Nesse sentido, a autora pondera o fator econômico sobre a questão ambiental como uma razão para a desinformação divulgada de forma técnica e criteriosa. Assim, a falta de tratamento adequado de dados pode contribuir para a desordem no processo de informação.

Em defesa do agronegócio, da propriedade privada e outras condições que levam ao crescimento econômico desenfreado por meio dos recursos amazônicos, a desinformação se torna artifício de comunicação entre poderosos empresários e políticos que compartilham os mesmos objetivos. Tal aliança pode ser identificada em comunicações política-eleitorais, outro repertório de comunicação da infodemia socioambiental que estamos discutindo. Neste, a busca por visibilidade orienta a postura de candidatos que almejam cargos de poder na sociedade, tendo, assim, que convencer eleitores sobre seus projetos políticos. Ficou evidente, portanto, nas campanhas dos candidatos no último pleito eleitoral, a força das notícias falsas no impulsionamento de campanhas.

## **b) Comunicação política-eleitoral**

Além de estar relacionada a eleições, cargos políticos e instâncias governamentais, a política acontece em muitas outras situações do cotidiano. A respeito disso, Panke (2020, p. 54) ressalta que a política envolve “processos decisórios sobre o bem comum, dentro de instituições e contam com cidadãos que podem, ou não, participar das decisões”. E, no centro dessas decisões, a comunicação está presente. A comunicação política, de forma abrangente, está integrada a governos, eleições, movimentos sociais, sindicatos, entre outras formas de organização da sociedade, sendo assim, afeta a vida das pessoas (Panke 2020).

“Por sua vez a comunicação eleitoral corresponde ao período das eleições em si” (Panke 2020, p. 57). Assim, a autora situa a comunicação eleitoral como aquela regida por leis eleitorais, desenvolvidas em períodos determinados para comunicar propostas de governo. Nesse período, completa a autora, deve-se coordenar as narrativas a serem divulgadas pelos veículos de comunicação possíveis.

Com esta definição, ressaltamos como comunicação política-eleitoral a comunicação de candidatos a cargos eletivos para a administração pública, seja a nível municipal, estadual ou federal. Nesse sentido, relacionamos a atuação de representações políticas sob a perspectiva midiática – nos veículos tradicionais ou em perfis próprios nas redes sociais.

Vale ressaltar, nesse contexto, a disputa por visibilidade. Sobre isso, Thompson (2008) escreve que “[...] nesta era moderna de visibilidade mediada, a luta para ser visto e ouvido, e a luta para fazer com que outros vejam e ouçam, tornou-se uma parte inseparável dos conflitos sociais e políticos do nosso tempo” (Thompson, 2008, p. 37). Especialmente em uma situação de polarização política, como a vivenciada na experiência brasileira, esta luta por visibilidade assume característica de disputa de narrativas em que uma perspectiva está sempre contradizendo a outra.

Figueiredo *et al.* (1997) pondera que o objetivo maior dos candidatos e partidos de ganhar poder político passa pelo voto popular. Para isso, eles utilizam retóricas ficcionais visando o convencimento do eleitorado. "Todos constroem um mundo atual possível, igual ou um pouco diferente do mundo atual real, e com base nele projetam um novo e bom mundo futuro possível" (Figueiredo *et al.*, 1997, p.186). Ainda de acordo com a investigação dos autores, a estrutura dessas argumentações possui duas lógicas. A primeira aponta soluções para o mundo atual que está ruim. A segunda, em oposição, defende a continuidade do mundo que está bom e pode ficar melhor. O antagonismo ideológico, portanto, assume o centro dos debates durante períodos eleitorais.

Na corrida por visibilidade positiva, encontra-se a mídia. Miguel (2002, p. 162), ao relacionar os meios de comunicação à prática política, enfatiza que “[...] os meios de comunicação de massa ampliam o acesso aos agentes políticos e a seus discursos, que ficam expostos, de forma mais permanente, aos olhos do grande público”. Dessa forma, o autor explica a mídia como um instrumento para difusão de perspectivas sobre a realidade material e para divulgação de projetos políticos. Todavia, os discursos veiculados não contemplam a pluralidade de opiniões e interesses da sociedade, pois as vozes, como representantes dos sujeitos, reproduzem apenas um viés. Os meios de comunicação, assim, acabam não reproduzindo a diversidade social (Miguel, 2002).

Na comunicação política-eleitoral, notamos que os candidatos utilizam diferentes recursos e táticas de comunicação midiática para alcançar mais eleitores a um projeto político, dão ênfase a temas que aparecem com grande repercussão na sociedade. Durante as eleições de 2022, a Amazônia protagonizou discussões nas campanhas de muitos candidatos. A tendência

segue a urgência de conservação da floresta brasileira, inclusive no âmbito internacional. Além disso, torna-se um assunto emergente quando verificado o interesse do público sobre assuntos socioambientais, principalmente no contexto local da região amazônica.

Em pesquisa conduzida pela *Action* Instituto de Pesquisa (2022), o panorama da situação política da Amazônia apontou dados relevantes sobre a percepção e expectativa das pessoas a respeito da região. Dois números chamam atenção no relatório: 1) Para 58,2% do eleitorado amazônida, o fato do candidato conhecer temas sobre a Amazônia influencia na escolha do voto; 2) 56,5% dos amazônidas acreditam que a região não recebe a importância que merece nos debates políticos (*Action*, 2022, p. 2). Com isso, nota-se o diferencial atribuído aos candidatos que ressaltam a região em suas campanhas. No entanto, questões relacionadas a assuntos amazônicos revelam divergências no posicionamento dos candidatos.

O InfoAmazonia aponta que a campanha de 60 candidatos, entre eles os que enaltecem causas ambientais, é financiada por desmatadores. No Amazonas, onde foi registrado recorde de queimadas, nenhum candidato ao governo estadual apresentou propostas para combatê-las. As contradições, nesse sentido, configuram como desinformação, devido à manipulação de informações. Consequentemente, corroboram para o contexto de infodemia socioambiental.

Em prol de uma visibilidade positiva, os candidatos a cargos eletivos para os Estados da Amazônia Legal, bem como os candidatos presidenciais, disseminam informações enganosas em suas comunicações política-eleitorais. Essas práticas acontecem por meio de diferentes meios e formas de comunicação. Horário eleitoral, redes sociais e *jingle* de campanha são alguns exemplos.

**Quadro 3: Fontes de comunicação política-eleitoral na infodemia socioambiental sobre a Amazônia**

<b>HORÁRIO ELEITORAL</b>	<b>ASSUNTO</b>
Márcia Pinheiro (PV-MT)	Hidrovia prometida em campanha no Mato Grosso ignora impacto ambiental no Pantanal
Teresa Surita (MDB-RR)	Candidatos da Amazônia exaltam agronegócio, mas não falam de impacto do desmatamento
Eduardo Braga (MDB/ AM)	Candidato afirma que exploração de silvinita é parte da solução para estado se tornar potência brasileira de fertilizantes, mas não fala sobre impactos socioambientais
Jorge Viana (PT-AC)	Candidatos ao governo disputam narrativa sobre delegacia contra crimes ambientais. Afinal, ela funciona?
Helder Barbalho (MDB-PA)	Helder Barbalho vê mineração como ‘vocação’ do Pará, mas recursos bilionários mudam a vida da população?
<b>REDES SOCIAIS</b>	<b>ASSUNTO</b>
<i>Twitter</i> : Carlos Bolsonaro (Republicanos)	A outra história da ‘Indiociaa’ no Mato Grosso: focos de incêndio em terras indígenas e pressão do agro
<i>Twitter</i> : Jair Bolsonaro (PSL), Simone Tebet (MDB) e Soraya Thronicke (União Brasil).	Presidenciáveis mudam de tom no <i>Twitter</i> e suavizam declarações contra demarcação de terras indígenas
<i>WhatsApp</i> : grupos públicos	Vídeos desinformam sobre demarcação de terras indígenas para virar voto para Bolsonaro
<i>YouTube</i> : Partido Liberal	PL infla números para dizer que Lula e Dilma queimaram mais a Amazônia do que Bolsonaro
<b>JINGLE DE CAMPANHA</b>	<b>ASSUNTO</b>
<i>Jingle</i> : Denarium (PP-RR)	<i>Jingle</i> de campanha do candidato Antonio Denarium (PP) diz que ele foi ‘cuidadoso na pandemia’. A história é outra

**Fonte:** Pesquisa da Autora

O demonstrativo no Quadro 3, constata a comunicação política-eleitoral como repertório da infodemia socioambiental, visto que as fontes criam e disseminam desinformações sobre a Amazônia. Vale reiterar, a partir do corpus analisado nesta pesquisa, principalmente a alta propagação de desinformação (intencional) nas propagandas transmitidas em horário eleitoral gratuito. Garantido pela Lei N° 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, o horário eleitoral é relevante para que os cidadãos conheçam os candidatos e suas propostas. No entanto, apesar das novas resoluções que entraram em vigor para esta eleição, a disputa de narrativas tem levado aos eleitores muitas informações distorcidas.

Dessas resoluções, destaca-se, por exemplo, a Lei N° 14.291, de 3 de janeiro de 2022 para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão. Conforme o Art. 50 – B, § 4°, ficam vedadas nas inserções: “III – a utilização de imagens ou de cenas incorretas ou incompletas, de efeitos ou de quaisquer outros recursos que distorçam ou falseiem os fatos ou a sua comunicação; IV – a utilização de matérias que possam ser comprovadas como falsas

(*fake news*)” (BRASIL, 2022, *online*). Ainda assim, verificamos a concentração de informações falsas nesses veículos de comunicação.

A tendência, verificada no horário eleitoral gratuito, acompanha a onda de notícias falsas que circulam sem restrições nas redes sociais. A matéria “Amazônia inventada: 70 milhões de visualizações no *Youtube*, cliques e dinheiro em vídeos que desinformam sobre a floresta e os povos indígenas” (Melito *et al*, 2022, *online*) é um exemplo da potencialidade de repercussão de notícias falsas e que podem afetar a formação da opinião de eleitores. Sobre o risco à vida das pessoas, o portal de notícias denuncia a aumento de 54% de assassinatos indígenas durante governo bolsonarista.

Refletimos, então, qual o preço dessas mentiras? Afinal, sem intimidação, candidatos criam falsas realidades, que além de prejudicar os cidadãos no que se refere à construção do conhecimento e em sua atuação durante processos decisórios, atuam para encobrir crimes socioambientais, mitigar mobilizações sociais e incitar violências. Deste modo, ressaltamos o discurso de ódio como mais um elemento no repertório de comunicação da infodemia socioambiental, que impulsiona, sobretudo, a legitimação de práticas violentas por motivo de raça, gênero, local de origem, entre outros.

### c) **Discurso de ódio**

Na relação entre política e comunicação, nota-se cada vez mais as alterações na estrutura dos processos eleitorais, a partir da interação entre a mídia e as eleições (Rubim, 2001). Dessa forma, intrínseca à política, a comunicação desenvolvida por meio das novas formas de sociabilização tem transformado de modo significativo as campanhas políticas, exemplo disso é o descolamento da cultura dos “comícios na rua para o programa na tela” (Rubim, 2001, p. 177). O autor completa que, apesar de não deixarem de existir, dão lugar a campanhas nos espaços eletrônicos, que se tornam atividade central nas ações políticas-eleitorais.

Nessa configuração eleitoral, em que há um grande volume de informações, podemos identificar riscos à sociedade com a disseminação de narrativas que acentuam o ódio entre os sujeitos. “Quanto mais competitiva, quanto mais o poder político está verdadeiramente em jogo, mais probabilidade uma eleição tem de despertar interesse da população e acelerar o ritmo político” (Rubim, 2001, p. 172). A afirmação do autor sinaliza como a disputa por poder, a busca por visibilidade e a aceleração do ritmo das campanhas envolve muitas informações no campo material e midiático. Esse processo, em um contexto de infodemia, pode abranger

distorções diversas sobre a identidade dos sujeitos. É com atenção a esta questão que discutimos o discurso de ódio como repertório da infodemia socioambiental sobre a Amazônia Legal.

No aspecto conceitual, a Organização das Nações Unidas (2019) define o discurso de ódio como “[...] qualquer tipo de comunicação verbal, escrita ou comportamental, que ataque ou utilize linguagem pejorativa ou discriminatória com referência a uma pessoa ou grupo com base no que elas são” (ONU, 2019, p. 2). Quando reproduzidos e naturalizados nas interações sociais, essas ações podem configurar intolerância e ódio. Nesse sentido, entendemos o discurso de ódio como um ataque a identidades culturais distintas, que atrelado à instauração do medo na sociedade, é resultado de manifestações de violência em sua forma cultural (Galtung, 2003).

Sob este ponto de vista, partimos do princípio de que o discurso de ódio se relaciona intrinsecamente a “[...] qualquer aspecto de uma cultura suscetível de ser utilizada para legitimar a violência direta ou estrutural” (Galtung, 2003, p. 6). Dessa forma, pensamos que os discursos de ódio fazem parte desses sistemas de violência (Galtung, 2003). Pensemos então sobre as camadas culturais que legitimam ataques a pessoas marginalizadas por não atenderem à normativa dominante – no sentido econômico, social, político ou cultural.

Esses ataques, inclusive, ocorrem de forma coordenada e se apresentam na comunicação social e na realidade material sobre diferentes circunstâncias de violência. Na pirâmide do ódio, notam-se os tipos de violência visíveis e invisíveis que são sustentadas e interrelacionadas no processo de interação. Entre eles, destacam-se na perspectiva visível: o genocídio, a violência física; a violência contra propriedades de símbolos; a discriminação; e o discurso de ódio. Já na perspectiva invisível, encontram-se os processos de alteridade e desumanização; estereótipos e preconceitos (Trujillo; Martín e Nos Aldés, 2021).

Os impactos dos discursos de ódio, quando vistos na estrutura de violência que abrange micro e macro agressões, podem dizimar grupos inteiros. Exemplo disso é a constante ameaça aos povos indígenas no Brasil. Concentrados, em sua maioria, na Amazônia Legal, sendo 51,25% ou 867,9 mil indígenas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023), esses povos reúnem episódios históricos de invasão de seus territórios, escravização, dominância, desapropriação cultural e tentativas de extermínio.

Isso significa dizer que os discursos de ódio ultrapassam os limites da violência por meio da textualidade – no sentido simbólico de codificação em palavras, imagens, expressões, etc. Passam, assim, a promover, incentivar e legitimar violências diretas, estruturais e, no nível da subjetividade, violências culturais.

No caso dos povos originários, identifica-se no âmbito da violência estrutural, a concepção de tutela (Suchanek, 2012) que baseia as legislações praticadas para sua proteção e garantia de direitos. Com críticas à postura do estado, Suchanek (2012, p. 240) escreve que “a República repete as estratégias da escravidão colonial, buscando políticas para 'civilizar' o índio (*sic*) para o trabalho”. A afirmativa problematiza a institucionalização sobre os povos indígenas.

Em referência à criação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (*sic*), instituída pela Lei N° 5.371, de 5 de dezembro de 1967, Suchanek (2012) destaca o Art. 1º, § 5º, que assegura uma educação apropriada aos indígenas com vista a sua progressiva integração na sociedade nacional. Logo, infere-se a continuidade do projeto de marginalização dos povos indígenas, pois, nesta concepção, existe a necessidade de se efetivar uma política integracionista. Com isso, negando a cultura indígena na formação da sociedade brasileira.

Tutelados pelo Estado, aos indígenas são atribuídas outras formas equivocadas de proteção e formação para que façam parte da população majoritária. A título de exemplo, temos a criação do Estatuto do Índio (*sic*), pela Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que os classifica em níveis de sociabilização até o objetivo final de integração. À margem, eles permanecem no imaginário e na comunicação das pessoas como sujeitos separados do conjunto nacional. Na comunicação, a desinformação acaba reforçando esta realidade, como observamos na matéria "Desinformação na Amazônia retoma imaginário colonial sobre a floresta e os povos indígenas", publicada pelo portal InfoAmazonia (Pereira, 2023, *online*)<sup>9</sup>.

Convém destacar o discurso de ódio contra os povos amazônidas, especificamente contra os povos originários, como repertório de comunicação da infodemia socioambiental diagnosticada nas eleições brasileiras em 2022. No Quadro 4, identificamos a combinação de discursos de ódio enquanto violência e como meio de amplificação de outros tipos de violência.

**Quadro 4: Matérias que caracterizam discursos de ódio**

DISCURSO DE ÓDIO	VIOLÊNCIA
Candidatos da Amazônia exaltam agronegócio, mas não falam de impacto do desmatamento	Crimes ambientais na região
Governador exalta redução da violência em Roraima, mas ignora assassinatos de indígenas	Assassinato indígena
A outra história da 'Indiociata' no Mato Grosso	Uso de termos pejorativo
Site de Beto Ourominas, candidato a deputado federal pelo Amapá, vende ouro de empresa ligada a garimpo ilegal	Garimpo ilegal
Sem terras demarcadas, indígenas se arriscam fazendo autodemarcação durante o governo Bolsonaro	Falta de demarcação de terras

**Fonte:** Pesquisa da Autora

<sup>9</sup> A publicação destaca como "discursos mentirosos inspirados em mitos da colonização estimulam violência no ambiente virtual e alimentam hostilidade contra povos da floresta e organizações que atuam na região" (Pereira, 2023, *online*).

Na disseminação dos discursos de ódio, tendo em vista a comunicação verbal, escrita ou comportamental, frisamos as situações de violência contra os povos amazônidas. Principalmente na postura do estado e de figuras com apresentação política, identificamos entre marcadores de ódio e violência: a minorização, negação, negligência, omissão, exploração e assassinato.

A exaltação do agronegócio em detrimento dos impactos negativos ao meio ambiente reflete negligência e omissão. A negação e omissão aparece também sobre assassinatos indígenas em Roraima (RR). A utilização do termo 'indociata' por Carlos Bolsonaro (Republicanos) em publicação no *Twitter* é outro caso de discurso de ódio ao mencionar os povos originários de forma pejorativa e discriminatória. A naturalização do garimpo ilegal, bem como o descumprimento da política de demarcação de terras indígenas caracteriza a violência direta de dizimação dos povos originários. Reiteramos que a crise humanitária dos povos Yanomami ilustra a situação de violência. Desassistidos pelo estado, eles sofrem as consequências do garimpo ilegal em suas terras.

Sendo assim, a identificação dos discursos de ódio como repertório de comunicação da infodemia socioambiental considera ainda o parecer da ONU (2019) sobre esta prática no contexto político-eleitoral. “O discurso de ódio está se transformando em arma para ganhos políticos com uma retórica incendiária que estigmatiza e desumaniza as minorias, os refugiados, as mulheres e outros” (ONU, 2019, p.1). Com a assertiva, a Organização alerta para a ameaça às ações democráticas liberais.

À vista dessa problemática, passamos à análise das matérias da seção “Eleições 2022”, publicadas pelo InfoAmazonia (2022, *online*). Por meio do jornalismo como forma do conhecimento, analisamos como o portal de notícias atuou para o enfrentamento da infodemia socioambiental nas eleições brasileiras, notando a identificação do repertório de comunicação utilizado pelos candidatos presidenciais e pelos candidatos ao Governo do Estado e demais cargos eletivos nos estados da Amazônia Legal.

### **CAPÍTULO III**

#### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE**

Neste capítulo, apresentamos os processos metodológicos para aplicação da Análise de Enquadramento Noticioso e Interpretativo, fundamentados nas proposições do autor Mauro Porto (2001; 2004), além da Análise de Domínio (Hjørland; Albrechtsen, 1995), que situam elementos relacionados à Amazônia Legal, centralizada nesta investigação. Assim, são informadas as regiões que fazem parte deste território, as populações que habitam a localidade, bem como a apresentação do nosso objeto de estudo, isto é, o portal de notícias InfoAmazonia. São listados também os títulos e as datas de publicação das matérias selecionadas na seção “Eleições 2022” do referido portal independente.

Ressaltamos ainda a utilização da análise indireta de enquadramento com o intuito de identificarmos frames culturais que compõem padrões específicos nas publicações (Vimeiro; Maia, 2011). Com isso, mais do que verificarmos, de forma minuciosa, os aspectos da textualidade, defendemos a necessidade de notar os contextos que orientam a construção das narrativas. Assim, consideramos a criação de conjuntos interpretativos para o agrupamento de informações semelhantes.

Em seguida, neste capítulo, também está a análise das matérias do portal de notícias InfoAmazonia com interpretações fundamentadas nas proposições teóricas elencadas nos capítulos anteriores e outras referências que auxiliam na compreensão do problema gerado pela desordem informacional. Para isso, além de verificarmos o enquadramento noticioso nas publicações, buscamos identificar o repertório de comunicação da infodemia socioambiental durante as eleições no Brasil em 2022 e indicar como o portal de notícias independente InfoAmazonia atuou sobre este repertório.

#### **3.1 MATERIAIS E MÉTODOS**

Para o desenvolvimento do tema, este estudo baseou-se em fundamentação teórica orientada à compreensão dos procedimentos de informação e construção do conhecimento entre os sujeitos em interação com narrativas dos meios de comunicação. Dessa forma, buscamos compreender e discutir o conceito de infodemia considerando a origem do termo (Rothkopf, 2003), as características do fenômeno na Comunicação (Pleyers, 2020), as estratégias adotadas para desinformação (Melo; Santana, 2022), os elementos estruturantes da

infodemia (Araújo, 2021), sua influência nos processos decisórios (Ávila Araújo, 2021), entre outras particularidades. Além disso, fez parte dessa revisão de bibliografia mapear fundamentos relacionados ao jornalismo social como alternativa ao sistema hegemônico (Genro Filho, 1996) e entender como esta atividade comunicativa pode proceder no enfrentamento à infodemia socioambiental (InfoAmazonia, 2022).

Com as reflexões teóricas sobre o tema em investigação, partimos para as articulações empíricas do fenômeno. No estudo aqui apresentado, compreendemos a informação “[...] no sentido de conhecimento comunicado” (Capurro; Hjørland, 2007, p 149). Tal entendimento torna-se essencial para análise do objeto estudado, uma vez que o mesmo remete à natureza tangível da informação (dados, documentos), alocando-a enquanto coisa (Buckland, 1991, p.1-2), não como processo ou conhecimento, mas como coisa tangível, mensurável.

Por conseguinte, ressaltamos que o entendimento de documento, ancora-se sobre as linhas de Briet (2016), tendo em vista a busca por informações que excedem a codificação textual, ou seja, além do entendimento de documento como prova, buscamos contextos e aspectos interpretativos nos documentos estudados. Neste caso, os estudos sobre infodemia socioambiental na Amazônia são desenvolvidos a partir das matérias elencada no Quadro 5, publicadas na seção “Eleições 2022” do portal de notícias InfoAmazonia (2022, *online*) e que configuram o documento desta pesquisa.

**Quadro 5: Matérias que compõem o corpus de análise - Seção “Eleições 2022”  
Setembro e outubro de 2022**

Nº	TÍTULO	PUBLICAÇÃO
1	Amazônia é um debate das eleições, mas Sudeste centraliza repercussão	06/09/2022
2	De cacica a candidata: cresce protagonismo feminino indígena dentro e fora das aldeias	09/09/2022
3	No Acre, candidatos ao governo disputam narrativa sobre delegacia contra crimes ambientais. Afinal, ela funciona?	16/09/2022
4	No Amazonas, candidato afirma que exploração de silvinita é parte da solução para estado se tornar potência brasileira de fertilizantes, mas não fala sobre impactos socioambientais	19/09/2022
5	Em Roraima, jingle de campanha do candidato Antonio Denarium (PP) diz que ele foi ‘cuidadoso na pandemia’. A história é outra	20/09/2022
6	Candidatos da Amazônia exaltam agronegócio, mas não falam de impacto do desmatamento	21/09/2022
7	Hidrovia prometida em campanha no Mato Grosso ignora impacto ambiental no Pantanal	22/09/2022
8	Governador exalta redução da violência em Roraima, mas ignora assassinatos de indígenas	23/09/2022
9	Assassinato de ambientalistas em terra reivindicada por Torrinho, candidato a deputado no Pará, completa 9 meses sem respostas	23/09/2022
10	A outra história da ‘Indiocia’ no Mato Grosso: focos de incêndio em terras indígenas e pressão do agro	26/09/2022

11	Helder Barbalho vê mineração como ‘vocação’ do Pará, mas recursos bilionários mudam a vida da população?	28/09/2022
12	60 candidatos da Amazônia têm campanhas financiadas por desmatadores	28/09/2022
13	Site de Beto Ourenomas, candidato a deputado federal pelo Amapá, vende ouro de empresa ligada a garimpo ilegal	29/09/2022
14	Amazonas tem recorde de queimadas e zero proposta de candidatos para combatê-las	29/09/2022
15	Senadores candidatos à reeleição optam pelo silêncio e não se posicionam em relação aos PLs que ameaçam a Amazônia	29/09/2022
16	No Acre, Mara Rocha afirma que produção sustentável trouxe miséria, mas indicadores socioeconômicos mostram o contrário	30/09/2022
17	Presidenciais mudam de tom no Twitter e suavizam declarações contra demarcação de terras indígenas	30/09/2022
18	Jovens da Amazônia se mobilizam por voto consciente contra mudanças climáticas	30/09/2022
19	Último debate eleitoral trouxe recorde de engajamento em perfis indígenas no Twitter	30/09/2022
20	Fake news ajudam a concentrar riqueza e favorecem destruição da floresta, diz Marina Silva	01/10/2022
21	O futuro da Amazônia será decidido nestas eleições	04/10/2022
22	Campanha de Bolsonaro recebeu R\$ 3,1 milhões de infratores ambientais	05/10/2022
23	No YouTube, PL infla números para dizer que Lula e Dilma queimaram mais a Amazônia do que Bolsonaro	06/10/2022
24	Bancada pró-meio ambiente na Câmara encolhe 20%, mas ganha nomes de peso	07/10/2022
25	‘Sepultamento da memória’ fez eleitores do Amazonas esquecerem a pandemia, diz sociólogo	07/10/2022
26	Tocantins: Wanderlei Barbosa, governador eleito, não assina carta-compromisso em defesa da agricultura familiar	11/10/2022
27	Por decreto, Bolsonaro corta funções da Funai: “será o fim da demarcação das terras indígenas”, denunciam entidades	13/10/2022
28	O truque de Bolsonaro para dizer que cuida do pequeno produtor rural	14/10/2022
29	Em meio a recordes, cidade mais bolsonarista da Amazônia está entre as mais desmatadas em setembro	14/10/2022
30	Estudantes indígenas relatam cansaço e desgaste após ataques às universidades públicas	15/10/2022
31	Maranhão: governador eleito cita 80 quilombos ‘regularizados’ — mas só titulóu 11	18/10/2022
32	Lula reduziu desmatamento da Amazônia em 70%; aumento em anos de Bolsonaro é de 73%	19/10/2022
33	YouTubers bolsonaristas desinformam ao dizer que Europa destruiu florestas e que agora pune agro brasileiro por desmatamento	20/10/2022
34	Uso da máquina pública, violação indígena e ambiental na construção da BR319: o legado de Tarcísio na Amazônia	24/10/2022
35	Wilson Lima responde por omissão no combate ao desmatamento em 15 municípios do Amazonas	20/10/2022
36	Exclusivo: Demarcar terras indígenas não acaba com o agronegócio como disse Bolsonaro, mostra levantamento	25/10/2022
37	‘Bolhanaro’: 97% das interações de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais ocorrem sem sair da própria bolha	26/10/2022
38	Ação de robôs é ‘extremamente alta’ nas eleições e aumentou com a aproximação do segundo turno, diz especialista	26/10/2022

39	Aliado de Bolsonaro, governador reeleito de MT diz que estado campeão em área degradada é exemplo de proteção ambiental	27/10/2022
40	Sem terras demarcadas, indígenas se arriscam fazendo autodemarcação durante o governo Bolsonaro	27/10/2022
41	Em imagens de satélite: a devastação da Amazônia no governo Bolsonaro	28/10/2022
42	Eleição de domingo vai definir política brasileira sobre garimpo na Amazônia	29/10/2022
43	Em Rondônia, vídeos desinformam sobre demarcação de terras indígenas para virar voto para Bolsonaro	29/10/2022

**Fonte:** Pesquisa da Autora

Nesse documento, foram selecionadas quarenta e três matérias publicadas entre os meses de setembro e outubro de 2022 (Quadro 5). A amostra foi definida considerando o calendário eleitoral de 2022, regulamentado pela Resolução N° 23.674, de 16 de dezembro de 2021. Especificamente, analisamos as matérias publicadas entre os dias 16 de agosto (quando passa a ser permitida a propaganda eleitoral, inclusive na internet) e 30 de outubro (quando foi realizado o segundo turno das eleições de 2022). Tendo em vista o dia 28 de outubro como a data limite para divulgação de propaganda eleitoral dos candidatos, estendemos nossa busca para o dia 30 considerando o tempo de repercussão dos assuntos no portal InfoAmazonia. Então, o conjunto que compõe nosso corpus de estudo são as matérias publicadas entre 6 de setembro de 2022 e 29 de outubro de 2022, uma vez que optamos por analisar exclusivamente as produções da seção “Eleições 2022”, direcionada à cobertura do pleito brasileiro.

Frente a isso, ao estabelecermos diálogo com a Ciência da Informação, pretendemos desenvolver um método para alcançar de forma eficiente os objetivos do estudo aqui apresentado. Logo, a Análise de Domínio emerge no contexto metodológico, como método, em alicerce a Análise de Enquadramento Noticioso e Interpretativo.

Assim, delimitamos o domínio de análise compreendendo por “Domínio” (Hjørland; Albrechtsen, 1995, p. 400), a unidade de estudo. Unidade essa que pode relacionar-se a especialidade, disciplina, meio ambiente, entre outros, uma vez que um domínio pode ser compreendido enquanto comunidade discursiva que segundo Tennis (2003, p. 192), uma “[...] área de especialização, um corpo de literatura, ou mesmo um sistema de pessoas e práticas com uma mesma linguagem comum”. Posto isso, apoiados na interdisciplinaridade da Comunicação (Santos; Fujiki; Costa, 2016), relacionamos a AD a esta análise.

Como primeiro elemento deste domínio, apontamos o Portal de Notícias InfoAmazonia como objeto de estudo. Registrado no endereço eletrônico <https://infoamazonia.org/>, o projeto jornalístico se apresenta como uma mídia alternativa no país. Criado em 2020, o veículo de

comunicação propõe a utilização de dados estatísticos, mapas e reportagens geolocalizadas para noticiar acontecimentos sobre a Amazônia.

Como segundo elemento, temos a região noticiada pelo InfoAmazonia. Com aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup> de floresta, a Amazônia possui a maior biodiversidade do planeta, abrange Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Guiana, Venezuela, Suriname, Equador e Guiana Francesa. Nessa extensão, 68% do ecossistema amazônico está no Brasil. Ademais, na área relativa ao território brasileiro, nove estados formam a denominada Amazônia Legal, sendo eles: Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

É sobre esse núcleo que a presente pesquisa se desenvolve. Dessa forma, o recorte sob análise no Portal de Notícias focaliza a seção “Eleições 2022”, acessado pelo link <https://infoamazonia.org/categoria/eleicoes-2022/>. A seção em destaque, que também configura um elemento do domínio que estudamos, reúne em sua proposta editorial matérias referentes à cobertura realizada na região da Amazônia Legal durante o pleito eleitoral de 2022 no Brasil. Em específico, o Jornalismo do InfoAmazonia visou confrontar veementemente narrativas falsas nas campanhas de candidatos a cargos da administração pública nos estados da Amazônia Brasileira.

Definido o domínio a ser estudado, buscamos compreender como se desenvolvem as respostas à infodemia socioambiental por meio da Análise de Enquadramento Jornalístico, que permite observar aspectos interpretativos nas narrativas. Entman (1993, p. 52, tradução nossa) explica que “enquadrar envolve essencialmente seleção e relevância. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo”. Nesta ação, como completa o autor, há interesses para promover uma definição, interpretação ou recomendação.

Quanto à aplicação empírica metodológica, a pesquisa considera a análise indireta de enquadramento da mídia em razão da importância de identificar frames culturais (Vimeiro; Maia, 2011). Isso porque a “[...] abordagem cultural, que é uma perspectiva mais ampla acerca dos frames, indica que não são apenas palavras, mas, sim, contextos e sentidos indiretos, os responsáveis por um padrão específico de entendimento acerca de uma temática em um texto midiático” (Vimeiro; Maia, 2011, p. 240). Dessa forma, o valor cultural, que singulariza a interpretação da sociedade, deve ser enfatizado na discussão sobre ações de enfrentamento a infodemia socioambiental.

Para indicar parâmetros culturais no recorte de análise, adotamos a proposta das autoras acerca da criação de conjuntos interpretativos. O procedimento possibilita agrupar elementos

formados por dispositivos simbólicos específicos com o enquadramento utilizado como princípio abstrato e geral. Em síntese, significa perceber que esses conjuntos de elementos podem apresentar níveis de controvérsia mesmo quando compartilham um mesmo enquadramento. Nesse sentido, o enquadramento representa uma faixa de posições (Vimeiro; Maia, 2011) e não um determinante para demarcar símbolos.

Enquanto percurso metodológico, seguimos as proposições de Mauro Porto (2004) para o emprego da análise de enquadramento, que elenca três passos. Com base no primeiro passo indicado pelo autor, definimos dois níveis de enquadramento para esta pesquisa: o noticioso e o interpretativo. Noticioso por explorarmos conteúdos informativos entregues à sociedade, e interpretativo por possibilitar elencar padrões interpretativos para avaliar temas específicos em circulação – neste caso, relacionado à infodemia socioambiental. No enquadramento interpretativo, desenvolvemos interpretações mais amplas para identificarmos o repertório de comunicação da infodemia e o enfrentamento a este problema por meio do jornalismo.

O segundo passo consiste em identificar controvérsias nos enquadramentos (Porto, 2004). A ideia parte do princípio de que “[...] enquadramentos não se referem apenas a processos de manipulação, mas são parte de qualquer processo comunicativo” (Porto, 2004, p. 94). Vale perceber, nessa disputa característica de processos políticos, como descreve o autor, o porquê de um enquadramento ter mais ênfase em detrimento de outro. Sob essa lógica, cabem reflexões sobre as reações aos sentidos que a desinformação e determinados enquadramentos referentes a questões socioambientais instituem na sociedade.

Definidos os níveis de enquadramento e identificadas controvérsias, o terceiro passo é a análise do conteúdo levantado. Nesta etapa, foram criados Eixos com subtemas das matérias lançadas em resposta à infodemia sobre questões socioambientais. Isto é, foram destacados os principais assuntos tratados nas produções. Com esse ordenamento, pudemos “[...] adotar categorias de classificação sistemáticas e protocolos para a codificação do conteúdo”, como recomenda Porto (2004, p. 96). A partir de então, a análise dos resultados obtidos permite a compreensão das particularidades presentes nas narrativas.

Um elemento relevante para a pesquisa consiste em notar a presença ou ausência de enquadramentos no contraste à ação de resposta aos discursos de campanhas nas eleições. Por exemplo, devido ao objeto estar inserido em um quadro político eleitoral, importa avaliar se há ou não tendências partidárias nas produções. Afinal, é relevante considerar se esse fator interfere no processo decisório de enquadramentos.

Com os resultados obtidos da análise das matérias jornalísticas, verificamos as operações implementadas pelo site InfoAmazonia na produção de conteúdo. Dessa maneira, foi possível listar e indicar boas práticas para o enfrentamento da infodemia.

Enfatizamos que “[...] os enquadramentos funcionam como princípios básicos de organização das nossas experiências. Definem não só a forma como interpretamos as situações, mas também como interagimos com os outros” (Gonçalves, 2011, p. 158). Logo, com a sistematização dos enquadramentos presentes nas publicações, objetivamos orientar para a interpretação crítica da realidade.

### 3.2 ENQUADRAMENTO NOTICIOSO: FOCO DOMINANTE NOS INDIVÍDUOS, EPISÓDIOS E TEMAS

O autor Mauro Porto (2004), ao refletir sobre os desafios do jornalismo internacional na cobertura das eleições dos Estados Unidos da América (EUA) no ano 2000, quando o processo eleitoral foi marcado por impasses que, inclusive, chegou à definição do candidato eleito depois de disputa na Suprema Corte, considerou as seguintes questões na cobertura jornalística desse processo de eleição: parâmetros de cobertura da eleição; definição de características do sistema norte-americano, compreensão do impasse que continuou após a eleição e o que isso representou para a potência mundial que são os Estados Unidos (Porto, 2001, p. 2).

Direcionado por esses marcadores, Porto (2001) sistematizou procedimentos que auxiliaram na análise de conteúdo de dois veículos brasileiros – *Folha de SP* e *Jornal Nacional* – para verificar como ocorreu a cobertura das eleições dos Estados Unidos no país. Trata-se da identificação do **Enquadramento Dominante** presente nas reportagens de ambos jornais. A intenção foi identificar padrões gerais que apontassem “[...] as principais características da cultura profissional dos jornalistas brasileiros” (Porto, 2001, p. 2).

O procedimento metodológico empregado para compreensão da cobertura das eleições norte-americanas nos interessa no sentido de, por meio deste mesmo processo aplicado pelo autor, também entender o que os enquadramentos utilizados pelo jornalismo do portal InfoAmazonia comunicam sobre a cobertura da questão socioambiental sobre a Amazônia Legal no contexto das eleições de 2022 no Brasil. Isso porque “[...] na cobertura de assuntos públicos, os enquadramentos permitem aos jornalistas e, em certa medida, ao público, organizar e interpretar eventos e questões políticas de formas específicas” (Porto, 2001, p. 3). Logo, em consonância com as proposições de Mauro Porto (2001), com ênfase ao **Enquadramento**

**Noticioso** neste tópico, buscamos agrupar as publicações da seção “Eleições 2022” conforme **Enquadramento Dominante** focalizado em **Personalidades** (atores sociais), **Episódios** e **Temas**. Assim, a seguir, apresentamos a análise das matérias publicadas pelo portal de notícias independente InfoAmazonia.

**Quadro 6 – Notícias sob o Enquadramento Dominante focalizado na Personalidade dos Candidatos (de 6 de setembro a 30 de outubro – 1 matéria)**

Nº	MATÉRIA	PERSONALIDADE
1	Assassinato de ambientalistas em terra reivindicada por Torrinho, candidato a deputado no Pará, completa 9 meses sem respostas	Informações pessoais e parentescos políticos

**Fonte:** Pesquisa da Autora.

Tendo em vista a definição do **Enquadramento Dominante** focalizado na **Personalidade** dos candidatos, ou seja, “[...] notícias centradas nas características pessoais dos candidatos e de outros intervenientes importantes” (Porto, 2001, p. 4), das 43 matérias analisadas, identificamos que apenas uma possui características que correspondem a esta classificação. Trata-se da publicação com o título “Assassinato de ambientalistas em terra reivindicada por Torrinho, candidato a deputado no Pará, completa 9 meses sem respostas” (Bispo, 2022, *online*).

Chama atenção na construção desta narrativa a ênfase que o portal dá aos aspectos relacionados à história pessoal (Porto, 2001) do candidato a deputado estadual Torrinho (Podemos – PA). Em um trecho da matéria completa, o jornalista escreve: “O crime ocorreu em uma área reivindicada pelo **fazendeiro** Francisco Torres de Paula Filho, o Torrinho, candidato a deputado estadual no Pará, pelo Podemos, e **irmão do prefeito da cidade**, João Cleber de Sousa Torres” (Bispo, 2022, *online*, grifo nosso). Na sequência, segue especificando características pessoais do candidato: “A casa de madeira e chão batido onde viviam estava cercada pelas **fazendas dos irmãos Torres**” (Bispo, 2022, *online*, grifo nosso).

Nesse sentido, os elementos grifados mostram as escolhas dos jornalistas que “por vezes centraram-se nas qualidades pessoais e no papel dos principais membros das famílias dos candidatos” (Porto, 2001, p. 17). Para esta classificação, ressaltamos como os elementos individuais dos candidatos são enfatizados na matéria, inclusive quando a publicação informa o patrimônio pessoal do candidato.

A seguir, temos as matérias classificadas sob o **Enquadramento Dominante** focalizado em **Episódios**. Neste esquema de classificação, “[...] jornalistas relatam fatos atuais, descrevendo eventos de campanhas, tais como convenções, debates e comícios” (Porto, 2001,

p. 13). Em outras situações, Porto (2001, p.13) acrescenta que “[...] os jornalistas relataram crenças ou atitudes dos actores, limitando-se geralmente a citar as suas declarações”. Assim, considerando esses dois padrões, listamos as seguintes matérias do portal InfoAmazonia:

**Quadro 7 – Notícias sob o Enquadramento Dominante Episódico  
(de 6 setembro a 30 de outubro – 24 matérias)**

Nº	MATÉRIAS	EPISÓDIOS
1	No Acre, candidatos ao governo disputam narrativa sobre delegacia contra crimes ambientais. Afinal, ela funciona?	Gladson Cameli (PP); Jorge Viana (PT).
2	No Amazonas, candidato afirma que exploração de silvinita é parte da solução para estado se tornar potência brasileira de fertilizantes, mas não fala sobre impactos socioambientais	Eduardo Braga (MDB)
3	Em Roraima, jingle de campanha do candidato Antonio Denarium (PP) diz que ele foi ‘cuidadoso na pandemia’. A história é outra	Antonio Denarium (PP)
4	Candidatos da Amazônia exaltam agronegócio, mas não falam de impacto do desmatamento	Teresa Surita (MDB); Jorge Viana (PT); Mauro Mendes (UNIÃO).
5	Hidrovia prometida em campanha no Mato Grosso ignora impacto ambiental no Pantanal	Márcia Pinheiro (PV)
6	Governador exalta redução da violência em Roraima, mas ignora assassinatos de indígenas	Antonio Denarium (PP)
7	Helder Barbalho vê mineração como ‘vocação’ do Pará, mas recursos bilionários mudam a vida da popula�o?	Helder Barbalho (MDB)
8	Site de Beto Ourominas, candidato a deputado federal pelo Amapá, vende ouro de empresa ligada a garimpo ilegal	Beto Silva Ourominas (PSC)
9	No Acre, Mara Rocha afirma que produ�o sustentável trouxe miséria, mas indicadores socioeconômicos mostram o contrário	Mara Rocha (MDB)
10	Presidenciáveis mudam de tom no Twitter e suavizam declara�es contra demarca�o de terras indígenas	Jair Bolsonaro (SPL); Simone Tebet (MDB); Soraya Thronicke (UNIÃO).
11	Fake news ajudam a concentrar riqueza e favorecem destrui�o da floresta, diz Marina Silva	Marina Silva (Rede)
12	Tocantins: Wanderlei Barbosa, governador eleito, não assina carta-compromisso em defesa da agricultura familiar	Wanderlei Barbosa (Republicanos)
13	Por decreto, Bolsonaro corta fun�es da Funai: “será o fim da demarca�o das terras indígenas”, denunciam entidades	Jair Bolsonaro (PSL)
14	O truque de Bolsonaro para dizer que cuida do pequeno produtor rural	Jair Bolsonaro (PSL)
15	Maranhão: governador eleito cita 80 quilombos ‘regularizados’ — mas são t�tulou 1	Carlos Brandão (PSB)
16	Lula reduziu desmatamento da Amazônia em 70%; aumento em anos de Bolsonaro � de 73%	Luiz In�cio Lula da Silva (PT) Jair Bolsonaro (PSL)
17	Wilson Lima responde por omissão no combate ao desmatamento em 15 municípios do Amazonas	Wilson Lima (PSC)
18	Exclusivo: Demarcar terras indígenas não acaba com o agronegócio como disse Bolsonaro, mostra levantamento	Jair Bolsonaro (PSL)
19	‘Bolhanaro’: 97% das intera�es de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais ocorrem sem sair da própria bolha	Jair Bolsonaro (PSL)
20	Aliado de Bolsonaro, governador reeleito de MT diz que estado campeão em área degradada � exemplo de prote�o ambiental	Mauro Mendes (União Brasil)
21	Elei�o de domingo vai definir política brasileira sobre garimpo na Amazônia	Luiz In�cio Lula da Silva (PT) Jair Bolsonaro (PSL)

22	A outra história da ‘Indiocia’ no Mato Grosso: focos de incêndio em terras indígenas e pressão do agro	Publicação que seria de apoio ao candidato Jair Bolsonaro (PSL)
23	Último debate eleitoral trouxe recorde de engajamento em perfis indígenas no Twitter	Debate televisionado
24	YouTubers bolsonaristas desinformam ao dizer que Europa destruiu florestas e que agora pune agro brasileiro por desmatamento	Repercussão sobre aprovação de Lei Europeia

Fonte: Pesquisa da Autora.

Dentro do quantitativo de 24 publicações sob o **Enquadramento Dominante Episódico**, 21 matérias têm como conteúdo o posicionamento de candidatos a cargos eletivos nos estados da Amazônia Legal: **Acre (AC)** – Gladson Cameli (PP), Jorge Viana (PT) e Mara Rocha (MDB); **Amapá (AP)** – Beto Silva Ourominas (PSC); **Amazonas (AM)** – Eduardo Braga (MDB), Wilson Lima (PSC); **Pará (PA)** – Helder Barbalho (MDB); **Roraima (RR)** – Antônio Denarium (PP) e Teresa Surita (MDB); **Mato Grosso (MT)** – Mauro Mendes (União Brasil) e Márcia Pinheiro (PV); **Tocantins (TO)** – Wanderlei Barbosa (Republicanos); **Maranhão (MA)** – Carlos Brandão (PSB). **Além dos presidenciais** – Jair Bolsonaro (PSL), Simone Tebet (MDB), Soraya Thronicke (União Brasil) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Neste conjunto episódico, 21 matérias ressaltam o posicionamento dos candidatos a respeito de assuntos socioambientais sobre a Amazônia. Por meio de declarações com citação em aspas, uma característica notada na maioria dos casos, os jornalistas escrevem: “jingle de campanha do candidato Antonio Denarium (PP) diz que ele foi **‘cuidadoso na pandemia’**” (Costa, 2022, *online*, grifo nosso); “Helder Barbalho vê mineração como **‘vocação’** do Pará” (Costa, 2022, *online*, grifo nosso); “Maranhão: governador eleito cita 80 quilombos **‘regularizados’**” (Ferreira, 2022, *online*, grifo nosso); entre outros exemplos que trazem trechos de entrevistas e produtos de campanhas dos candidatos, tais como os vídeos exibidos nos programas eleitorais transmitidos durante o Horário Eleitoral Gratuito.

Durante o período das eleições de 2022 ocorreram eventos específicos relativo às ações de campanha dos candidatos. Esses acontecimentos também compõem a categoria de matérias com enquadramentos focalizados em episódios. Nesse sentido, enumeramos no Quadro 7 episódios que foram noticiados como destaques nos textos publicados pelo InfoAmazonia.

Como parte das agendas de campanhas, os debates eleitorais televisionados são eventos que visam informar os eleitores sobre o ponto de vista dos respectivos candidatos em relação aos mais diversos assuntos, também são um meio de divulgação das propostas dos candidatos. Enquanto eventos de campanha, quando em destaque nas notícias, fazem parte do **Enquadramento Episódico**. Por isso, a publicação com o título “Último **debate eleitoral**

trouxe recorde de engajamento em perfis indígenas no Twitter” (Soares, 2022, *online*, grifo nosso) está classificada nesta categoria.

Outro padrão episódico que identificamos nas publicações durante análise, foi a apuração que o InfoAmazonia realizou sobre os eventos abordados nos conteúdos postados em redes sociais por candidatos a cargos eletivos e seus apoiadores. Dessa forma, classificamos as matérias que dão ênfase a esses acontecimentos sob o **Enquadramento Episódico**.

Em “A outra história da **‘Indiocia’ no Mato Grosso**” (InfoAmazonia, 2022, *online*, grifo nosso), o portal descreve a repercussão de um vídeo publicado pelo vereador do Rio de Janeiro (RJ) Carlos Bolsonaro (Republicanos) favorável ao candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL). No conteúdo audiovisual, apresentado como ação de apoio indígena à candidatura de Bolsonaro (PSL), dois indígenas aparecem segurando uma faixa com a imagem do candidato e a Bandeira do Brasil. Por conseguinte, classificamos a matéria sob o **Enquadramento Episódico** tendo em vista a apuração jornalística que o portal independente faz em torno do vídeo e, sobretudo, do episódio exposto nas imagens. Outro acontecimento enfatizado pelo portal foi a repercussão sobre a **aprovação de Lei Europeia** que proíbe importação de produtos provenientes de áreas desmatadas (Geraque, 2022, *online*), que também compõe o enquadramento centralizado em um episódio.

Quanto ao **Enquadramento Dominante** focalizado em **Temas** sobre questões socioambientais na Amazônia Legal, elencamos 17 matérias na seção voltada à cobertura das eleições no portal InfoAmazonia. Listadas no Quadro 8, as publicações tratam sobre a **Amazônia**; com atenção aos **crimes ambientais**; **propostas legislativas** que prejudicam a região; **políticas de demarcação de terras**; **representatividade feminina** na política local e nacional; **financiadores de campanhas**; **ativismo social** a favor dos assuntos socioambientais na região amazônica; entre outros assuntos.

**Quadro 8 – Notícias sob o Enquadramento Dominante focalizado em Temas**  
(de 6 de setembro a 30 de outubro – 17 matérias)

Nº	MATÉRIAS	TEMAS
1	Amazônia é um debate das eleições, mas Sudeste centraliza repercussão	Amazônia
2	O futuro da Amazônia será decidido nestas eleições	
3	Amazonas tem recorde de queimadas e zero proposta de candidatos para combatê-las	Crimes ambientais
4	Em meio a recordes, cidade mais bolsonarista da Amazônia está entre as mais desmatadas em setembro	
5	Em imagens de satélite: a devastação da Amazônia no governo Bolsonaro	
6	No YouTube, PL infla números para dizer que Lula e Dilma queimaram mais a Amazônia do que Bolsonaro	

7	De cacica a candidata: cresce protagonismo feminino indígena dentro e fora das aldeias	Protagonismo feminino indígena
8	60 candidatos da Amazônia têm campanhas financiadas por desmatadores	Financiamento de campanhas por desmatadores
9	Campanha de Bolsonaro recebeu R\$ 3,1 milhões de infratores ambientais	
10	Senadores candidatos à reeleição optam pelo silêncio e não se posicionam em relação aos PLs que ameaçam a Amazônia	PLs que ameaçam a Amazônia
11	Jovens da Amazônia se mobilizam por voto consciente contra mudanças climáticas	Movimentos sociais contra mudanças climáticas
12	Bancada pró-meio ambiente na Câmara encolhe 20%, mas ganha nomes de peso	Resultado eleitoral
13	‘Sepultamento da memória’ fez eleitores do Amazonas esquecerem a pandemia, diz sociólogo	
14	Estudantes indígenas relatam cansaço e desgaste após ataques às universidades públicas	Educação indígena
15	Ação de robôs é ‘extremamente alta’ nas eleições e aumentou com a aproximação do segundo turno, diz especialista	Uso de <i>bots</i> por candidatos
16	Sem terras demarcadas, indígenas se arriscam fazendo autodemarcação durante o governo Bolsonaro	Demarcação de terras
17	Em Rondônia, vídeos desinformam sobre demarcação de terras indígenas para virar voto para Bolsonaro	

**Fonte:** Pesquisa da Autora.

Nas publicações classificadas sob o **Enquadramento Temático**, observamos que, embora os textos também explorem o posicionamento de candidatos a cargos eletivos na região amazônica, há a centralização desses posicionamentos em um tema específico que é problematizado na cobertura jornalística do portal de notícias. Nesse sentido, os “[...] padrões interpretativos que se concentram nas proposições e propostas dos candidatos” e a “[...] ênfase das notícias que coloca as questões públicas num contexto mais geral ou abstrato” (Porto, 2001, p. 4) justificam a classificação das matérias elencadas no Quadro 8.

Quando o portal noticia que a “**Amazonia** é um debate das eleições” (Soares, 2022, *online*), é problematizada a concentração deste debate na região sudeste, distante do território amazônica. Neste mesmo conjunto interpretativo, as matérias “Amazonas tem **recorde de queimadas** e zero proposta de candidatos para combatê-las” (Botelho, 2022, *online*) e “Senadores candidatos à reeleição optam pelo silêncio e não se posicionam em relação aos **PLs que ameaçam a Amazônia**” (Alencar, 2022, *online*) sinalizam que além das discussões acontecerem fora da região, existe a falta de posicionamento dos candidatos.

Da mesma forma, as demais matérias também exploram assuntos socioambientais e mostram como os candidatos estão inseridos nas temáticas. Ao reportar que “Campanha de Bolsonaro recebeu R\$ 3,1 milhões de infratores ambientais” (Bispo, 2022, *online*) e que “60 candidatos da Amazônia têm **campanhas financiadas por desmatadores**” (Chaves, 2022,

*online*), os jornalistas do InfoAmazonia mencionam os candidatos que receberam valores para custear suas campanhas.

Na abordagem dos temas referentes à crimes ambientais, demarcação de terras e resultado do 1º turno das eleições, o portal de notícias independente explora contextos abrangentes, mas citando o nome e o posicionamento dos candidatos em todos os casos. Assim, os **recordes de desmatamento na Amazônia** (Chaves, 2022, *online*) e a **falta de demarcação de terras** indígenas (Pereira, 2022, *online*) são associados ao governo do ex-presidente e candidato Jair Bolsonaro (PSL); além disso, analisando o resultado das eleições no estado do Amazonas (AM), questiona-se a expressiva votação que o candidato a governador Wilson Lima (PSC) e o candidato Jair Bolsonaro (PSL) receberam “[...] mesmo após a crise de oxigênio que matou centenas de pessoas em Manaus” (Pereira, 2022, *online*). Nesta publicação, em específico, o formato da matéria segue o gênero entrevista, tendo como entrevistado o sociólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Luiz Antônio Nascimento, que analisa o cenário estadual.

Ainda na categoria referente ao **Enquadramento Dominante Temático**, o **ativismo social** ganha destaque nas publicações. Dessa forma, são enfatizados o avanço da representação de minorias nas disputas eleitorais com a matéria “De cacica a candidata” (Dantas, 2022, *online*); e a organização de grupos em defesa de políticas públicas que beneficiem a sociedade e o meio ambiente amazônico, temática vista em “Jovens da Amazônia se mobilizam por voto consciente contra mudanças climáticas” (Chaves, 2022, *online*). Ambas abordagens relacionadas ao contexto político eleitoral.

No geral, conforme a categorização das matérias supracitadas sob o Enquadramento Dominante focalizado em **personalidades, temas e episódios**, notamos como ocorreram as escolhas do portal de notícias independente InfoAmazonia para realizar a cobertura das eleições no Brasil, com ênfase à atuação dos candidatos a cargos eletivos na Amazônia Legal. Ora com foco no posicionamento explícito dos candidatos que declaravam suas propostas e percepções sobre assuntos socioambientais, ora com realce à omissão dos candidatos que impacta negativamente as questões sociais e ambientais da região amazônica, o portal informativo conseguiu cumprir o objetivo de reportar assuntos eleitorais, bem como vincular a isto os assuntos relacionados ao contexto socioambiental da localidade.

A predominância dos **Enquadramentos Dominantes** das matérias estarem **focalizados em episódios e temas**, confirma que a cobertura do portal se manteve delimitada no evento eleitoral de 2022. Mesmo a única publicação que traz questões pessoais de um candidato, como

nos apresenta o Quadro 6, referente ao **Enquadramento Dominante focalizado em personalidades**, parece relevante na medida em que entendemos a conjuntura do problema relatado. Por se tratar de um crime ocorrido em uma área particular reivindicada pelo candidato Torrinho (Podemos – PA) e ainda devido registro de processo junto à Polícia Federal que investiga o candidato e seu irmão que é prefeito municipal de São Félix do Xingu, João Cleber Torres (MDB), o procedimento de apuração do InfoAmazonia não desvia do objetivo de reportar as eleições na Amazônia, uma vez que a matéria denuncia casos de violência no campo.

Com base no conteúdo analisado, verificamos no próximo tópico como ocorreu o jornalismo do InfoAmazonia ao problematizar contradições no posicionamento dos candidatos, as quais contribuíram para a infodemia socioambiental sobre a Amazônia nas eleições brasileiras. Nesta etapa, aplicamos o **Enquadramento Interpretativo** proposto por Porto (2004) para identificarmos as controvérsias apontadas pelas notícias do InfoAmazonia, considerando contextos e sentidos indiretos que constituem padrões específicos (Vimeiro; Maia, 2011) nas publicações. O objetivo, simultâneo a este processo, é também verificar como o portal independente atuou para refutar a infodemia socioambiental sobre a Amazônia durante a cobertura das eleições. Assim, além de identificarmos as principais fontes de apuração consultadas pelos jornalistas, criamos conjuntos interpretativos chamados de **Eixos** para compreendermos esta dinâmica.

### 3.3 ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO: REPERTÓRIO DA INFODEMIA E ATUAÇÃO DO INFOAMAZONIA NO ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA

Observamos que, para desenvolver os enunciados dispostos na seção “Eleições 2022”, o InfoAmazonia obteve informações a partir de diferentes fontes. Podemos entender o uso dessas fontes de informações consultadas pelo portal desde a ênfase ao posicionamento dos candidatos – situada na coluna referente a Fontes de Conteúdo, até as fontes que embasaram os procedimentos de apuração dessas informações – na coluna Fontes de Apuração. Assim, para fins de organização dos dados verificados nas publicações, criamos conjuntos interpretativos para agrupar fontes de informações semelhantes, em destaque no Quadro 9.

**Quadro 9 – Conjunto de fontes de informações consultadas pelo InfoAmazonia**

<b>FONTES DE CONTEÚDO</b>	<b>FONTES DE APURAÇÃO</b>
Agenda de Campanha	Instituições da Administração Pública
Registro de Campanhas no TSE	Leis
Ministério Público Estadual e Federal	Entrevistas com especialistas
Portal da Câmara dos Deputados	Organizações da sociedade e movimentos populares
Imprensa local	Redes Sociais e imprensa local

**Fonte:** Pesquisa da Autora.

No conjunto de fontes de conteúdo relativas à agenda de campanhas, incluímos os programas do Horário Eleitoral Gratuito, garantido pela Lei 9.504/1997 (Brasil, 1997); debates midiáticos; e entrevistas concedidas pelos candidatos. Essas fontes de informação predominaram principalmente nas matérias que estão classificadas sob o **Enquadramento Noticioso Dominante** focalizado em **Episódios** – Quadro 7. Isso porque, nesta categoria, “os jornalistas relatam basicamente os acontecimentos atuais da campanha e as crenças dos atores” (Porto, 2001, p. 4). Logo, destacam-se dessas fontes as declarações dos candidatos nos produtos de divulgação de propostas e, ainda, o que declaram nos eventos de campanha.

Sobre as matérias que apresentam os programas exibidos pelo Horário Eleitoral Gratuito como fontes de conteúdo, 9 enfatizaram as declarações dos candidatos. O padrão detectado nesses textos são afirmativas marcadas com aspas. O sinal de pontuação aparece, por exemplo, nos trechos: “Roraima ficou em primeiro lugar na redução da violência” (Costa, 2022, *online*), “Na região de Cáceres, Márcia vai trabalhar para viabilizar recursos e finalizar as obras da Zona de Processamento de Exportação [...]” (InfoAmazonia, 2022, *online*) e “O nosso plano prevê que o Amazonas se torne uma potência no fornecimento de fertilizantes para todo o Brasil [...]” (Botelho, 2022, *online*). Respectivamente, os recortes foram retirados dos programas eleitorais dos candidatos Antônio Denarium (PP – RR), Márcia Pinheiro (PV – MT) e Eduardo Braga (MDB – AM).

Entre os debates televisionados recuperados como fontes de conteúdo, podemos citar o debate realizado pela TV Mirante, afiliada da TV Globo em São Luiz (MA), de onde o portal de notícias InfoAmazonia ressalta o trecho em que o candidato ao governo do Maranhão (MA) Carlos Brandão (PSB) diz que “estaria ‘regularizando 80 quilombos’” (Ferreira, 2022, *online*); outro caso, neste conjunto interpretativo, é o debate televisionado da TV Bandeirantes, onde são destacados trechos de declarações dos candidatos presidenciais Jair Bolsonaro (PSL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “Lula disse: ‘Foi no nosso governo o menor desmatamento da Amazônia’. Bolsonaro rebateu: ‘No seu governo foi desmatado mais do que o dobro do que o meu’” (Dantas, 2022, *online*). À vista das declarações, o portal investigou o assunto.

As entrevistas concedidas pelos candidatos também são fontes de conteúdo. Informações das campanhas registradas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram estatísticas da participação de candidatas indígenas (Dantas, 2022, *online*) e planos de governo (Botelho, 2022, *online*). Do Ministério Público Estadual e Federal, encontramos informações sobre a comercialização ilegal de minérios na Amazônia (Bispo, 2022, *online*) e sobre assassinato de ambientalistas em terras de candidato à deputado estadual (Bispo, 2022, *online*). Projetos de Lei (PLs) em tramitação na Câmara dos Deputados (Alencar, 2022, *online*) também foram fontes de conteúdo para o portal.

Outro meio que fundamentou o conteúdo produzido pelo InfoAmazonia foi a imprensa local. As notícias do site Amazônia Real e G1 Roraima, por exemplo, expõem a morte de crianças Yanomami por Covid-19 (G1, 2021, *online*) e a condenação de um ex-secretário da saúde de Roraima pela compra superfaturada de respiradores (Brasil; Costa, 2020, *online*). Ambas matérias são vinculadas à atuação do candidato Antônio Denarium (PP – RR) na gestão da crise causada pela infecção do novo coronavírus – dada a afirmativa de “[...] que ele foi ‘cuidadoso’ na pandemia” (Costa, 2022, *online*).

Especialmente no conjunto interpretativo referente à imprensa local, verificamos os noticiários pautarem o assunto inicial nas publicações do InfoAmazonia, bem como servirem de fundamento para a identificação de controvérsias no posicionamento dos candidatos listadas na coluna Fontes de Apuração no Quadro 8. Um caso característico deste procedimento adotado pelo portal é o confronto à informação de que indígenas se reuniram em ato de apoio ao candidato Jair Bolsonaro (PSL) – “A outra história da ‘Indiocia’ no Mato Grosso” (InfoAmazonia, 2022, *online*). Para questionar a informação, o portal independente utiliza uma publicação do site G1 Mato Grosso com a manifestação de indígenas do Xingu que contestam o ato e informam que a situação se tratava de uma cerimônia em homenagem a lideranças indígenas que morreram (Junior; Mathias, 2022, *online*).

Instituições da administração pública que fornecem dados de satélites e estatísticas sobre a sociedade brasileira também são fontes que o portal consulta para contestar os candidatos, entre elas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). No conjunto das Leis como fontes de informação, identificamos: Decretos, Ações Cíveis Públicas e legislações como a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011). Também são realizadas entrevistas com especialistas – geógrafo Clóvis Vailant, cientista social e gestora ambiental Roberta Graf, pneumologista Luiz Marques, entre outros.

Há ainda consulta a organizações da sociedade e movimentos populares, tais como o Instituto Socioambiental (ISA), Observatório do Clima (OC) e Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Além disso, para verificar as interações das pessoas em relação a atores sociais, temas socioambientais e episódios vinculados ao contexto eleitoral, o portal produz relatórios fundamentados em investigações próprias nas redes sociais – principalmente no antigo *Twitter* – agora denominado de *X*.

Identificadas as principais fontes de informações, verificamos como o portal as utiliza para produção de conteúdo, expondo o posicionamento dos candidatos, cujas declarações e silenciamentos favoreceram a consolidação da infodemia socioambiental sobre a Amazônia Legal. De igual maneira, verificamos como o jornalismo do InfoAmazonia atuou sobre essa problemática. Para isso, reunimos as publicações em conjuntos interpretativos organizados em 5 Eixos: a) **Eixo 1 – Informações incorretas ou falsas**; b) **Eixo 2 – Denúncias, ação ou omissão do Estado**; c) **Eixo 3 – Ausência dos impactos ambientais nas propostas políticas dos candidatos**; d) **Eixo 4 – Investigativo**; e e) **Eixo 5 – Ativismo social**.

#### **a) Eixo 1 – Informações incorretas ou falsas**

Neste conjunto interpretativo, estão concentradas publicações que mostram posicionamentos falsos de candidatos a cargos eletivos na Amazônia Legal. Cumprindo o objetivo de enfrentar a propagação de desinformação durante as eleições brasileiras, o portal assinala as declarações dos candidatos e, na sequência, elenca informações que os contradizem. De forma direta, vemos este processo na matéria que contesta a informação de que o candidato ao governo do estado de Roraima (RR) Antônio Denarium (PP) foi ““cuidadoso na pandemia”” (Costa, 2022, *online*). Assim, afirma: “fez uma gestão com dez trocas de secretários de saúde na pandemia, isenção de imposto para cloroquina e desrespeito ao sepultamento de crianças indígenas que morreram por causa da Covid-19” (Costa, 2022, *online*).

Semelhante a este exemplo, outras narrativas são refutadas. É possível visualizar essa característica quando o portal independente refuta a declaração da candidata Mara Rocha (MDB – AC) de que a produção sustentável trouxe miséria para o estado (Pontes, 2022, *online*) ao assegurar por meio de dados do Produto Interno Bruto (PIB), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre outras fontes, que os indicadores econômicos e de desenvolvimento social melhoraram durante o período criticado pela candidata (Pontes, 2022, *online*).

Em outra publicação com este eixo, temos a crítica do candidato Jorge Viana (PT – AC) à criação de uma delegacia contra crimes ambientais: “[...] delegacia só serviria para criminalizar os produtores rurais e que é desnecessária, uma vez que o Código Florestal ‘pacificou’ o conflito entre a proteção da floresta e a produção agropecuária” (Pontes, 2022, *online*). Todavia, entre outras considerações, o InfoAmazonia informa que “[...] os dados sobre crimes ambientais no estado mostram que a fala de Viana está longe da realidade. Entre 1 e 11 de setembro, o Acre registrou 3.794 focos de calor, segundo o Inpe” (Pontes, 2022, *online*). Trata-se de um quantitativo recorde no ano e superior ao registrado em agosto com a marca de 2.638 focos detectados. Logo, o crime ambiental sinaliza que não houve pacificação, conforme declarou o candidato Jorge Viana (PT – AC).

A informação de que um grupo de indígenas do Xingu, norte do estado, apoiaria o candidato Jair Bolsonaro (PSL) à reeleição (InfoAmazonia, 2022, *online*), tendo, inclusive, manifestado apoio em um ato divulgado no antigo *Twitter* por meio de um vídeo publicado por Carlos Bolsonaro (Republicanos), é outro assunto contestado pelo portal. Ao investigar a legitimidade do acontecimento, o InfoAmazonia encontrou manipulação na narrativa, visto que a ação e a gravação do vídeo aconteceram em uma cerimônia com outra finalidade e o ato de apoio ao candidato não reflete a orientação política de todos os indígenas que aparecem na publicação do bolsonarista (InfoAmazonia, 2022, *online*). Essa mesma publicação também orienta ao próximo problema identificado na postura dos candidatos.

## **b) Eixo 2 – Posicionamentos de exclusão social**

Com o marcador “‘indociata’” para se referir ao suposto apoio ao candidato Jair Bolsonaro (PSL), o *post* de Carlos Bolsonaro (Republicanos) obteve mais de 328 mil visualizações. No *WhatsApp*, a reação de apoiadores também foi significativa, como aponta a matéria. Tal repercussão ameaça os povos originários ao amplificar termos pejorativos como o uso errôneo da palavra índio (*sic*). A mesma menção incorreta acontece na matéria a respeito da mudança de tom dos presidentiáveis sobre políticas de demarcação de terras indígenas (Soares, 2022, *online*), onde as seguintes declarações do candidato Jair Bolsonaro (PSL) são realçadas: “[...] reduzimos os homicídios de índios [*sic*]” e “Respeitam os índios [*sic*]” (Soares, 2022, *online*).

Referente ao emprego do vocábulo, o ativista Daniel Munduruku explica que: “[...] quando essa palavra é usada pela sociedade brasileira [índio] é no sentido de apelido, no sentido do desdém” (Munduruku, 2018, *online*). Dessa forma, compreendemos que a divulgação do

vídeo e demais menções ao termo pejorativo, além de estar inserido no eixo de informações falsas e incorretas, constitui discursos de exclusão social ao diminuir os valores **históricos** e culturais dos povos indígenas.

Por meio do título “Governador exalta redução da violência em Roraima, mas ignora assassinatos de indígenas” (Costa, 2022, *online*), notamos mais um exemplo da exclusão dos povos originários das narrativas na Amazônia Legal. Desconsiderando o crescente índice de assassinatos indígenas em Roraima (RR), que ocupou o terceiro lugar no *ranking* nacional entre os estados que mais registraram casos de assassinatos indígenas no país, o candidato ao governo Antônio Denarium (PP – RR) exaltou “[...] a queda de 34% no número de mortes violentas no estado no primeiro semestre de 2022” (Costa, 2022, *online*).

A centralização dos debates sobre a Amazônia na região sudeste (Soares, 2022, *online*) e o silenciamento dos candidatos em relação aos Projetos de Leis (PLs) que ameaçam a região (Alencar, 2022, *online*) são mais duas situações que refletem a exclusão social das pessoas que habitam a Amazônia, seja das discussões políticas, principalmente no âmbito local, seja das políticas públicas no âmbito regional e nacional. Realidade que nos direciona ao próximo Eixo das publicações do InfoAmazonia.

### **c) Eixo 3 – Ausência de impacto ambiental nas propostas dos candidatos**

Acontece que, embora tenha ocorrido repercussão sobre os assuntos referentes à Amazônia no Sudeste, há ausência de discussões sobre as demandas locais na própria região. Isso demonstra o silêncio dos representantes políticos do povo amazônico a respeito de PLs em tramitação nas instâncias da administração pública (Alencar, 2022, *online*) e, sobretudo, a falta de compromisso com a questão socioambiental dos candidatos que pleiteiam cargos eletivos.

Este é um dos aspectos mais enfatizados no portal de notícias independente, que problematiza a ausência dos impactos ambientais nos planos de governo dos candidatos. No Amazonas, por exemplo, o candidato Eduardo Braga (MDB – AM) “apresentou no horário eleitoral de 5 de setembro uma proposta para estimular a economia local a partir da exploração de silvinita, mineral do qual se extrai o cloreto de potássio, matéria-prima para adubos e fertilizantes” (Botelho, 2022, *online*). No entanto, os efeitos da mineração nas terras do povo Mura no município de Autazes (AM), onde se encontra as reservas de silvinita, preocupa o Ministério Público (Botelho, 2022, *online*). Apesar do discurso de desenvolvimento econômico, chama atenção o baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na região, conforme apuração realizada pelo jornalismo do InfoAmazonia.

Na Amazônia Legal, “Candidatos exaltam agronegócio, mas não falam de impacto do desmatamento” (Geraque, 2022, *online*). De acordo com a matéria, no programa eleitoral da candidata ao governo do estado de Roraima (RR) Teresa Surita (MDB – RR) imagens de colheitadeiras em um campo de soja são exibidas para mostrar a projeto econômico de gerar mais empregos. Com as mesmas intenções, o candidato Jorge Viana (PT – AC) defende a aliança entre “[...] o uso inteligente das florestas com o agronegócio sustentável e agricultura familiar” (Geraque, 2022, *online*). Já o candidato ao governo do estado do Mato Grosso (MT) Mauro Mendes (UNIÃO – MT), enaltece a experiência local como exemplo de produção sustentável (Geraque, 2022, *online*).

Ainda no Mato Grosso (MT), “[...] a candidata Márcia Pinheiro (PV) diz que vai ativar porto, mas escoamento pela hidrovía impacta turismo no Pantanal e atividade de subsistência de comunidades tradicionais” (InfoAmazonia, *online*, 2022). A ideia, para isso, é fomentar a finalização da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), uma ameaça à preservação da integridade do meio ambiente no entorno. Enquanto isso, no Pará (PA), o candidato ao governo paraense Helder Barbalho (MDB – PA) defende a mineração como “‘vocação’ do Pará” (Costa, 2022, *online*), mas a arrecadação não tem combatido a pobreza nas cidades da localidade. Ademais, o estado lidera o *ranking* nacional de devastação devido garimpo ilegal em território indígena, como aponta relatório da rede colaborativa MapBiomas e Observatório Clima, citado pelo portal de notícias.

Na lista do estado do Amazonas (AM), onde “[...] tem recorde de queimadas e zero proposta de candidatos para combatê-las” (Botelho, 2022, *online*), estão: Wilson Lima (União Brasil), Amazonino Mendes (Cidadania), Ricardo Nicolau (Solidariedade), Carol Braz (PDT), Israel Tuyuka (PSOL), Henrique Oliveira (Podemos) e Nair Blair (Agir). Além de entrar em contato com os candidatos para questionamentos diretos, o InfoAmazonia consultou os registros de campanha junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Procedimento de apuração que ratifica o cruzamento de dados no processo de elaboração das matérias.

#### **d) Eixo 4 – Omissão do Estado Brasileiro**

Neste eixo, reunimos casos que expressam a falta de ação do Estado Brasileiro por meio de diferentes órgãos federativos. Em São Félix do Xingu (PA), por exemplo, “[...] a morte do ambientalista José Gomes, conhecido como Zé do Lago, e sua família em uma área disputada por fazendeiros na zona rural de São Félix do Xingu, Pará, completou nove meses sem sinais de respostas” (Bispo, 2022, *online*). A matéria destaca que o crime aconteceu em uma área

reivindicada pelo candidato a deputado estadual Torrinho (Podemos – PA) e completa que “[...] a investigação da Polícia Civil ainda não esclarece se Torrinho figura entre suspeito ou testemunha e não informa se alguém já foi ouvido no inquérito” (Bispo, 2022, *online*). Com este caso, há questionamentos sobre a demora na resolução deste crime e outras denúncias de violência no campo.

Enquanto disputa o cargo de deputado federal pelo estado do Amapá (AP), o candidato Beto Silva Ourominas (PSC – AP) intensifica a venda de ouro procedente de garimpo ilegal na Amazônia (Bispo, 2022, *online*). O minério, como informa o portal de notícias, vem da empresa Ourominas Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), que acumula três processos que averiguam a compra e a venda do produto. Com informações do Ministério Público Federal (MPF), o InfoAmazonia referencia a empresa como “[...] uma das maiores compradoras de ouro extraído de garimpos ilegais na Amazônia” (Bispo, 2022, *online*). Apesar das comprovações de irregularidades, o candidato segue a comercialização do minério, inclusive em seu perfil pessoal no *Instagram*.

Em oito estados da Amazônia Legal, as campanhas eleitorais de sessenta candidatos tiveram financiamento de pessoas multadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por crimes ambientais (Chaves, 2022, *online*). Essa é mais uma apuração realizada pelo InfoAmazonia que exemplifica a falta de punição efetiva do Estado Brasileiro para conter a destruição ambiental, que conta com o financiamento de campanhas para manutenção do sistema de irregularidades na região, cuja vantagem está sob domínio de grandes empresários e figuras políticas que participam desta dinâmica. Vale ressaltar que as informações foram obtidas por meio do cruzamento das informações entre os registros de financiamento de campanhas dos candidatos no Tribunal Superior Eleitoral (TS

E) e o registro de multas ambientais do Ibama, uma iniciativa do projeto Data Fixers com a agência de dados públicos Fiquem Sabendo.

#### **e) Eixo 5 – Ativismo social**

O ativismo social é outro eixo característico na apuração do portal independente InfoAmazonia. Com levantamento dos principais movimentos sociais nos estados da Amazônia Legal, a equipe de jornalismo detalha a atuação de dez organizações nos estados do Amazonas (AM), Pará (PA), Amapá (AP), Tocantins (TO) e Maranhão (MA) (Chaves, 2022, *online*). Na luta por soluções para os problemas socioambientais e contra o mau uso do dinheiro público, os integrantes dos movimentos incentivam o voto consciente pela Amazônia, com discursos

que abrangem a causa indígena, quilombola, investimento em educação e combate à desinformação. “Vote pelo MA.TO”; “Bosque Firme no Bailique”; “Acende a luz, Amapá”; “Aldeias Políticas: Ancestrallizando o Voto, Florestalizando as Urnas”; “Aquilombar é Preciso”; e “Di Rocha: Tapajós sem Potoca”, são projetos citados pelo InfoAmazonia na abordagem do ativismo social (Chaves, 2022, *online*).

Protagonismo feminino indígena é outra temática reconhecida pelo portal de notícias. Com a publicação “De cacica a candidata: cresce protagonismo feminino indígena dentro e fora das aldeias” (Dantas; Chaves, 2022, *online*), por exemplo, reportam o anúncio de sucessão do cacique Raoni Metuktire, líder da Terra Indígena Capoto Jarina, pela indígena Kokonã Metuktire, filha mais nova do atual cacique Kayapó. O ineditismo na informação está justamente na nomeação de uma mulher para a função na tradição indígena. Para enfatizar o protagonismo feminino fora das aldeias, o InfoAmazonia ainda ressalta o crescimento de 75% das candidaturas em relação às eleições de 2018. Ao todo, foram “84 mulheres autodeclaradas indígenas participando da disputa em 24 estados e no Distrito Federal. Elas estão distribuídas em 26 partidos de diferentes correntes ideológicas e representam 46% do total (182) de candidaturas indígenas” (Dantas; Chaves, 2022, *online*).

Outro contexto de mobilização que o portal pontuou foi durante a cobertura do último debate eleitoral da TV Globo, antes do primeiro turno. Neste episódio, foi registrado “recorde de engajamento em perfis indígenas no Twitter” (Soares, 2022, *online*). No perfil da jornalista indígena @karibuxi as interações ultrapassam a marca de 120 mil curtidas e 20,5 mil compartilhamentos em uma publicação. O perfil do indígena @samguaja também atraiu muito engajamento durante o evento televisionado. Dessa forma, de encontro às declarações dos candidatos na TV aberta, o jornalismo do InfoAmazonia destaca o ponto de vista das pessoas inseridas na conjuntura em discussão.

### 3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Diante do exposto, compreendemos os aspectos que consolidaram o problema da infodemia socioambiental sobre a Amazônia nas eleições de 2022. Junto ao eixo das informações incorretas ou falsas, que fortalecem o sintoma da desinformação com informações enganosas e com a finalidade de enganar (Zattar, 2017), soma-se a característica exclusão social no posicionamento dos candidatos, fato que marginaliza as pessoas que habitam a Amazônia – como ocorre com os povos indígenas. Assim, além de deslegitimar as causas socioambientais,

podem promover discurso de ódio contra os povos amazônidas, uma vez que este se tornou uma arma que atende a interesses políticos que desumaniza grupos minorizados (ONU, 2019).

Não apenas nos marcadores discursivos expressos na textualidade das declarações dos candidatos, por consequência presente nas matérias do InfoAmazonia, mas também pelo silenciamento dos atores sociais frente às demandas da Amazônia, podemos considerar como os fatores organizacionais que formam a sociedade influenciam na desordem informacional. À vista disso, a ausência do impacto ambiental nas propostas de campanha e a omissão do Estado Brasileiro configuram problemas que amplificam o cenário de infodemia na região amazônica.

Inferimos que o problema abarcado pela infodemia socioambiental ocorre por negligência governamental, com a falta de investimentos na Amazônia Legal, devido a fragilidade das Leis de proteção ambiental, bem como em razão da lentidão para resolução de crimes ambientais. Por efeito, o interesse nos recursos materiais que sustentam e movimentam setores econômicos a serviço do sistema hegemônico é uma questão somada ao aspecto informacional. No âmbito das eleições, verificamos os candidatos assumirem a intenção de dar continuidade a esta ordem vigente. Assim, reproduzem narrativas contestáveis ou, ainda, se abstêm diante das situações emergenciais da Amazônia. Geralmente, com intuito de enaltecer planos estritamente econômicos.

Dessa maneira, verificamos que a comunicação política-eleitoral, inserida no conjunto do repertório de comunicação da infodemia, favoreceu a consolidação da infodemia socioambiental sobre a Amazônia com a repercussão errônea dos assuntos socioambientais no contexto das eleições brasileiras de 2022 nos diferentes ambientes de interação social – imprensa local, redes sociais e na realidade material. Seja por meio da disseminação de fatos, medo, especulações e boatos (Rothkopf, 2003), seja por meio da intensa propagação de notícias falsas, teorias conspiratórias, informações falsas ou incorretas (Pleyers, 2020), discursos de ódio, e outros recursos narrativos como repertório de comunicação, os candidatos a cargos eletivos propagaram desinformação neste período.

Entendemos, com isso, o risco da circulação dessas informações durante situações que demandam grandes tomadas de decisões entre os cidadãos, como ocorre no processo eleitoral para escolha de representantes para cargos de importância na gestão pública. Isso porque o excesso de informações, permeado de desinformações, dificulta a efetiva compreensão dos expectadores e eleitores sobre as temáticas amazônicas.

Cabe reiterar que intrínseca a esta questão comunicacional está também a falta de atenção da sociedade nacional aos assuntos socioambientais da região. Entre os fatores diversos,

podemos destacar os critérios da imprensa tradicional para dar visibilidade aos assuntos, como ocorreu na crise humanitária do povo Yanomami (Souza, 2023); a história de formação da Amazônia (Souza, 2019), com episódios de invasão e exploração das sociedades desta localidade; e a ausência de políticas de proteção socioambiental por parte da administração pública. Assim, compreendemos a infodemia socioambiental como a somatória de condutas do estado, ações de atores sociais políticos e com vínculos institucionais, conduzidos pela herança colonial que contribui para desigualdade no país.

Do ponto de vista do jornalismo como forma social do conhecimento (Genro Filho, 1996), avaliamos que o portal de notícias independente InfoAmazonia desenvolveu uma iniciativa que figura como alternativa ao modelo tradicional quando busca aprofundamento nos debates relacionados à Amazônia durante as eleições. Com isso, mais do que apresentarem de forma descritiva os posicionamentos dos candidatos, sejam ações, sejam declarações, os jornalistas oferecem amplas discussões que podem auxiliar o público no processo de informação e formação.

Especificamente sobre nosso objeto de estudo, o portal de notícias InfoAmazonia, reconhecemos o significado deste projeto jornalístico no enfrentamento à infodemia. Em sequência, apontamos como ressalva a cidade sede do portal ser em São Paulo (SP), conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e no Mapa do Jornalismo Independente da Agência Lupa. Inclusive, atualmente, voltados à temática socioambiental no Brasil, temos registrados, além do InfoAmazonia (São Paulo), os portais: Colabora (Rio de Janeiro), O Eco (Rio de Janeiro), Envolverde (São Paulo) e Amazônia Real (Amazonas). Com a predominância dos projetos de fora da Amazônia, é inevitável não notar a tendência de o olhar externo a esta realidade concentrar assuntos da região, o que nos remete à discussão sobre tutela dos povos locais (Suchanek, 2012).

Em contrapartida, verificamos os esforços do InfoAmazonia para contextualizar as informações ao contar com colaboradores de origem local, conhecedores das particularidades regionais. Vale ressaltar, nesse sentido, que essa observação é em consonância com o corpus que analisamos nesta pesquisa, cuja assinatura das matérias apresentaram autoria de jornalistas de estados como Amazonas (AM), Acre (AC), Maranhão (MA) e Roraima (RR). Uma possibilidade interessante de enriquecimento da proposta de cobrir os assuntos da Amazônia. Afinal, este se tornou um assunto emergente na sociedade.

Neste contexto, as ações dos agentes sociais que atuam em defesa do meio ambiente e que alertam sobre os impactos negativos que a degradação do ecossistema amazônico gera à

sociedade, mais diretamente aos povos que habitam esta região, encontra barreiras no âmbito comunicacional. Diante do processo cada vez mais dinâmico e atravessado pelo problema da infodemia socioambiental, alcançar o objetivo desejado com as informações que realçam a proteção da Amazônia é um desafio. Como forma de contribuir com esses movimentos, ressaltamos o próximo tópico.

### 3.5 RECOMENDAÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA INFODEMIA

No enfrentamento à desinformação sobre questões socioambientais envolvendo a Amazônia, destacam-se iniciativas desenvolvidas por organizações sociais ativistas. Um exemplo é o relatório “Combate à desinformação na Amazônia e seus defensores” (Intervozes, 2023), que, por meio do grupo de trabalho de Combate à Desinformação e Discurso de Ódio na Amazônia Legal, inclui uma lista de recomendações ao poder público e às plataformas de criação e reprodução de conteúdo informativo. Entre as orientações estão a educação para o uso da internet, impedimento do uso de verba pública para o financiamento de desinformação, criação de filtros relacionados às mudanças climáticas e a resposta rápida e transparente a denúncias referentes à desinformação (Intervozes, 2023).

Outro documento lançado com este viés de enfrentamento à desinformação, especificamente sob o aspecto do jornalismo, é o “Amazônia: Jornalismo em Chamas (Giovanaz, 2023). Nele, colaboradores da Repórteres Sem Fronteiras (RSF), instituição que atua pela liberdade, pluralismo e independência no jornalismo, enumera instruções visando o fortalecimento desta área do conhecimento. Dessa forma, além da educação midiática como parte do combate à desinformação na Amazônia, a RSF defende políticas que promovam um ecossistema midiático plural e financeiramente sustentável, bem como a ampliação do monitoramento de casos de ataques à imprensa na região (Giovanaz, 2023).

Circunscrito na agenda eleitoral de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou o “Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no Âmbito da Justiça Eleitoral”. Inédito nas eleições brasileiras, o material faz parte do plano estratégico da instituição pública nacional que atua para o cumprimento da democracia no país. As recomendações estão estruturadas em três eixos, sem do estes: informar, defendendo a disseminação de informação de qualidade; capacitar, por meio da alfabetização midiática; e responder, identificando e contendo a desinformação (Brasil, 2022).

Tendo em vista as iniciativas que visam enfrentar as práticas de desinformação, tais como os exemplos supracitados, nosso objetivo é enumerar procedimentos a serem seguidos por profissionais da área de Comunicação no processo de produção de conteúdo para evitar a instituição de situações de infodemia, mais especificamente relacionada a questões socioambientais. Entendemos que, a partir do que verificamos em relação à infodemia socioambiental sobre a Amazônia no contexto das eleições de 2022, podemos pensar procedimentos e recomendações sob a perspectiva da Comunicação para responder a esta problemática. Para os cidadãos consumidores dos produtos jornalísticos, visamos também ressaltar como identificar elementos que configuram como desinformação.

A seguir, elencamos seis recomendações e procedimentos:

1. **Identificar padrões que configuram infodemia.** Aos produtores de notícias, convém avaliar o excesso de informações a respeito de um assunto a partir de um acontecimento em curso. Nas eleições de 2022 no Brasil, por exemplo, o excesso de informações sobre a Amazônia Legal foi carregado de desinformações que, somadas à negligência do poder público, indica uma situação de infodemia socioambiental. Comunicar o percurso dessa avaliação ao público também é essencial para fortalecer ações de educação midiática.

2. **Identificar o repertório de comunicação da infodemia.** No âmbito da comunicação, a infodemia apresenta características específicas no modo de circulação de informações. A desinformação como um sintoma deste problema, emerge em forma de discurso de ódio, notícias falsas, teorias da conspiração, na comunicação político-partidária, e etc. Notar o padrão narrativo, nesse sentido, contribui para cristalizar o contexto de infodemia para, então, a administração da crise ser possível.

3. **Identificar os agentes produtores da infodemia.** Sendo resultado de um conjunto de fatores – silenciamento, ausência de políticas públicas, disseminação de informações manipuladas, entre outras questões – situações de infodemia têm como financiadores e gerenciadores atores sociais que têm interesse em se beneficiar com a crise. Assim, investigar quem são essas pessoas, sejam físicas ou jurídicas, e quais interesses permeiam as informações

4. **Considerar perspectivas históricas na cobertura jornalística.** A contextualização da notícia, a partir da “abertura de sentido” (Genro Filho, 1996, p. 17) e da significação dos acontecimentos, como sugere a teoria social do Jornalismo, é alcançada com a percepção histórica da localidade noticiada e seus atores vinculados ou afetados no fato. Quando falamos dos assuntos socioambientais sobre a Amazônia, é coerente ponderar aspectos históricos que

formaram e influenciam a visão que a sociedade tem sobre a região, sobretudo, levando em conta os estereótipos presentes nas narrativas.

**5. Atuar em conjunto com instituições de proteção aos direitos humanos.** O cruzamento de informações de diferentes fontes de conteúdo e apuração é uma forma de alcançar a produção do conhecimento. Pensando nas proposições de Genro Filho (1996), evita-se a singularização extrema do fato para abertura de sentido. O leitor, dessa forma, é direcionado à leitura e interpretação crítica dos acontecimentos. Além disso, é significativo reconhecer as pesquisas e ações em defesa das causas socioambientais para o fortalecimento dos assuntos que demandam atenção da sociedade.

**6. Fomentar a participação da comunidade regional no desenvolvimento do projeto.** Enaltecemos o ideal de criação de projetos locais que discutam assuntos da região, visto que isso representa uma forma de resistência, dando visibilidade a lutas históricas que não repercutem na mídia tradicional. Também, aos projetos de comunicação que não nascem dentro da Amazônia, mas têm como foco a região, vale a inserção de profissionais da região para somar com o trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre infodemia surgiram como uma preocupação a nível mundial. O alerta para o risco que o excesso de informações, com a amplificação de desinformações, repercutiu de forma significativa durante a contenção dos problemas causados pela Covid-19, a partir de 2020. Embora esta crise em saúde tenha representado o marcador mais importante para os estudos a respeito deste problema, dada a abrangência da pandemia e a legítima atenção que a sociedade precisou direcionar para esta situação, consideramos a necessidade de compreender a infodemia como um problema da Comunicação, que prejudica todos os setores sociais. Vale ressaltar, inclusive, a ação de atores políticos que se aproveitam de demandas populares para alcançarem visibilidade por meio da disseminação de narrativas falsas.

Enquanto problema da Comunicação, a infodemia pode então estar relacionada a outras questões que não são tangenciadas por crises em saúde, ainda que as consequências do descontrole de informações ameacem a integridade física das pessoas, seja de forma imediata, seja a longo prazo. Dessa forma, a proposta de investigar uma infodemia vinculada a assuntos socioambientais na Amazônia Legal denota o deslocamento do conceito de infodemia das crises causadas por infecções respiratórias virais, como a epidemia SARS e a pandemia da COVID-19, para outras crises. Neste caso, a crise ambiental que, por não resultar em danos generalizados e mitigar sociedades locais já invisibilizadas pela sociedade nacional, tem sua contenção negligenciada pelo poder público.

Diante disso, podemos pensar as crises locais, ignoradas pela mídia tradicional e pelo próprio estado, como infodemias. Afinal, crises como a questão socioambiental na Amazônia brasileira também são intensificadas pelo excesso de informações difusas, muitas vezes incoerentes, e durante um evento específico – a exemplo das eleições, analisadas neste estudo. Além do mais, identificamos fatores característicos da infodemia que agravam a situação, isto é, esforços para ocultar crimes ambientais, interesse de atores sociais em se beneficiarem com a crise, ausência de informações e ações oficiais, a disseminação de desinformações e, sobretudo, o adoecimento e a morte de pessoas afetadas diretamente por este problema.

Entendemos, em vista disso, que assim como a epidemia SARS e a pandemia da COVID-19 romperam a fronteira de uma crise de saúde regional e alcançaram de forma desastrosa o mundo, defendemos que as crises locais também configuram como infodemias

por apresentarem aspectos similares. Há milhares de pessoas prejudicadas e o perigo no ponto de vista global já é uma realidade.

Com isso, além da infodemia socioambiental sobre a Amazônia durante as eleições de 2022 no Brasil, podemos pensar outras situações que também apresentam contextos de infodemia. Destacamos como exemplo de infodemia a crise de oxigênio no Estado do Amazonas (AM) em 2021, quando o país sofreu com a segunda onda da COVID-19; e, em 2023, a pior estiagem da história do estado, deixando todos os 62 municípios amazonenses em situação de emergência. Nas três circunstâncias, ocorridas na região amazônica, houve grande disseminação de informações restritas ao ambiente regional. Fato que não reduz a gravidade da crise, tampouco minimiza a existência de uma infodemia.

Nesta perspectiva, consideramos que a dimensão de uma crise não pode ser mensurada pela visibilidade que o assunto alcança na mídia tradicional. Historicamente sob ameaça, marginalizada pelas políticas governamentais de desenvolvimento social e proteção ambiental, esta Amazônia, com a ocorrência das crises limitadas ao seu território, que não consegue espaço na mídia tradicional, espelha um padrão de infodemia. Por isso a importância de mais estudos referentes a eventos como estes, pois, desta forma, é possível pleitearmos procedimentos de enfrentamento a esta problemática.

Sobre essas ações, enfatizamos o papel do Jornalismo para, mais do que manter os cidadãos informados, lhes conscientizar sobre as temáticas socioambientais, oferecendo formas de identificar e responder à desinformação, que constitui situações de infodemia. Enaltecemos, assim, as potencialidades inscritas nesta forma de Comunicação para esta finalidade. Aos profissionais, sobretudo, cabe investigar os acontecimentos, inclusive, com o cruzamento de informações e em conjuntos com organizações que atuam para fins de proteção socioambiental. Quanto aos produtos que resultarão deste processo, é fundamental avaliar os enquadramentos adotados nas narrativas, pois estes irão fundamentar a compreensão do público. Comunicar a trajetória de apuração é outro elemento que pode contribuir para educação midiática, fazendo com que os cidadãos aprimorem o senso crítico diante das notícias.

Ao entender como situações de infodemia são formadas, além de conseguir identificar elementos do repertório de comunicação da infodemia, o público consumidor destas informações poderá perceber a intencionalidade por trás das narrativas de representações que detém cargos e funções de poder e influência na sociedade. Em momentos que demandam a escolha de representantes, como ocorre durante as eleições, notar os interesses dos candidatos e a forma como interagem com temáticas populares pode determinar o exercício da cidadania de maneira qualitativa.

Em conclusão, acreditando na construção coletiva do conhecimento, esperamos contribuir com as pesquisas na área da Comunicação por meio deste trabalho. Ressaltamos, ainda, que interpretar a infodemia como um problema social situado no campo comunicacional possibilita mais compreensão sobre os impactos negativos causados por este fenômeno. Com isso, fomentar condições teóricas e metodológicas para o enfrentamento da infodemia.

## REFERÊNCIAS

ACTION. Instituto de Pesquisa. **Fact Sheet - Eleições 2022 na Amazônia**. 2022. Disponível em <https://fas-amazonia.org/novosite/wp-content/uploads/2022/08/fact-sheet-eleicoes-2022-1.pdf>

AGÊNCIA PÚBLICA. **O mapa do jornalismo independente**. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. Práticas informacionais em ambientes de infodemias: reflexões para o estudo de patologias informacionais. **Liinc em revista**, v. 17, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/161084>.

ÁVILA ARAÚJO, Carlos Alberto. Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação. **Palavra Clave (La Plata)**, vol. 10, núm. 2, 2021. Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

BARBOSA, Francielly. **STF libera jornalismo sem diploma**. **Manchetempo**: Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (IACS/UFF). Jun 18, 2022. Disponível em: <https://manchetempo.uff.br/?p=1619>.

BARRETO, Aldo Albuquerque. Transferência da informação para o conhecimento. In: Mirian de Albuquerque AQUINO. (Org.). **O Campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa - Paraíba: Editora Universitária da UFPB, 2002, v. 01, p. 37-45.

BBC News Brasil. **'Fake News' é eleita palavra do ano e ganhará menção em dicionário britânico**. 2 novembro 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41843695>

BECHARA, Evanildo. Infodemia. **Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: ABL, 2020.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL, Kátia; COSTA, Emily. **Crianças Yanomami: Três corpos de bebês estão em cemitério e um no IML de Boa Vista (RR)**. *Amazônia Real*: 28 junho 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/criancas-yanomami-tres-corpos-de-bebes-estao-em-cemiterio-e-um-no-impl-de-boa-vista-rr/>

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas para as eleições**. Brasília, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Lei 5.371, de 19 de dezembro de 1967. **Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências**. Brasília, 1967.

BRASIL. Presidência da República. Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o estatuto do índio.** Brasília, 1973.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. **Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.** Brasília, 1969.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Brasília, 2011.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.674, de 16 de dezembro de 2021. **Calendário Eleitoral (Eleições 2022).** Brasília, 2021.

BRASIL. Lei Nº 14.291, de 3 de janeiro de 2022. **Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão.** Diário Oficial Da União. Publicado em: 04/01/2022. Ed: 2. Seção: 1. Página: 1.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília: Bricquet de Lemos, 2016.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação.** v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./ abr. 2007.

CARVALHO, Carlos Alberto.; LAGE, Leandro. Midiatização e reflexividade das mediações jornalísticas. In: MATTOS, Maria Ângela., JANOTTI JUNIOR, Jeder., and JACKS, Nilda., orgs. **Mediação & midiatização [online].** Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 245-269.

CNPJ. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. **Associação Infoamazonia | Infoamazonia, nº 36.566.395/0001-31.** Site CNPJ, 2023. Disponível em: <http://cnpj.info/Associação-Infoamazonia>

DOLCE, Julia. **Garimpo faz malária e desnutrição infantil explodirem entre os Yanomami.** InfoAmazonia: 11 abril 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/04/11/garimpo-faz-malaria-e-desnutricao-infantil-explodirem-entre-os-yanomami/>

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. **Fake News na Eleição Presidencial de 2018 no Brasil** (Tese). Salvador, 2020. Universidade Federal da Bahia – UFBA.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FALEIROS, Gustavo. **5 anos de InfoAmazonia: o que aprendemos e para onde queremos ir.** 19 junho 2017. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2017/06/19/cinco-anos-infoamazonia-aprendemos-queremos-ir/>.

FALLIS, Don. **What Is Disinformation?** Library Trends, v. 63, n. 3, Winter 2015, pp. 401-426. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/579342>.

FIGUEIREDO, Marcus; BEZERRA, Heloisa Dias; ALDÉ, Alessandra; JORGE, Vladimyr Lombardo. Estratégias de Persuasão em Eleições Majoritárias. Uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 4, n. 3, p. 109-120, 1997.

GALTUNG, Johan. **Paz por medios pacífico: paz y conflicto, desarrollo y civilización**. Bilbao: Bakeaz, 2003.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide - Para uma teoria marxista do jornalismo. **Revista da Fenaj**. Brasília, Fenaj. ano I, n.1. mai. 1996.

GIOVANAZ, Daniel. **Amazônia: jornalismo em chamás**. Repórteres Sem Fronteiras: setembro de 2023. Disponível em: [https://rsf.org/sites/default/files/medias/file/2023/09/Amaz%C3%B4nia%20-%20Jornalismo%20em%20chamas\\_v.final\\_.pdf](https://rsf.org/sites/default/files/medias/file/2023/09/Amaz%C3%B4nia%20-%20Jornalismo%20em%20chamas_v.final_.pdf)

GLOBAL MEDIA REGISTRY (GMR); INTERVOZES. **Media Ownership Monitor. Federal Ministry of Economic Cooperation and Development (Germany)**. October, 2017. Disponível em: <http://brazil.mom-gmr.org/br/proprietarios/>

GOMES, Camila Paula de Barros. O impacto das fake news sobre as políticas públicas. **Revista Digital de Direito Administrativo**, vol. 8, n. 2, p. 23-48, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/karin/Downloads/179180-Texto%20do%20artigo-506179-1-10-20210729.pdf.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14 Ed. São Paulo: Contexto, 2006. (Temas atuais).

GONÇALVES, Telmo. A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo. Caleidoscópio: **Revista de Comunicação e Cultura**, [S.l.], n. 5/6, July, 2011.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. **Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis**. Journal of the American Society for Information Science, v.46, n.6, p.400-425, Jul. 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INFOAMAZONIA. **Seção Eleições 2022**. 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/categoria/eleicoes-2022/>.

INFOAMAZONIA. **Site de notícias independente: agrega dados e notícias sobre a Amazônia, a maior floresta tropical contínua do planeta**. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/>.

INTERVOZES. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Combate à desinformação sobre a Amazônia Legal e seus defensores**. Relatório publicado em 25 de abril de 2023. Disponível em: <https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2023/04/INTERRelatorioICS-2.pdf>.

\_\_\_\_\_. Carta Mundial da Mídia Livre. Publicado em 6 de abril de 2015. Disponível em: <https://intervozes.org.br/carta-mundial-da-midia-livre/>.

IPAM. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Terras indígenas com povos isolados são as mais ameaçadas da Amazônia**. 11 de janeiro de 2023.

JÚNIOR, Rogério; MATHIAS, Pedro. Após faixa pró-Bolsonaro em cerimônia, indígenas do Xingu negam apoio a presidente. G1 Mato Grosso: 03 de setembro 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/09/03/apos-faixa-pro-bolsonaro-em-cerimonia-indigenas-do-xingu-negam-apoio-a-presidente.ghtml>

KALIL, Isabela.; SANTINI, R. Marie. “Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política”. **Relatório de pesquisa**. Divulgado em 01 de abril de 2020. 21p. São Paulo / Rio de Janeiro: FESPSP / UFRJ. Disponível em: [https://www.fespsp.org.br/store/file\\_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf](https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf)

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa**. Editora Página Aberta Ltda, 1991.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 – 7ª tiragem. Elsevier, 2005.

LERER, Rebeca. Amazônia: Conhecer e compreender para apoiar e proteger. In: Sinal de Fumaça, Monitor Socioambiental. **Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil: um raio-x dos 9 estados da região entre 2018 e 2022**. Agosto de 2022. Disponível em: [https://queimadas.dgi.inpe.br/~rqueimadas/material3os/2022\\_SinalFumaca\\_RaioXEstados\\_Le maSF\\_DE3os.pdf](https://queimadas.dgi.inpe.br/~rqueimadas/material3os/2022_SinalFumaca_RaioXEstados_Le maSF_DE3os.pdf).

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOPEZ, German. **Pizzagate, the fake news conspiracy theory that led a gunman to DC’s Comet Ping Pong, explained**. Updated Dec 8, 2016. Disponível em: <https://www.vox.com/policy-and-politics/2016/12/5/13842258/pizzagate-comet-ping-pong-fake-news>.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MARTIN, Michael. **Como um vírus mortal abalou economia asiática nos anos 2000**. DW-Made for minds. 23 de janeiro de 2020. Economia. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-um-v%C3%ADrus-mortal-abalou-a-economia-asi%C3%A1tica-nos-anos-2000/a-52111716>.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 1**. / Karl Marx: tradução de Reginaldo. Sant’Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MEDINA, Cremilda (org.). **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 6 ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELITO, Leandro; LAZZERI, Thaís; BREMBATTI, Katia; PRESTES, Monica. **Amazônia inventada: 70 milhões de visualizações no Youtube, cliques e dinheiro em vídeos que desinformam sobre a floresta e os povos indígenas**. InfoAmazonia: 14 abril 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/04/14/amazonia-inventada-70-milhoes-de-visualizacoes-no-youtube-cliques-e-dinheiro-em-videos-que-desinformam-sobre-a-floresta-e-os-povos-indigenas/>

MELO, Maytê Luanna Dias de; SANTANA, Sérgio Rodrigues. Infodemia e Ciência da Informação no Brasil: perspectivas e reflexões. **Revista Conhecimento em Ação**, n.1, v. 7, p. 24-41, 2022.

MEDEIROS, Josué; LOIOLA, Paulo; ANTUNES, Luísa. As eleições presidenciais de 2022, as fake news e a crise da democracia: um breve panorama sobre o embate entre o bolsonarismo e o janonismo cultural. In: O Brasil votou: perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro: Fundação Konranúncio Adenauer, novembro 2022. ISBN 978-65-89432-25-8.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 155-184, 2002.

MUNDURUKU, Daniel. **Índio e indígena – Mekukradjá (2018)**. YouTube: Itaú Cultural, 1 outubro 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s39FxY3JziE>

ONU. Organização Nacional das Nações Unidas. **O futuro que queremos**. Rio+20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, Brasil, 20 a 22 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. **United Nations Strategy And Plan Of Action On Hate Speech**. 2019. Disponível em: [https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-and-mobilizing/Action\\_plan\\_on\\_hate\\_speech\\_EN.pdf](https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-and-mobilizing/Action_plan_on_hate_speech_EN.pdf).

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. OMS, Organização Mundial da Saúde. **Repositório Institucional para Troca de Informações – Iris**. Fichas Informativas COVID-19: entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19 [Internet]. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2020 [citado 2020 ago 3]. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054?locale-attribute=pt>.

PANKE, Luciana. **Comunicação eleitoral e você: tudo a ver**. Sinapse, 2020.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PEREIRA, Jullie. **Dário Kopenawa alerta para risco iminente de conflito de Yanomamis contra garimpeiros e traficantes**. InfoAmazonia: 19 outubro 2019. Disponível em:

<https://infoamazonia.org/2022/10/19/dario-kopenawa-alerta-para-risco-iminente-de-conflito-de-yanomamis-contr-garimpeiros-e-trafficante/>

\_\_\_\_\_. **Desinformação na Amazônia retoma imaginário colonial sobre a floresta e os povos indígenas.** InfoAmazonia: 12 abril 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/04/12/desinformacao-na-amazonia-retoma-imaginario-colonial-sobre-a-floresta-e-os-povos-indigenas/>

PERUZZO, Cicilia M. K. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor.** Palavra clave: revista da Facultad de Comunicación. Cundinamarca/ Colombia, Universidad de la Sabana, v.11, n.2, p.367-379, dez. 2008.

PLENAMATA. Newsletter PlenaMata. **Quatro planos para a Amazônia.** 2022. Disponível em: <https://plenamata.eco/quatro-planos-para-a-amazonia/>.

PLEYERS, Geoffrey. **The Pandemic is a battlefield. Social movements in the COVID-19 lockdown.** *Journal of Civil Society.* 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17448689.2020.1794398>

PORTO, Mauro. Framing the 2000 US Presidential Election: The Coverage by the Brazilian Media. Paper prepared for delivered at the **51st Annual Conference of the International Communication Association (ICA)**, Washington D.C., United States, May 24-28, 2001.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. In: ALBINO, Antonio; RUBIM, Canelas (org). **Comunicação e política: conceitos e abordagens.** Salvador: Edufba, 2004.

POSETTI, Julie. News industry transformation: digital technology, social platforms and the spread of misinformation. In Ireton, C & Posetti, J (Eds) **Journalism. 'Fake News' and Disinformation.** UNESCO, 2018.

PRAZERES, Leandro. **Facebook derruba rede de desinformação sobre Amazônia operada por militares do Exército.** BBC News Brasil, em 7 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61030394>.

REBOLLO-BUENO, Sara; FERREIRA, Ivone. Desinformación y polarización en la publicidad política de la extrema derecha en España y Portugal. **Estudios em Comunicação.** N. 36. Maio de 2023, pp. 115 -132.

ROTHKOPF, David J. **When the Buzz Bites Back.** *The Washington Post.* 11 de maio de 2003. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/05/11/when-the-buzz-bites-back/bc8cd84f-cab6-4648-bf58-0277261af6cd/>.

RUBIM, Antonio. C. Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia. **Opinião Pública,** Campinas, Vol. VII, nº2, 2001, pp. 168-181.

SANTOS, Marcelo; FUJIKI, Natália Navarro; COSTA, Tainá. Comunicação & interdisciplinaridade: Algumas notas exploratórias sobre as bases epistemológicas da Área. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero**. V. 8, n. 2, Ano 2016.

SOUSA, J. P. **Elementos de jornalismo impresso**. Porto, 2001.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Ontologia do jornalismo: trabalho do conhecimento e práxis noticiosa em tempos de crise. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.20, n.3, set./dez. 2017.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI** / Márcio Souza. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Marina. **O jornalismo brasileiro e a responsabilidade pela tragédia Yanomami**. International Center for Journalists, em 12 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/story/o-jornalismo-brasileiro-e-responsabilidade-pela-trag%C3%A9dia-yanomami>.

SUCHANEK, Márcia Gomes O. Povos Indígenas no Brasil: De Escravos à Tutelados. Uma Difícil Reconquista da Liberdade. **Confluências**, v. 12, n. 1. Niterói: PPGSD-UFF, outubro de 2012, pp 240-274. ISSN 1678-7145.

SYDELL, Laura. **We Tracked Down A Fake-News Creator In The Suburbs. Here's What We Learned**. November 23, 2016. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/alltechconsidered/2016/11/23/503146770/npr-finds-the-head-of-a-covert-fake-news-operation-in-the-suburbs>.

TENNIS, Joseph T. **Two Axes of Domains for Domain Analysis**. In Knowledge Organization (Org). N°.3/ N°.4. Information School, University of Washington, Seattle, pp. 191-195.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. In: **MATRIZES, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo – USP**. Ano 1; N° 2; Abril de 2008.

TRUJILLO, Tamer Al Najjar.; MARTÍN, José Ignacio.; NOS ALDÁS, Eloísa. Comunicando en tiempos de polarización: discursos transgresores, relatos alterativos, y Espirales de Paz. CABRAL, Raquel.; PELÚCIO, Larissa. (Org.). **Comunicação, Contradições Narrativas e Desinformação em Contextos Contemporâneos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

VIMEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Análise indireta de enquadramentos da mídia**: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 235-252, jan./abr. 2011.

WAISBORD, Silvio. ¿Es válido atribuir la polarización política a la comunicación digital? Sobre burbujas, plataformas y polarización afectiva. **Revista SAAP**, v. 14, n. 2, noviembre 2020, pp. 249-279. Disponível em: <https://bit.ly/3HpgHhB>.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 8 ed. Lisboa: Presença, 2006.

ZATTAR, Marianna. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 285-293, novembro 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4075>.

## REFERÊNCIAS DAS MATÉRIAS ANALISADAS

ALENCAR, Bruna de. **Senadores candidatos à reeleição optam pelo silêncio e não se posicionam em relação aos PLs que ameaçam a Amazônia.** InfoAmazonia: 29 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/29/senadores-candidatos-a-reeleicao-optam-pelo-silencio-e-nao-se-posicionam-em-relacao-aos-pls-que-ameacam-a-amazonia/>

BISPO, Fábio. **Assassinato de ambientalistas em terra reivindicada por Torrinho, candidato a deputado no Pará, completa 9 meses sem respostas.** InfoAmazonia: 23 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/23/assassinato-de-ambientalistas-em-terra-reivindicada-por-torrinho-candidato-a-deputado-no-para-completa-9-meses-sem-respostas/>

\_\_\_\_\_. **Site de Beto Ourominas, candidato a deputado federal pelo Amapá, vende ouro de empresa ligada a garimpo ilegal.** InfoAmazonia: 29 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/29/site-de-beto-ourominas-candidato-a-deputado-federal-pelo-amapa-vende-ouro-de-empresa-ligada-a-garimpo-ilegal/>

\_\_\_\_\_. **Campanha de Bolsonaro recebeu R\$ 3,1 milhões de infratores ambientais.** InfoAmazonia: 5 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/05/campanha-de-bolsonaro-recebeu-r-31-milhoes-de-infratores-ambientais/>

\_\_\_\_\_. **Por decreto, Bolsonaro corta funções da Funai: “será o fim da demarcação das terras indígenas”, denunciam entidades.** InfoAmazonia: 13 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/13/por-decreto-bolsonaro-corta-funcoes-da-funai-sera-o-fim-da-demarcacao-das-terras-indigenas-denunciam-entidades/>

\_\_\_\_\_. **Uso da máquina pública, violação indígena e ambiental na construção da BR319: o legado de Tarcísio na Amazônia.** InfoAmazonia: 24 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/24/uso-da-maquina-publica-violacao-indigena-e-ambiental-na-construcao-da-br319-o-legado-de-tarcisio-na-amazonia/>

\_\_\_\_\_. **Eleição de domingo vai definir política brasileira sobre garimpo na Amazônia.** InfoAmazonia: 29 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/29/eleicao-de-domingo-vai-definir-politica-brasileira-sobre-garimpo-na-amazonia/>

BISPO, Fábio; CHAVES, Leandro. **Em imagens de satélite: a devastação da Amazônia no governo Bolsonaro.** InfoAmazonia: 28 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/28/imagens-satelite-desmatamento-amazonia-governo-bolsonaro/>

BOTELHO, Jéssica. **No Amazonas, candidato afirma que exploração de silvinita é parte da solução para estado se tornar potência brasileira de fertilizantes, mas não fala sobre impactos socioambientais.** InfoAmazonia: 19 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/19/amazonas-exploracao-silvinita-fertilizantes-impactos-socioambientais/>

\_\_\_\_\_. **Amazonas tem recorde de queimadas e zero proposta de candidatos para combatê-las.** InfoAmazonia: 29 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/29/amazonas-recorde-queimadas-proposta-candidatos/>

CHAVES, Leandro. **60 candidatos da Amazônia têm campanhas financiadas por desmatadores.** InfoAmazonia: 28 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/28/60-candidatos-da-amazonia-tem-campanhas-financiadas-por-desmatadores/>

\_\_\_\_\_. **Jovens da Amazônia se mobilizam por voto consciente contra mudanças climáticas.** InfoAmazonia: 30 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/30/jovens-da-amazonia-se-mobilizam-por-voto-consciente-contra-mudancas-climaticas/>

\_\_\_\_\_. **Bancada pró-meio ambiente na Câmara encolhe 20%, mas ganha nomes de peso.** InfoAmazonia: 7 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/07/bancada-pro-meio-ambiente-na-camara-encolhe-20-mas-ganha-nomes-de-peso/>

\_\_\_\_\_. **Em meio a recordes, cidade mais bolsonarista da Amazônia está entre as mais desmatadas em setembro.** InfoAmazonia: 14 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/14/em-meio-a-recordes-cidade-mais-bolsonarista-da-amazonia-esta-entre-as-mais-desmatadas-em-setembro/>

COSTA, Emily. **Em Roraima, jingle de campanha do candidato Antonio Denarium (PP) diz que ele foi ‘cuidadoso na pandemia’.** A história é outra. InfoAmazonia: 20 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/20/roraima-jingle-campanha-denarium-pandemia/>

\_\_\_\_\_. **Governador exalta redução da violência em Roraima, mas ignora assassinatos de indígenas.** InfoAmazonia: 23 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/23/governador-violencia-roraima-assassinatos-indigenas/>

\_\_\_\_\_. **Helder Barbalho vê mineração como ‘vocação’ do Pará, mas recursos bilionários mudam a vida da população?** InfoAmazonia: 28 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/28/helder-barbalho-mineracao-devastacao-garimpo-ilegal/>

DANTAS, Carolina; CHAVES, Leandro. **De cacica a candidata: cresce protagonismo feminino indígena dentro e fora das aldeias.** InfoAmazonia: 9 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/09/de-cacica-a-candidata-cresce-protagonismo-feminino-indigena-dentro-e-fora-das-aldeias/>

DANTAS, Carolina. **Lula reduziu desmatamento da Amazônia em 70%; aumento em anos de Bolsonaro é de 73%.** InfoAmazonia: 19 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/19/lula-reduziu-desmatamento-da-amazonia-em-70-aumento-em-anos-de-bolsonaro-e-de-73/>

FALEIROS, Gustavo. **O futuro da Amazônia será decidido nestas eleições.** InfoAmazonia: 4 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/04/o-futuro-da-amazonia-sera-decidido-nestas-eleicoes/>

FERREIRA, Idayane. **Maranhão: governador eleito cita 80 quilombos ‘regularizados’ — mas só titulóu 11.** InfoAmazonia: 18 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/18/maranhao-governador-quilombos/>

GERAQUE, Eduardo. **Candidatos da Amazônia exaltam agronegócio, mas não falam de impacto do desmatamento.** InfoAmazonia: 21 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/21/candidatos-amazonia-agronegocio-desmatamento/>

\_\_\_\_\_. **No YouTube, PL infla números para dizer que Lula e Dilma queimaram mais a Amazônia do que Bolsonaro.** InfoAmazonia: 6 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/06/youtube-lula-dilma-queimada-amazonia-bolsonaro/>

\_\_\_\_\_. **O truque de Bolsonaro para dizer que cuida do pequeno produtor rural.** InfoAmazonia: 14 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/14/bolsonaro-reforma-agraria/>

\_\_\_\_\_. **Exclusivo: Demarcar terras indígenas não acaba com o agronegócio como disse Bolsonaro, mostra levantamento.** InfoAmazonia: 25 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/25/terras-indigenas-agronegocio-bolsonaro/>

INFOAMAZONIA. **Hidrovia prometida em campanha no Mato Grosso ignora impacto ambiental no Pantanal.** InfoAmazonia: 22 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/22/hidrovia-campanha-mato-grosso-pantanal/>

\_\_\_\_\_. **A outra história da ‘Indiociaa’ no Mato Grosso: focos de incêndio em terras indígenas e pressão do agro.** InfoAmazonia: 26 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/26/indiociaa-mato-grosso-incendio-indigenas-agro/>

\_\_\_\_\_. **YouTubers bolsonaristas desinformam ao dizer que Europa destruiu florestas e que agora pune agro brasileiro por desmatamento.** InfoAmazonia: 20 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/20/youtubers-bolsonaristas-europa-agro-desmatamento/>

\_\_\_\_\_. **Aliado de Bolsonaro, governador reeleito de MT diz que estado campeão em área degradada é exemplo de proteção ambiental.** InfoAmazonia: 27 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/27/bolsonaro-mauro-mendes-mato-grosso/>

LAZZERI, Thais. **Fake news ajudam a concentrar riqueza e favorecem destruição da floresta, diz Marina Silva.** InfoAmazonia: 1 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/01/entrevista-marina-silva/>

PEREIRA, Jullie. **‘Sepultamento da memória’ fez eleitores do Amazonas esquecerem a pandemia, diz sociólogo.** InfoAmazonia: 7 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/07/sepultamento-da-memoria-fez-eleitores-do-amazonas-esquecerem-a-pandemia-diz-sociologo/>

\_\_\_\_\_. **Sem terras demarcadas, indígenas se arriscam fazendo autodemarcação durante o governo Bolsonaro.** InfoAmazonia: 27 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/27/sem-terras-demarcadas-indigenas-se-arriscam-fazendo-autodemarcacao-durante-o-governo-bolsonaro%ef%bf%bc/>

\_\_\_\_\_. **Estudantes indígenas relatam cansaço e desgaste após ataques às universidades públicas.** InfoAmazonia: 15 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/15/estudantes-indigenas-relatam-cansaco-e-desgaste-apos-ataques-as-universidades-publicas/>

\_\_\_\_\_. **Wilson Lima responde por omissão no combate ao desmatamento em 15 municípios do Amazonas.** InfoAmazonia: 24 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/24/wilson-lima-responde-por-omissao-no-combate-ao-desmatamento-em-15-municipios-do-amazonas/>

PONTES, Fabio. **No Acre, candidatos ao governo disputam narrativa sobre delegacia contra crimes ambientais. Afinal, ela funciona?** InfoAmazonia: 16 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/16/acre-candidatos-delegacia-crimes-ambientais/>

\_\_\_\_\_. **No Acre, Mara Rocha afirma que produção sustentável trouxe miséria, mas indicadores socioeconômicos mostram o contrário.** InfoAmazonia: 30 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/30/acre-florestania/>

\_\_\_\_\_. **Em Rondônia, vídeos desinformam sobre demarcação de terras indígenas para virar voto para Bolsonaro.** InfoAmazonia: 29 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/29/rondonia-demarcacao-terras-indigenas-bolsonaro/>

SOARES, Marcelo. **Amazônia é um debate das eleições, mas Sudeste centraliza repercussão.** InfoAmazonia: 6 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/06/corrida-a-presidencia-gera-debate-sobre-a-amazonia-mas-usuarios-das-redes-sociais-centralizam-debate-a-partir-do-sudeste/>

\_\_\_\_\_. **Presidenciáveis mudam de tom no Twitter e suavizam declarações contra demarcação de terras indígenas.** InfoAmazonia: 30 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/30/presidenciaveis-mudam-de-tom-no-twitter-e-suavizam-declaracoes-contra-demarcacao-de-terras-indigenas/>

\_\_\_\_\_. **Último debate eleitoral trouxe recorde de engajamento em perfis indígenas no Twitter.** InfoAmazonia: 30 setembro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/09/30/ultimo-debate-eleitoral-trouxe-recorde-de-engajamento-em-perfis-indigenas-no-twitter/>

\_\_\_\_\_. **Ação de robôs é ‘extremamente alta’ nas eleições e aumentou com a aproximação do segundo turno, diz especialista.** InfoAmazonia: 26 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/26/acao-de-robos-e-extremamente-alta-nas-eleicoes-e-aumentou-com-a-aproximacao-do-segundo-turno-diz-especialista/>

\_\_\_\_\_. **‘Bolhanaro’: 97% das interações de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais ocorrem sem sair da própria bolha.** InfoAmazonia: 26 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/26/bolhanaro-97-das-interacoes-de-apoiadores-de-bolsonaro-nas-redes-sociais-ocorrem-sem-sair-da-propria-bolha/>

SOUZA, Daniela. **Tocantins: Wanderlei Barbosa, governador eleito, não assina carta-compromisso em defesa da agricultura familiar.** InfoAmazonia: 11 outubro 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/11/tocantins-wanderlei-barbosa-governador-carta-agricultura-familiar/>